

## ***As Relações Sino-nipónicas durante o séc. XX***

Dora A. E. Martins

*"No other foreign relationship  
maintained by China  
has as many facets or contradictions  
as that with Japan."*

Ian Wilson  
(1995)

**Advertência:** Na romanização dos nomes e termos chineses, o sistema utilizado foi o *pinyin*, actualmente em vigor na República Popular da China, salvo raras excepções em que são utilizadas formas romanizadas difusamente aceites. Quanto aos termos e nomes em japonês e devido à falta de conhecimento do autor, foram utilizadas as formas encontradas na bibliografia consultada.

## 1. Introdução

A China e o Japão são dois países asiáticos que, por razões diversas, têm vindo a aumentar a sua influência e importância nos assuntos da região Ásia-Pacífico. Actualmente, esse peso salienta-se a nível da economia numa região que está a despertar e que já chamou a atenção da maior potência mundial, os Estados Unidos. No entanto, não se pode esquecer a cultura como elemento de aproximação dos diversos países desta região do globo, o chamado asiatismo que parece renascer.

Ora, no que se refere à China e ao Japão em específico, as actuais relações de complementaridade nem sempre foram assim. Desde os primeiros contactos entre estes povos e que datam de há mais de 2000 anos atrás, houve uma certa evolução, nem sempre favorável às boas relações. Após um período inicial de curiosidade e depois de aproximação cultural em que o Japão veio beber à China a inspiração para a sua forma de escrita, assim como para o seu sistema de governo e administração, começou a verificar-se um afastamento devido a pretensões de hegemonia que se sobrepunham e que eram, por isso, incompatíveis. Com o desenvolvimento perpetrado pelo Japão em finais do séc. XIX, então na Era Meiji, a separação entre estes dois países tornou-se mais flagrante devido às discrepâncias existentes a nível de desenvolvimento.

Na actualidade, mais precisamente durante o século XX, e após um conflito violento ocorrido em finais do séc. XIX, as relações sino-japonesas tiveram dificuldade em recuperar a amizade, e só durante a década de 70 do século passado, é que se normalizaram as suas relações diplomáticas. Actualmente permanecem alguns dilemas por resolver, como a questão da história e das desculpas do Japão pelas atrocidades cometidas durante o conflito de 1937 a 1945, assim como a soberania sobre as Ilhas Diaoyu e a questão de Taiwan. Outros problemas de segurança regional permanecem devido à intransigência chinesa em permitir que haja uma intervenção nos seus assuntos internos, o que toca naturalmente também com a questão dos direitos humanos. Devido ao peso que as relações económicas têm para estes dois países, todas estas questões acabam por ser esquecidas e não aprofundadas.

Ora, será esta evolução das relações sino-japonesas que procuraremos abordar e explorar neste artigo, inserindo-as no contexto espacial e temporal específico de que fizeram parte. Na realidade, as decisões dos respectivos governos não podem deixar de se inserir na especificidade de um momento histórico com as suas condicionantes e definição de prioridades políticas. E essas decisões também não podem deixar de ter em conta os condicionalismos externos existentes. Por este motivo, procuraremos também explorar o papel e a influência que os países vizinhos também representaram para a relação sino-japonesa, isoladamente ou inseridos numa dinâmica organizacional regional, assim como de outros países que, ainda que distantes, também tenham tido e continuem a ter um peso determinante na região, como foram as potências europeias e, mais recentemente, os Estados Unidos.

Ora, foi com base nas características que nos pareceram dominantes em certos períodos, que procedemos à sistematização e catalogação das relações que se estabeleceram entre a China e o Japão, durante o século XX. Contudo, este estudo não podia ficar completo sem uma pequena introdução histórica onde analisaremos o estabelecimento e desenvolvimento de contactos entre estes dois territórios, para depois passarmos para a análise do tipo de relacionamento existente entre os dois durante o século passado.

## **2. Os primeiros contactos e seu desenvolvimento**

As relações existentes entre a China e o Japão nem sempre foram como as vemos actualmente, com um grande dinamismo económico, embora com uma certa frieza latente, mercê de alguns conflitos mal resolvidos entre estes dois gigantes do Pacífico.

As primeiras referências chinesas ao Japão datam do final da Dinastia Han (206 a.C. - 220), quando as crónicas oficiais referem que "em 57 o Estado de *Nu* em *Wo* enviou emissários à Corte Imperial e recebeu um selo em ouro (mais tarde encontrado no Japão, em 1748)".<sup>1</sup> Com uma maior regularidade,

---

<sup>1</sup> In "Japan", Microsoft Encarta 98 Encyclopedia, Microsoft Corporation, 1993-1997, trad. do autor.

desde o século III que as crónicas chinesas mencionam embaixadas vindas do que eles designam como "o país dos anões", o que atribui um certo carácter hierárquico na relação existente entre o grande império em que se tinha transformado a China e um pequeno arquipélago, com uma cultura não muito rica. Característico deste tipo de relação são os nomes que foram atribuídos a estes dois países nas suas línguas originais. Assim, enquanto que em japonês, Japão, ou melhor *Dai Nihon* ou *Nippon*, literalmente "Grande Origem do Sol", não passa do País onde o Sol nasce, visto da China, já o nome desta última - *Zhongguo* - significa literalmente "País do Centro", geralmente conhecido como o "Império do Meio".

Ainda segundo as crónicas oficiais da Dinastia Han, a sociedade japonesa daquela altura era bastante desenvolvida, com uma organização hierárquica, mercados com troca em géneros e escribas profissionais que escreviam em chinês. No entanto, também se sabe que a maioria das inovações da Cultura Yayoi daquele período (300 a.C. - 300), especialmente em ferro e bronze, eram provenientes da China, via Coreia. Assim, se verifica que "a identidade nacional japonesa construiu-se através de uma interacção com um outro definido ao mesmo tempo como superior no plano técnico e superior no plano ético." <sup>2</sup> E as relações que o Japão estabeleceu com este primeiro *outro*, ou seja, a China, eram caracterizadas por uma alternância entre a abertura e o instinto defensivo. Isto porque, se por um lado, datem deste período as primeiras relações tributárias entre algumas partes do Japão e a China, por outro, a deslocação de embaixadas japonesas à China sempre se caracterizaram por uma certa irregularidade: cessaram em 265, retomaram-se em 607, foram interrompidas em 838 para serem retomadas em 1401, interrompendo-se finalmente entre 1636 e 1853, quando o Japão se fechou à China, assim como ao Ocidente.

No entanto, não se pode esquecer que, durante o séc. V, o Japão recebeu uma grande influência cultural, intelectual e filosófica da China, através da Coreia. Foi no início desse século que a escrita chinesa chegou à Corte de Yamato, o que permitiu a elaboração de registos históricos, aparecendo assim

---

<sup>2</sup> BOUISSOU, Jean-Marie - "Le Japon et la Chine: amour, haine et géostrategique", *Politique Étrangère*, Paris: Institut Français des Relations Internationales, 1996, été, 2/96, p. 316, trad. do autor.

os primeiros historiadores japoneses. No século seguinte, a considerável influência chinesa assumiu a forma religiosa. Foi nesta altura que o budismo serviu como suporte de penetração, tornando-se, em 552, na religião oficial da corte imperial japonesa.

Durante a Dinastia Tang (618-907), quando a China se havia estabelecido como uma grande potência da Eurásia, mantendo relações diplomáticas com diversos países e tribos, incluindo o Japão, este último tornou-se no término da Rota da Seda. Ao longo dos séculos VII e VIII, o Japão, fascinado pelo esplendor da civilização chinesa, virou-se para o Império dos Tang, para daí retirar os ensinamentos necessários para o seu próprio governo. Assim, a primeira Constituição japonesa, constituída somente por 17 artigos e que data de 604, seguia o exemplo do governo centralizado chinês, caracterizando-se pelos princípios confucionistas e inspirando-se no budismo. O Código Civil e Penal das Reformas Taika, de 645, completado pelo Código Taiho de 701, também segue o modelo de organização política chinesa, baseado na monarquia centralizada. Deste modo, o desenvolvido modelo de governo dos Tang foi adoptado pelo Japão durante os séculos VIII e IX. A própria capital japonesa, Nara, foi, em 710, construída à imagem da capital chinesa dos Tang, Chang'an (actual Xian), como será também Heian (Kyoto) em 793.

No entanto, por vezes, esta sinização do império era somente superficial e não tardou a mostrar as suas diferenças, pois enquanto que os chineses baseiam a escolha da classe intelectual em exames imperiais abertos a toda a população, os japoneses fecham as funções administrativas do poder a todos os que não pertençam à aristocracia tradicional da Corte. Esta é, com efeito, uma característica básica do regime dos Fujiwara (854-1185).

No que se refere a relações diplomáticas propriamente ditas, verifica-se um agudizar das mesmas, quando a China era governada por uma etnia não chinesa (não *han*), os mongóis. Efectivamente, durante a Dinastia Yuan (1271-1368), quando os mongóis procuraram estender o seu domínio até outros reinos, houveram duas tentativas de invasão do Japão, em 1274 e em 1281, através de assaltos marítimos, com técnicas da Dinastia Song (960-1279). Embora a desproporção das forças fosse flagrante, favorecendo os invasores,

o aparecimento inesperado de um tufão - *Kamikase* - que rapidamente destruiu a frota mongol,<sup>3</sup> deitou por terra as suas pretensões.

Posteriormente, durante o período da Dinastia Ming (1368-1644), quando a China se tornou numa grande potência marítima, o sistema tributário utilizado pelos chineses, através do qual os outros reinos teriam de pagar uma certa quantia em reconhecimento da superioridade chinesa, incluía também o Japão de uma forma mais regular e abrangente do que acontecia anteriormente. Este estatuto tributário em relação ao Japão haveria de acabar em 1547, data da última missão tributária registada. Posteriormente, o Japão passou também a adoptar um sistema tributário de relações, rival do chinês, e que haveria de durar desde o séc. XVII até meados do séc. XIX. Esta rivalidade de sistemas tributários haveria de originar a rivalidade pelo controlo de alguns reinos adjacentes, como as Ilhas Ryukyu<sup>4</sup> e a Coreia. A par deste tipo de sistema oficial, estabeleciam-se também entre os países da Ásia, redes de relações comerciais, economicamente importantes, através das quais a China e o Japão mantinham contactos informais. Estes contactos, mais importantes do que as relações oficiais, foram largamente estimulados por Taiwan, as Ilhas Ryukyu e a Coreia. Para além destas redes marítimas, com as suas vantagens económicas evidentes, o comércio estava também patente nas actividades das comunidades mercantis migrantes. Assim, se por um lado, as comunidades chinesas se estabeleciam no Sul do Japão, no final do séc. XVI, os japoneses, por vezes disfarçados de chineses, também faziam comércio ilegal na Ásia Oriental e no Sudeste Asiático.

Já no período de declínio das incursões chinesas pelo Índico, os tesouros imperiais foram alvo de saques por parte dos piratas japoneses, que actuavam na Costa Sudeste da China, durante o séc. XVI. Foi também no final

---

<sup>3</sup> Efectivamente, é esta a origem da palavra *kamikase* com a qual, geralmente, se designam os pilotos japoneses que, em 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, sobrevoaram a Marinha dos Estados Unidos com aviões carregados de explosivos, deixando-se cair, numa tentativa desesperada de impedir o avanço norte-americano.

<sup>4</sup> A História destas ilhas situadas no Oceano Pacífico, a Sudoeste do Japão e a Norte de Taiwan, sempre foi fortemente influenciada pela China e pelo Japão. Assim, se bem que o seu povo étnica, cultural e linguisticamente se reporte ao Japão, foi a China que invadiu as Ryukyu no séc. VII, mantendo desde o séc. XIV uma supremacia que durou cinco séculos. Em 1609, o Japão invadiu estas ilhas e juntou-se à China, pedindo dinheiro de tributo. Finalmente, em 1879, os japoneses conseguiram expulsar os chefes das ilhas, passando a assumir o seu controlo e integrando-as como Prefeitura de Okinawa. Apesar do protesto chinês contra este controlo, e após um período de administração americana logo após a Segunda Guerra Mundial, as Ryukyu voltaram ao domínio japonês desde 1972.

deste século, mais precisamente durante a década de 90, que foi levada a cabo uma campanha de sete anos contra a invasão japonesa da Coreia, o que deixou a Dinastia Ming exausta. No entanto, isso não evitou que, logo após a sua queda, em meados do séc. XVII, tivesse havido um grande fluxo de chineses para o Japão, entre oficiais e intelectuais. Este fluxo de pessoas e produtos foi acompanhado por um fluxo de ideias e de técnicas, como havia acontecido no período de florescimento das relações sino-nipónicas durante os séculos V e VI.

Durante a Dinastia Qing (1644-1911), particularmente durante o séc. XVIII, as relações comerciais existentes entre a China e o Ocidente eram amplamente aceites pelos manchus. Contudo, para estes, o Japão não passava de um insignificante, recalcitrante antigo vassalo. No que se refere ao Japão, o comércio com a China continuava sujeito a regulação apertada, embora este a considerasse como uma vasta fonte de tecnologia avançada, símbolo de sabedoria e de centralidade universal. No entanto, logo durante o séc. XVIII, a percepção japonesa da China começou a modificar-se, passando a adoptar-se uma atitude mais realista e mesmo anti-chinesa. Esta atitude foi enfatizada com a derrota chinesa nas duas Guerras do Ópio (1840-42 e 1860) e a conseqüente impotência chinesa perante a influência ocidental. Estas eram as características da China imperial no final do séc. XIX, o que já denotava o declínio em que esta dinastia estava a entrar.

Todos estes acontecimentos juntamente com o surgimento da Era Meiji (1868-1912) no Japão e a abertura ao comércio ocidental encerrarão a chamada Era Tradicional das relações sino-japonesas, segundo expressão de Christopher Howe.<sup>5</sup> Esta era caracterizar-se-á pelo domínio chinês a nível de extensão territorial, recursos, economia e governo avançados, poder da cultura, religião e ideologia, assim como pela importância do seu ponto de vista das relações internacionais.

Efectivamente, com a abertura do Japão em 1854 e a conseqüente abertura ao comércio ocidental sob os Tratados Ansei (1857- ) que culminariam num novo Estado, o *leit motiv* do Japão passou a ser «alma japonesa,

---

<sup>5</sup> HOWE, Christopher - "Introduction: The Changing Political Economy of Sino-japanese Relation - A Long Term View", China and Japan: History, Trends and Propects, ed. por Christopher Howe, Oxford: Clarendon Press, 1996, p. 3.



tecnologia ocidental» em substituição de «alma japonesa, tecnologia chinesa», segundo Jean-Marie Bouissou. Trata-se da vontade de deixar a Ásia para se direccionar para o Ocidente, onde o Japão vai buscar inspiração para proceder à modernização do seu governo, da sua economia e do seu poder militar.

### **3. Relações Bélicas e suas consequências (1894 - 1927)**

Em finais do séc. XIX, o Japão encontrava-se numa era de prosperidade, caracterizada pelo desenvolvimento do sistema administrativo, educativo e industrial da Era Meiji. Em consequência desse mesmo fortalecimento, o Japão começou a adoptar uma política externa agressiva. Por isso, segundo François Godement, "o relativo equilíbrio que prevalecia entre a China e o Japão foi quebrado por duas razões. Por um lado, a China foi largamente colonizada pelo Ocidente, enquanto que o Japão, ainda que tenha sido forçado em 1853 pelos americanos a abrir as suas portas a trocas comerciais bastante desfavoráveis, permanece independente. (...) Por outro lado, as mesmas concepções e, doravante, frequentemente os mesmos slogans são adoptados pela Restauração Meiji no Japão e pelo movimento de restauração Tonzhi, paralelo na China: o *ti-yong* (utilizar o conhecimento ocidental como instrumento e o saber oriental como fundamento), o *fukoku kyohei* (em japonês) ou *fuqiang* (em chinês), isto é, a ideologia da riqueza e da potência nacionais em reacção ao Ocidente. (...) A diferença é que a restauração Meiji, fundada sobre a edificação de uma indústria protegida onde os funcionários e os capitais privados se associam no seio dos novos *zaibatsu* é um êxito. A restauração chinesa, em parte devido às interferências ocidentais, por outra, devido à fragmentação e ao declínio das elites chinesas, acaba por falhar."<sup>6</sup>

Ora, é neste contexto de prosperidade que caracterizava o Japão, que este decide expandir-se para o exterior, através de etapas sucessivas. Desde 1874 que estas pretensões se fazem sentir de uma forma mais acentuada,

chegando à conquista das Ilhas Ryukyu, em 1879, tal como referido anteriormente. Mas as pretensões japonesas não se ficam por aqui, como é o caso da península coreana, que já havia despertado o interesse japonês.<sup>7</sup> Assim, em 1876, o Japão obrigou a Coreia a estabelecer consigo relações diplomáticas, enfraquecendo os tradicionais laços com a China. A China, por seu turno, procurou neutralizar a influência japonesa, promovendo relações entre a Coreia e os países ocidentais, começando com o Tratado entre a Coreia e os Estados Unidos, em 1882. Foi exactamente esta rivalidade entre o Japão e a China pelo controlo da Coreia, que haveria de desencadear um conflito bélico entre as forças destes dois países asiáticos a 1 de Agosto de 1894 e que ficou conhecido como a **Guerra Sino-japonesa de 1894-1895**.

Após o agudizar das relações entre a China e o Japão em relação à Coreia, o conflito parecia estar iminente. A aproximação crescente destes países à Coreia havia provocado, em 1894, uma cisão na sua opinião pública interna entre reformistas modernizadores e conservadores, que olhavam para dentro. Após o assassinato de um reformista coreano pró-japonês em Xangai, a seita religiosa coreana Tonghak começou uma rebelião interna. O governo coreano apelou, então, à China por assistência e os japoneses encorajaram também a intervenção chinesa. A China acabou por enviar uma expedição em apoio aos reformistas coreanos, chegando a Seoul a 8 de Junho, onde cercaram o Palácio Imperial na noite seguinte. Apesar do conflito sino-japonês em terra e no mar ter começado anteriormente, a guerra haveria de ser declarada somente a 1 de Agosto de 1894.

Deflagrando numa altura em que a Dinastia Qing se encontrava em decadência, a Guerra Sino-japonesa veio provar o quão bem sucedida estava a ser a Era Meiji, com as suas modernas forças militares, melhoradas com a ajuda ocidental. Através de batalhas nas proximidades de Seoul e de Pyonyang, as forças japonesas obrigaram o exército chinês a recuar para Norte. Vitórias posteriores, em Liaoning, abriram o caminho dos japoneses para a China, chegando, em 11 de Novembro, a Port Arthur (actual Luda). Por outro

---

<sup>6</sup> GODEMENT, François - La Renaissance de l'Asie, Paris: Éditions Odile Jacob, 1993, mai, pp. 81-82, trad. do autor.

<sup>7</sup> Já desde o séc. VI que a Coreia havia estabelecido amplas relações com a China e o Japão, numa altura em que a sua civilização se caracterizava por um elevado grau de

lado, a frota chinesa foi atacada pela marinha japonesa na foz do Rio Yalu, perdendo entre 8 a 12 navios de guerra, retirando para trás, para as fortificações da base naval de Weihaiwei. A frota chinesa haveria de ser, depois, apanhada por um ataque terrestre surpresa na Península de Liaodong, que destruiu as embarcações que se encontravam no porto. Após esta derrota, a 2 de Fevereiro, e um agudizar das condições invernis, as tropas japonesas entraram em força na Manchúria. Consequentemente, os chineses foram obrigados a pedir a paz, assinando o Tratado de Shimonoseki a 17 de Abril de 1895.

Através deste Tratado, a China sofreu mais uma decisiva derrota, neste caso às mãos do Japão. Foi, então, obrigada a reconhecer a independência da Coreia e a ceder, perpetuamente ao Japão, a Ilha de Taiwan (que se rebelou inicialmente contra esta decisão), as Ilhas Pescadores e a Província de Liaodong (a Sul da Manchúria). Ademais, foi obrigada a pagar uma enorme indemnização de guerra e a abrir mais quatro portos ao comércio externo. No entanto, graças à intervenção da Rússia, França e Alemanha, acto este que ficou conhecido como a Intervenção das Três Potências, e porque Liaodong era a zona mais rica do território chinês, o Japão foi obrigado a devolver esta província à China. Consequentemente, a China ficou em dívida, especialmente para com a Rússia, que substituiu parcialmente o papel que tinha o Japão naquele território. Entrou, então, numa série de pactos, que são no fundo o equivalente a uma aliança entre a China e a Rússia, contra o imperialismo japonês. Como tal, conclui-se que, para além de derrotada, a China saiu humilhada deste conflito com o Japão.

Segundo Ian Nish, "depois do restabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Japão, a 22 de Junho de 1895, o Japão adoptou uma política de *low posture* em relação à China, apesar dos seus exércitos continuarem a ocupar Weihaiwei até que todos os requisitos da indemnização de guerra estivessem pagos em 1898." <sup>8</sup> Posteriormente, o Japão continuou

---

desenvolvimento, de forte influência chinesa. Aliás, foi principalmente através desta via, que a cultura chinesa chegou ao Japão.

<sup>8</sup> NISH, Ian - An Overview of Relations Between China and Japan, 1895-1945, *in China and Japan. History, Trends and Prospects*, ed. por Christopher Howe, Oxford: Clarendon Press, 1996, p. 24, trad. do autor.

atento à península coreana e às acções da Rússia, sucessora da China naquele território.

Apesar da desconfiança existente entre a China e o Japão neste período, por vezes, verificou-se uma certa aproximação entre os dois. Foi o que aconteceu em 1898, depois do fracasso da "Reforma dos Cem Dias", quando, num acto de desespero, os manchus procuraram fazer uma reforma na sociedade feudal chinesa, o Japão apresentou a sua assistência, concedendo asilo aos idealistas da reforma, como seja Kang Youwei e Liang Qichao. Este acontecimento inaugurou um período em que as ideias japonesas passaram a entrar na China e muitos intelectuais chineses se deslocavam ao Japão para aí desenvolverem os seus estudos.

No entanto, logo em 1900, quando ocorre a Rebelião dos Boxers, uma revolta xenófoba nos seus princípios e que se substancia em ataques às embaixadas estrangeiras existentes em Pequim, também o Japão não escapou. Aliás, um elemento do pessoal diplomático japonês seria assassinado. Em consequência deste evento, e a convite da Grã-Bretanha, o Japão integrou a Força Internacional que pôs cobro à Revolta dos Boxers, com numerosas tropas, bem treinadas. Com o fim desta, as tropas japonesas retiraram-se.

Posteriormente, o Japão identificou os seus interesses em relação à Ásia: a Coreia, onde o Japão estava desejoso de obter uma posição de destaque em relação à Rússia; e a Província chinesa de Fujian, onde o Japão tinha um acordo de não alienação. Aliás, o próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros japonês definiu as suas pretensões em relação ao continente num documento de 30 de Dezembro de 1903, onde diz que *"O principal objectivo da política japonesa para o continente é assegurar a sua defesa, no Norte, protegendo a independência da Coreia e, no Sul, colocar a região Sul da China com a Província de Fujian no centro da sua esfera de influência. É o primeiro destes objectivos que tem uma prioridade mais imediata enquanto que o segundo será implementado depois."*<sup>9</sup>

Quanto à Rússia, após a vitória da Força Internacional que actuou em Pequim, esta recuou para a Manchúria, de onde a China se mostrou impotente para a retirar. Foi, então, a vez dos japoneses entrarem em negociações

directas com a Rússia, um ano após a assinatura da Aliança Anglo-japonesa, em 1902. Como não chegaram a bom termo, o Japão atacou a Rússia no território da Manchúria, em Fevereiro de 1903, sem declaração prévia de guerra. Os motivos desse ataque parecem ter a ver, não só com o território da Manchúria, mas também com a posição das tropas russas na Coreia e mesmo com uma oportunidade de vingar a derrota da Intervenção das Três Potências. De qualquer das formas, estes dois países teriam *a priori* características antagónicas, na medida em que a Rússia se apresentava como uma potência hegemónica e o Japão como um país de porta aberta.

Perante a neutralidade chinesa, aliás desejada pelo Japão, este acaba por vencer o conflito que o opôs à Rússia no território da Manchúria, ainda que com grande perda de dinheiro, homens e material. Com o apoio americano, é assinado a 5 de Setembro de 1905 o Tratado de Portsmouth, através do qual o Japão recupera o controlo sobre a Península de Liaodong, obtém o reconhecimento do seu protectorado sobre a Coreia<sup>10</sup> e obtém também os direitos dos caminhos-de-ferro russos de Port Arthur a Changchun, assim como metade da grande Ilha de Sakhaline, ao largo da Sibéria. Não satisfeitos com este tratado, os japoneses dirigiram-se pessoalmente a Pequim para re-negociar as condições deste tratado com os próprios chineses, os quais, perante a situação de debilidade em que se encontravam, não tiveram outra alternativa senão confirmar o Tratado Russo-japonês através do Tratado de Pequim no mesmo ano. Ademais, num protocolo anexo a este mesmo tratado, os chineses afirmaram que não iriam construir linhas férreas paralelas às que os japoneses haviam tomado dos russos.

Após a assinatura do Tratado de Pequim, desenvolveu-se entre a China e o Japão alguma actividade diplomática, entre 1905 e 1911, como forma de resolução de alguns problemas deixados pela guerra, nomeadamente a redução do estabelecimento militar japonês na Manchúria e o restabelecimento das áreas exteriores ao território arrendado em Liaodong e a zona ferroviária aos administradores chineses. Isto só haveria de estar concluído em 1906, sendo que muitos dos problemas que viriam a surgir posteriormente envolveram exactamente as linhas ferroviárias. E este problema tinha também

---

<sup>9</sup> Citado por Ian Nish, *op. cit.*, p. 25, trad. do autor.

<sup>10</sup> A anexação pura e simples da Coreia ocorreria em 1910.

implicações diplomáticas, pois o facto de a China querer empenhar-se em levar a cabo novos projectos relacionados com caminhos-de-ferro significava que estava a pôr em causa os direitos obtidos pelo Japão nos tratados de 1905.

Paralelamente a estas relações instáveis, assistia-se na população a um certo reconhecimento positivo mútuo. Assim, se por um lado, os japoneses reconheciam o valor da China para o seu desenvolvimento cultural, por outro lado, os chineses também reconheciam o valor da experiência japonesa, especialmente a nível de inovações tecnológicas. É de salientar a quantidade de oficiais chineses que se deslocaram, nesta altura, ao Japão para aí adquirirem a sua formação militar.

E estes contactos eram tanto mais úteis quando se assistia ao declínio acentuado da Dinastia Qing. Apesar de inicialmente o Japão ser adepto de uma reforma mais moderada do regime chinês, mantendo-se o sistema de governo, e não admitindo possuir qualquer tipo de relação com os revolucionários, a verdade é que parecem ter existido contactos de negócios não oficiais entre as comunidades japonesas militar e de negócios e os revolucionários. No entanto, a política japonesa em relação aos problemas internos chineses parecia modificar-se ao som da política dominante. Assim, logo após a implantação da República da China em 1911, os japoneses deram o seu apoio oficial ao presidente interino Yuan Shikai, concedendo um empréstimo internacional. Contudo, e sob influência de Sun Yat-sen, cuja relação com o Presidente interino se vinha a deteriorar, este recebeu o apoio não oficial do exército e da marinha japoneses, para levar a cabo aquela que ficou conhecida como a Segunda Revolução, que teve lugar em Julho e Agosto de 1913.

Nesta altura, o Japão possuía um verdadeiro império colonial. Aproveitando o enfraquecimento alemão causado pelo primeiro grande conflito mundial, o Japão pediu-lhe que lhe cedesse os territórios arrendados de Jiaozhou-Qingdao. Não obtendo resposta, a 23 de Agosto de 1914, o Japão declarou guerra e invadiu à força o território chinês. Este reacender das ambições japonesas em território chinês originou uma nova fase nas relações sino-nipónicas. Foi então que o governo japonês preparou um pacote de solicitações, que o Ministro japonês Hioki apresentou a 18 de Janeiro de 1915 ao Presidente chinês Yuan Shikai, geralmente conhecido como as "**Vinte e**

**Uma Exigências**", em que o Japão pretendia obter os mesmos privilégios que as potências ocidentais possuíam.

Perante tal documento, as duas partes envolvidas iniciaram negociações. Ora, durante o longo período de negociações, Yuan Shikai levou a cabo uma bem sucedida política de publicidade, revelando os conteúdos das exigências japonesas e o processo de negociações às legações ocidentais em Pequim, assim como aos chineses e à imprensa estrangeira como forma de obter simpatias, particularmente britânica e americana, e apoio moral interno. A verdade é que as exigências japonesas ajudaram a desenvolver um espírito de unidade nacional na China. Paralelamente ao aparecimento de um movimento anti-japonês, os líderes revolucionários aliviaram a sua pressão sobre Yuan Shikai, apesar de terem chegado a pactuar com os japoneses.

Perante as revelações de Yuan Shikai acerca das negociações que estavam a ser levadas a cabo em Pequim, a imprensa explorava um forte ressentimento em relação ao Japão e era responsável pelo entusiasmo anti-japonês na maioria do território, mais especialmente nas grandes cidades. Segundo Zhitian Luo, "as organizações mais activas eram as câmaras de comércio e as associações de educação das províncias e das cidades."<sup>11</sup> No entanto, as actividades anti-japonesas já se haviam iniciado pelos estudantes e comerciantes chineses no estrangeiro. É claro que o facto de estarem fora reforça o sentimento nacionalista, pelo que alguns estudantes elaboraram diversas petições, no sentido de demover as pretensões japonesas. Em vão. Enquanto que as suas iniciativas assumiam só a forma de palavras, já os comerciantes chineses, nos Estados Unidos, passavam aos actos. Assim, levaram a cabo boicotes (indirectos) aos produtos japoneses, incentivando a compra de produtos nacionais. Alargados às maiores cidades chinesas do Sul e a algumas do Norte, os boicotes passaram a incluir também os negócios com os japoneses. Ainda segundo Zhitian Luo, "o impacto imediato foi que, no início de Março, o comércio com o Japão em todos os portos, excepto Tianjin, tinha parado ou tinha sido bastante reduzido."<sup>12</sup> Por outro lado, esta situação provocou também alguns conflitos entre chineses e japoneses que estavam a

---

<sup>11</sup> LUO, Zhitian - "National Humiliation and National Assertion: The Chinese Response to the Twenty-one Demands", *Modern Asian Studies*, Great Britain: Cambridge University Press, 1993, 27, 2, p. 300, trad. do autor.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 303, trad. do autor.

viver ou a viajar pela China. Conseqüentemente, alguns japoneses começaram a abandonar a China para regressar ao seu país.

No que se refere às negociações propriamente ditas, estas continuaram durante a Primavera de 1915, sem que o Japão obtivesse as condições que pedia. A partir de uma conferência levada a cabo em 6 de Maio, o governo japonês decidiu apresentar um ultimato ao governo chinês. Perante uma tal atitude, que foi considerada como uma humilhação para o povo chinês, o sentimento nacionalista chinês elevou-se, originando distúrbios que chegaram a provocar problemas diplomáticos em Pequim. No entanto, perante a presença das tropas japonesas próximas de Pequim, Yuan Shikai não teve outra alternativa senão assinar uma série de tratados considerados humilhantes para a China.<sup>13</sup> São destes o exemplo do Tratado de Shandong<sup>14</sup> com a conseqüente troca de correspondência relativa à Baía Jiaozhou e à Província de Fujian, assim como um Tratado relacionado com o Sul da Manchúria<sup>15</sup> e o Este da Mongólia Interior, e troca de correspondência relativa à Companhia Hanyebing. Ademais, os japoneses adquiriram o direito de viajar, residir e fazer comércio, incluindo o direito de arrendar terra para propósitos comerciais, industriais ou agrícolas. Ao se tornarem públicos estes documentos, assinados a 25 de Maio, surgiu uma onda de manifestações anti-japonesas nas maiores cidades chinesas. Perante tais reacções, o próprio governo japonês alertou o governo chinês sobre estes movimentos, mas a única coisa que este poderia fazer era punir quem assinasse contratos que infringissem os interesses da nação em relação aos estrangeiros.

No período de boicotes mais forte, o comércio do Japão com a China sofreu grandes perdas, apesar dos japoneses acreditarem que estes não haveriam de durar muito tempo. A verdade é que quando as exigências

---

<sup>13</sup> Devido à aceitação do ultimato japonês, o dia 9 de Maio passou a ser considerado como o Dia Nacional da Humilhação, para evitar o esquecimento deste episódio da História da China. Foi também neste dia que a Câmara de Comércio de Pequim publicou um telegrama aberto a todos os colegas, apelando aos quatrocentos milhões de chineses para que não se esquecessem desta humilhação extrema. A partir de 1940, a comemoração do Dia Nacional da Humilhação passou a combinar-se com o dia 7 de Julho.

<sup>14</sup> Através deste tratado, enquanto se declara a intenção do Japão de devolver Jiaozhou à China, esta última, em contrapartida, reconhecerá todos os acordos estabelecidos entre o Japão e a Alemanha.

<sup>15</sup> Através deste tratado, a China compromete-se a alargar o período de arrendamento de Port Arthur e Dairen e os territórios das linhas ferroviárias do Sul da Manchúria durante 99 anos, ou seja, até 1997.



japonesas tomaram forma, o sentimento patriótico chinês atingiu o seu zénite, criando-se nas cidades mais importantes Fundos de Salvação Nacional, em última análise para ajudar numa situação de conflito, e que aumentavam de dia para dia. Para além disso, foram também desenvolvidos esforços no sentido de preparar militarmente a China para possível confrontação futura. Contudo, todas estas reacções não passaram de um movimento de massas nacional e urbano, que se iniciou em Fevereiro, floresceu de Março a Junho e começou em decadência logo após o mês de Julho. Isto porque, segundo Ko Kung-chen, "um dos problemas sérios do povo chinês é o perdão. Uma vez melhorada a situação, as pessoas esquecem os tempos difíceis."<sup>16</sup> Liang Qichao acrescentava que "muitos participantes do movimento anti-japonês iam somente ao sabor da corrente sem uma direcção clara. (...) não havia uma liderança espiritual capaz."<sup>17</sup> Por outro lado, o movimento anti-japonês carecia de uma acção colectiva a nível nacional.

Do lado dos próprios japoneses, haviam algumas críticas ao facto de se terem feito tão severas exigências à China. Consequentemente, em 1916, após o novo Ministério dos Negócios Estrangeiros ter tomado posse, o Ministro Terauchi encetou uma política amigável em relação à China, escusando-se a interferir nos seus assuntos internos. Já não no papel de Ministro, Terauchi chegou a conceder empréstimos ao governo chinês, em 1917-1918, apoiando o presidente chinês Duan Jirui e o Ministro das Finanças Zao Rulin, como forma de ajudá-los a conquistar o Sul, numa altura em que a China estava mergulhada em guerra civil. No entanto, esta atitude japonesa era vista com desconfiança pelos ocidentais.

Num contexto em que a impopularidade do Japão é constante e em que o declínio da sua influência na China é flagrante, surge o Movimento de 4 de Maio de 1919,<sup>18</sup> que representará o pico do ressentimento chinês em relação ao Japão. Ora, o estímulo para o deflagrar das manifestações teria vindo do facto da Conferência de Paris, onde se discutiram as condições do pós Primeira Grande Guerra, ter decidido atribuir ao Japão a administração das antigas concessões alemãs na China, em vez de a ter devolvido à China. As

---

<sup>16</sup> Citado por LUO, Zhitian, *op. cit.*, p. 313, trad. do autor.

<sup>17</sup> *Idem*, p. 314, trad. do autor.

<sup>18</sup> Este movimento patriótico que se deu na China era semelhante ao que havia surgido na Coreia exactamente dois meses antes.

delegações presentes em Paris teriam sido influenciadas pelo facto de o Japão ter reiterado o ponto de vista defendido em 1915 de que acabaria por devolver a concessão de Qingdao à China.

O problema de Shandong haveria de ser retomado, em Novembro de 1921, na Conferência de Washington. Aí os Estados Unidos e a Grã-Bretanha desenvolveram esforços no sentido de clarificar a posição do Japão, mas este parecia preferir as negociações directas com a China. Por fim, esta questão acabou por ser resolvida fora da conferência entre a China e o Japão na presença de delegados americanos e britânicos. A 4 de Fevereiro de 1922, foi finalmente assinado o Tratado de Shandong que devolveu à China as antigas concessões alemãs e a linha ferroviária Jinan-Qingdao com as suas linhas adjacentes.

Contrariando as ambições japonesas de criar esferas de influência na China, nove das potências ocidentais reunidas em Washington e que tinham interesses na China apostaram em desenvolver aí uma política de porta aberta, assinando o Tratado das Nove Potências,<sup>19</sup> a 8 de Fevereiro de 1922, exactamente com este objectivo. Em finais da década de vinte, o Japão haveria de ser acusado de violar este tratado, mas este insurgiu-se contra estas potências que, segundo ele, pretendiam estabelecer algo que não era adequado, isto é, uma ordem asiática controlada por potências e organizações não asiáticas. De uma forma geral, o Tratado de Washington foi responsável por um clima de relativa paz e acalmia, que se viveu durante os cinco anos seguintes, nas relações sino-nipónicas, mais viradas para a vertente comercial. Adepto de uma política de não-intervenção nos assuntos chineses, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão Shidehara Kijuro (1924-27) chegou mesmo a fazer doações para Fundos de Emergência, a serem usados na China, na área cultural.

No entanto, a atitude japonesa nem sempre foi amigável em relação à China neste período, nomeadamente relativamente à Manchúria. De particular importância foi um episódio que ficou conhecido como a "Sociedade Secreta de Mukden",<sup>20</sup> um grupo de revolucionários liderados por Zhang Zuolin,<sup>21</sup> sediado

---

<sup>19</sup> Eram signatárias deste tratado: a Bélgica, a Grã-Bretanha, a Holanda, Portugal, o Japão, a França, a Itália, a China e os Estados Unidos.

<sup>20</sup> Trata-se da cidade chinesa de Shenyang.

em Shenyang, que estava envolvido na luta pela ascensão a Pequim. No Outono de 1924, as pretensões de Zhang concretizaram-se e, quando em finais do ano seguinte este se viu ameaçado por levantamentos na sua terra natal, os japoneses, que sempre haviam tido uma relação dúbia com esta sociedade, acharam sensato intervir no território, segundo a sua opinião, como forma de proteger as vidas e os bens japoneses.

Nesta altura, a China estava a ficar afectada pela guerra civil, após a criação do Partido Comunista, em 1921. Ora, em 1926, as tropas nacionalistas iniciaram a Expedição ao Norte, o que os japoneses chamaram como a "Expansão das Forças do Sul".<sup>22</sup> Em Março de 1927, as tropas de Chiang Kai-shek, o líder nacionalista, já haviam chegado a Xangai. Apesar das intenções das potências com interesses na China de formarem uma força internacional conjunta para aí intervir, o Ministro dos Negócios Estrangeiros japonês manteve a sua posição de não-intervenção nos assuntos chineses, como forma de promover "a cooperação económica para manter a coexistência e a co-prosperidade entre as duas nações."<sup>23</sup> No entanto, em vista da pressão internacional, esta posição de neutralidade era difícil de manter, como demonstra a atitude do tenente japonês que estava encarregue de algumas unidades em Nanquim, e que numa tentativa desesperada tentou cometer suicídio. Seguiu-se, então, um ataque chinês às concessões japonesas em Hankou, entre outras, a 2 de Abril, pelo que o Ministério dos Negócios Estrangeiros japonês autorizou a intervenção da marinha para expulsão dos chineses. Perante a incapacidade de lidar com as críticas à política japonesa em relação à China e perante uma crise financeira, o Ministério dos Negócios Estrangeiros japonês acabou por se demitir.

Relativamente a este período das relações sino-nipónicas, poder-se-á dizer que após um conflito algo violento que deflagrou na península coreana, os contactos entre estes dois países entraram numa fase de relativa acalmia,

---

<sup>21</sup> Zhang Zuolin, cujo nome segundo o sistema de Wade-Giles se escreve Chang Tso-lin, foi um soldado chinês que lutou na Guerra Sino-japonesa de 1894-95 e que, mais tarde, se tornou num senhor da guerra, dominando a Manchúria e partes do Norte da China entre 1913 e 1928, ano da sua morte. O seu poder foi mantido com o apoio tácito dos japoneses e, em troca, Zhang Zuolin fez-lhes concessões na Manchúria. O seu filho, Zhang Xueliang, teve um papel determinante na luta contra os japoneses.

<sup>22</sup> Citado por NISH, Ian, *op. cit.*, p. 33, trad. do autor.

sem que o conflito e as suas dissidências afectassem as relações culturais e de transmissão de conhecimentos. A seguir à revolução republicana, e durante cerca de 5 anos, o governo japonês haveria de interferir de uma forma mais ou menos directa nos assuntos chineses, o que culminou com a apresentação de uma série de condições a esta. Esta fase intervencionista foi seguida por uma fase mais calma, em que os japoneses apostaram numa política de amizade e de cooperação, de suspeitar segundo algumas potências, para as quais esta só servia interesses comerciais. Na realidade, é o que os boicotes chineses aos produtos japoneses vêm provar, quando o comércio japonês foi amplamente afectado. Até ao final do período em causa, as relações nunca mais haveriam de se endireitar, até porque o sentimento nacionalista chinês estava assaz acentuado. Esta situação culminaria com a intervenção japonesa na China.

#### **4. Relações conflituosas (1927 - 1945)**

Apesar de Hirohito, quando subiu ao poder em 1926, ter fundado a Era Showa, isto é, a Era da "Paz Iluminada", um ano depois, quando o General Baron Tanaka Gichi se tornou Primeiro-Ministro, este adoptou uma política agressiva em relação à China. Isto porque, desde a Primeira Grande Guerra, a indústria japonesa vinha tendo um grande desenvolvimento, necessitando de novos mercados e novas fontes de matérias-primas. Ademais, a população japonesa tinha duplicado desde 1868, pelo que mais espaço e novos recursos eram necessários. O colapso do sistema americano após a Grande Depressão de 1929 vinha limitar as hipóteses disponíveis, para além de que esta crise económica também havia provocado a ruína de muitos camponeses japoneses. Paralelamente, a nível interno japonês, verificava-se uma separação crescente entre a opinião dos militares e a dos políticos relativamente à política a adoptar em relação à China, defendendo os primeiros que "a abordagem dos políticos é suspeita."<sup>24</sup> Com a intenção de unificar estes diferentes pontos de vista, o Primeiro-ministro japonês Tanaka convocou, de 27 de Junho a 7 de Julho de 1927, a Conferência Oriental (*Toho Kaigi*), onde reuniu delegados japoneses

---

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 34, trad. do autor.

com diversos interesses na China e na Manchúria. No entanto, esta haveria de resultar em fracasso na obtenção de resultados objectivos, e como ponto de ligação entre as aspirações dos chineses nacionalistas e o apetite crescente do Japão pela expansão continental.

Já no que se refere à posição chinesa, e apesar de, ao longo dos anos 20, o Japão ter vindo a ganhar uma posição de domínio em relação aos assuntos administrativos e económicos da Manchúria, os chineses defendiam que este território era parte da China e, como tal, empenhavam-se em travar por todos os meios o avanço japonês. Mergulhada em ambiente de guerra civil, a partir de 1927, a China tinha ainda que enfrentar o perigo japonês. Assim, ao iniciarem uma segunda fase da Expedição ao Norte, os nacionalistas de Chiang Kai-shek viram-se entalados entre duas forças: os japoneses e Zhang Zuolin em Pequim.

As duas expedições japonesas, em meados de 1927 e em meados de 1928, após o fracasso das negociações com Chiang Kai-shek no Japão, foram quase inevitáveis, como forma de travar o avanço nacionalista em direcção à Manchúria. Perante o desenrolar dos acontecimentos, a China apelou à Sociedade das Nações (SDN) para resolver o caso, já que nem o próprio governo japonês controlava efectivamente as acções do seu exército. Debalde. Perante uma situação de tensão crescente que haveria de resultar em boicotes anti-japoneses que afectaram os residentes japoneses na China, a 28 de Março de 1929, ambos os países acordaram em formar uma Comissão Conjunta para resolver o assunto.

Foi exactamente nesta altura que ocorreu um incidente, em grande parte desconhecido na altura e só posto a nu aquando dos julgamentos do Tribunal Internacional para o Extremo Oriente, em Tóquio, depois de 1945. Trata-se do assassinato de Zhang Zuolin.<sup>25</sup> Ora, este membro do governo foi «convidado» pelos japoneses a levar as suas tropas de Pequim até à Manchúria sob pena de ser parado na fronteira pelos japoneses. Proibindo qualquer tipo de acompanhamento das forças nacionalistas, os japoneses conseguiram finalmente convencê-lo. Quando ele se dirigia a Mukden, a sua carruagem foi rebentada, a 4 de Junho de 1928, por membros do exército de Guangdong.

---

<sup>24</sup> Citado por Ian Nish, *op. cit.*, p. 35, trad. do autor.

<sup>25</sup> Vide nota de rodapé n.º 21.

Apesar deste representar para os japoneses uma «pedra no sapato», aparentemente esta acção não teria sido autorizada pelo governo japonês. Posteriormente, em Outubro desse mesmo ano, o seu filho, Zhang Xueliang haveria de declarar lealdade a Nanquim, sendo nomeado conselheiro de Estado e comandante das forças da fronteira nordeste. Foi, então, destacado por Chiang Kai-shek para combater os comunistas no Norte da Província de Shaanxi. Tal como refere Ian Nish, "a sua declaração de lealdade significava que o governo chinês poderia considerar que a unificação da China tinha sido alcançada e que o antigo período de senhores da guerra tinha chegado a um fim."<sup>26</sup>

No que se refere ao lado japonês, e ainda segundo Ian Nish, "diz-se que a política da China do general Tanaka provou ser um desastre, embora isto não seja provavelmente culpa sua. Quando o seu ministério caiu em Julho de 1929, Tanaka sentiu que tinha sido repreendido pelo Imperador pelas suas derrotas na Manchúria e pela sua incapacidade para punir os conspiradores do assassinato de Chang Tso-lin."<sup>27</sup>

Em finais dos anos 20, o partido nacionalista chinês procurou atrair a atenção estrangeira, através de uma política externa empreendedora, em que os governos estrangeiros foram chamados a tomar parte nas negociações sobre tarifas, extra-territorialidade, etc. Perante a onda anti-japonesa que aí se vivia, o Japão considerou que esta lhe podia ser prejudicial, perante um ambiente de crise económica interna e uma grande dependência em relação às importações da China. Como tal, e apesar de, em 1929, se ter assistido a uma mudança de governo com a consequente alteração de políticas, especialmente em relação à China, onde se passou a advogar a não intervenção nos assuntos internos chineses e o retorno a uma política especialmente económica, em 1931, o Japão reclama uma série de territórios chineses, que haviam sido inadequadamente ocupados.

Num ambiente de tensão crescente entre chineses e japoneses, o inevitável acabou por acontecer. Defendendo que uma explosão na Linha Férrea da Manchúria, de administração japonesa, havia sido obra de chineses, o exército japonês de Guangdong cercou, a 18 de Setembro de 1931, os

---

<sup>26</sup> NISH, Ian, *op. cit.*, p. 36, trad. do autor.

<sup>27</sup> *Idem, Ibidem.*

arsenais de Shenyang e de várias cidades vizinhas. As tropas chinesas, foram, como tal, obrigadas a fugir da área. No entanto, parece que o exército de Guangdong estendeu as suas operações a toda a Manchúria, passando a controlar as suas artérias mais importantes e actuando sem a autorização prévia do governo japonês. Em cerca de cinco meses, toda a região da Manchúria estava nas mãos dos japoneses, e nem mesmo Zhang Xueliang ofereceu muita resistência. Na Primavera de 1932, o Japão transformou as três províncias da Manchúria no novo estado de Manchukuo, ou "Reino dos Manchus". Dois anos mais tarde, os japoneses foram buscar o último imperador da História Imperial da China, Puyi, para o tornar no Imperador de Manchukuo, Kang De.

No que se refere ao governo chinês, esta invasão japonesa tornou-se num dos principais problemas com que se deparava o líder do Partido Nacionalista, Chiang Kai-shek, então fixado em Nanquim. Numa altura em que se agudizavam as disputas internas pela conquista de apoio popular, após a expulsão dos comunistas do Partido Nacionalista, em 1927, Chiang Kai-shek tinha ainda que resolver o problema do domínio de senhores da guerra, pois na realidade, o Partido Nacionalista só tinha o domínio sobre cinco províncias.

E o Japão não se ficou por ali, pois até 1933, já tinha incorporado a parte leste da Mongólia Interior no "Reino de Manchu" e enviado três divisões militares para Xangai, para fazer face ao boicote perpetrado pela China em relação aos seus produtos. Ameaçou, também, as cidades de Pequim e Tianjin com a ocupação. Perante esta situação e incapaz de fazer face a todos estes movimentos e ataques japoneses, a China acaba por assinar um acordo de tréguas, por mediação estrangeira, o Tratado sino-japonês de Maio de 1932, através do qual reconhece a conquista japonesa e se compromete a desmilitarizar o Nordeste da Província de Hebei.

A nível interno japonês, a ocupação da Manchúria provocou um conjunto de contestações que levou mesmo ao assassinato de alguns políticos japoneses pelos direitistas radicais.

Quanto à resposta da comunidade internacional em relação ao conflito, já que havia sido constituída uma organização mundial com objectivo de implantar um mecanismo de segurança colectiva, não foi das mais empenhadas. Perante o agudizar dos acontecimentos, o governo nacionalista

chinês recorreu à Sociedade das Nações (SDN), a qual promoveu a realização de um inquérito, no âmbito do Pacto Kellogg-Briand.<sup>28</sup> No entanto, há que não esquecer que o Japão havia sido país fundador da SDN e havia estado sempre presente quando surgiram questões para resolução, nomeadamente as que estavam directamente relacionadas com a Europa. Por contraste, a China, às voltas com uma crise civil interna e também internacional, não havia dado a devida atenção aos acontecimentos internacionais e à presença em diversas conferências que os pretendiam resolver, pelo que a sua posição internacional e conseqüente importância saíram um pouco mais apagadas. E a própria opinião japonesa em relação à China confirmava isso mesmo, tal como refere Amau Eiji, um funcionário da comunicação social ligado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros japonês, em Abril de 1934: "a História mostra que [a ordem, unidade e integridade territorial da China] não podem ser obtidas de outra forma, senão pela consciencialização e esforços voluntários da própria China. Nós opomo-nos, como tal, a qualquer tentativa da sua parte para aproveitar-se da influência de qualquer um dos outros países como forma de resistir ao Japão. Opomo-nos também, a qualquer acção tomada pela China, calculada para colocar uns poderes contra os outros. Qualquer tipo de operações conjuntas tomadas por potências estrangeiras, mesmo em nome da assistência técnica e financeira teria as repercussões mais sérias sobre o Japão e a Ásia Oriental."<sup>29</sup>

No entanto, dentro da própria SDN, alguns Estados mostravam uma atitude de simpatia para com a situação que estava a afectar a China. Neste sentido, o Relatório Lytton, apresentado pela Comissão com o mesmo nome, a 4 de Setembro de 1932, e que estava encarregue de analisar a situação *in loco*, propunha que a Manchúria, sendo uma obra artificial criada pelo Japão, devia ser declarada autónoma sob a soberania chinesa. Perante o confronto de pontos de vistas chinês e japonês na Assembleia da SDN, esta adopta finalmente um relatório final a 24 de Fevereiro de 1933, por unanimidade (com excepção do Japão), no qual condena a ocupação japonesa, recomendando

---

<sup>28</sup> Também chamado Pacto de Paris, os signatários deste tratado, que eram 15 nações em Paris, a 27 de Agosto de 1928, mas que depois foi quase universalmente ratificado, comprometiam-se a renunciar à guerra como instrumento válido de política internacional e a recorrer a meios pacíficos para a resolução dos conflitos.

<sup>29</sup> Citado por Ian Nish, *op. cit.*, p. 39, trad. do autor.



sanções económicas como forma de forçar o Japão a sair da Manchúria, e coordenando esforços no sentido de conceder ajuda, com carácter de urgência à China. Consequentemente, a 27 de Março, quando a Sociedade das Nações pede ao Japão o fim das hostilidades na China, este responde ameaçando sair da SDN, o que viria a acontecer 2 anos mais tarde.

No que se refere aos chineses, e como para Chiang Kai-shek os comunistas pareciam representar um perigo maior, este acaba por conseguir negociar com os senhores da guerra e com os japoneses, de forma a dirigir os seus esforços para a supressão da rebelião comunista. Em finais de 1934, Chiang Kai-shek continua a sua cruzada anti-comunista, mas é nesta altura, mais precisamente em Outubro, que os comunistas iniciam uma marcha popular de grandes dimensões, no início sem rumo definido, mas que depois se haveria de dirigir para Norte, terminando, em 1935, em Yan'an, na província de Shaanxi.<sup>30</sup> Com o intensificar da agressão japonesa, crescia o descontentamento popular e o desejo de todos os chineses se unirem para fazer frente aos japoneses, tal como defendiam os comunistas. No entanto, Chiang resistiu sempre a esta situação até ao último momento, quando, a 12 de Dezembro de 1936, foi raptado por um dos seus generais, Zhang Xueliang, em Xian, capital de Shaanxi.<sup>31</sup> Durante duas semanas, Chiang falou com os líderes comunistas, os quais defendiam uma política comum contra os japoneses. Ele foi então libertado e, um ano depois, adoptou finalmente uma Frente Unida - a segunda - com os comunistas contra os japoneses.

No entanto, num ambiente de crescentes tensões, eram quase inevitáveis os choques. Foi o que aconteceu a 7 de Julho de 1937, quando um movimento de tropas japonesas na chamada Ponte Marco Polo, a Oeste de

---

<sup>30</sup> Este movimento de massas ficou conhecido pela Longa Marcha, sendo que devido às difíceis condições da viagem, muitos desistiram ou pereceram pelo caminho. No início seriam cerca de 100 000 pessoas, entre homens e mulheres (poucas), mas só cerca de 8 000 teriam chegado a Shaanxi. Foi também durante este período que Mao Zedong se tornou no dirigente do Partido Comunista.

<sup>31</sup> Este episódio, que ficou conhecido como o "Incidente de Xian", só foi possível porque Zhang Xueliang, que havia sido ordenado pelo líder do Partido Nacionalista, para destruir as tropas comunistas estacionadas no Noroeste chinês, temia mais a agressão japonesa. Foi, então, influenciado pelas demonstrações estudantis que decorriam em Pequim e também noutras cidades, como Xian, no sentido de apelar a uma resistência nacional unida. Tal como muitos oficiais dos exércitos nacionalistas estacionados naquela área, especialmente os que eram oriundos da Manchúria, Zhang Xueliang identificava-se com os slogans comunistas "Os chineses não lutam contra os chineses".

Pequim, desencadeou o conflito.<sup>32</sup> A verdade é que, apesar deste incidente se ter resolvido sem problemas de maior, os líderes chinês e japonês começaram a preparar-se para operações militares em grande escala.

Usando o Incidente da Ponte Marco Polo como pretexto, o exército japonês estacionado na Manchúria deslocou as suas tropas para a área, precipitando o **Conflito Sino-japonês**, sem nunca ter havido uma declaração formal de guerra. Para fazer face à agressão japonesa, Chiang Kai-shek resolveu atacar as posições japonesas mais para Sul, em Xangai, com as suas forças bem treinadas, e não no Norte, onde estes já dominavam. Mas o Japão continuava, conquistando novos territórios ao longo do rio Changjiang e no final desse ano, já tinha interposto um bloqueio a quase toda a costa chinesa. O Exército japonês avançava em direcção às regiões do Leste e Sul de uma forma inabalável, de 1937 a 1938, conquistando sucessivamente Xangai, Suzhou, Nanquim, Qingdao, Cantão e Hainan, e impelindo o exército chinês para Oeste.

É de salientar que, segundo o governo japonês, nunca existiu o conflito armado, mas sim, primeiro, o "Incidente no Norte da China" e, depois, o "Incidente da China". Por isso, o Japão manteve sempre missões diplomáticas na China que, em Maio de 1935, foi elevada à categoria de embaixada (até 1945), e em específico no território da Manchúria. Aí uma vasta rede de pessoal lidava com os problemas relacionados com a ocupação do território.

Como forma de evitar consequências mais desastrosas, a China ainda fez um apelo a 12 de Setembro de 1937 à SDN, mas esta teve uma atitude hesitante. A 23 de Setembro encarregou a Comissão Consultiva do Extremo Oriente, criada em 1933, de estudar o problema. A 6 de Outubro, esta adopta uma resolução, em que denuncia a atitude japonesa como contrária ao Tratado das Nove Potências e ao Pacto Kellogg-Briand (não considera o Japão como agressor, nem lhe recomenda sanções), sugerindo a realização de uma

---

<sup>32</sup> Este episódio que ficou conhecido como o "Incidente da Ponte Marco Polo", ocorreu devido à tensão existente entre as tropas chinesas e japonesas estacionadas no local. Na área da cidade de Wanping, a Oeste de Pequim, perto de uma linha férrea que ligava Pequim ao Sul da China, estavam estacionadas tropas chinesas. Ora, na noite de 7 de Julho de 1937, cerca de 135 tropas japonesas, ao abrigo dos direitos obtidos pelo Japão, em 1901, deslocaram-se para aquela área para treino. Ora, no acampamento japonês ouviram-se uns tiros e, embora não tivessem havido baixas, detectou-se a falta de um soldado japonês. O comandante japonês pediu, então, ao comandante chinês para fazer uma busca na cidade, ao que foi recusado. No final, apareceu o soldado japonês e ambas as partes foram responsabilizadas pelo incidente.

conferência para estudar meios de pôr termo ao conflito. Esta terá lugar de 3 a 24 de Novembro de 1937, sem a presença do Japão, mas não se chega a nenhuma solução concreta, pois quase todos se escusam de intervir no conflito. Quanto à União Soviética (URSS), zelosa da defesa das suas fronteiras, havia assinado a 21 de Agosto desse ano, um Pacto de não-agressão com a China. Com a aproximação dos japoneses, a URSS acaba por fornecer material bélico à China através da Mongólia exterior, o que o Japão protesta vivamente.

No que se refere às acções levadas a cabo pelo Japão em território chinês, foi de particular violência, a conquista da capital, então Nanquim, quando caiu às mãos dos inimigos em Dezembro de 1937. Perante o olhar de diversos estrangeiros, o episódio que ficou conhecido como o "Massacre de Nanquim" ou mesmo a "Violação de Nanquim", haveria de vitimar cerca de 300000 pessoas, para além do elevado número de violações perpetradas pelos soldados japoneses. Relatos dessa altura contam que *"enquanto os prisioneiros de guerra eram sistematicamente massacrados, a violação e a carnificina abatiam-se igualmente sobre a população civil, no interior da cidade murada. Os soldados japoneses arrastavam grupos de pessoas para o topo de edifícios, aos quais depois pegavam fogo; a outros enterravam-nos até à cintura e faziam-nos matar por cães esfomeados; massacravam velhos e crianças e abandonavam os corpos nos passeios. Mas «as mulheres eram quem mais sofria», recorda um soldado japonês. Novas ou velhas, o seu destino eram ser violadas.» (...)* A imprensa japonesa relatava *«concursos» de decapitação como se de concursos desportivos se tratasse.*<sup>33</sup> Não admira que se tenham feito todos os esforços para evitar que estes acontecimentos sejam esquecidos. É disto exemplo, o Monumento em Memória da Vítimas do Massacre de Nanquim, actualmente existente em Nanquim.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Citado por BENNETT, Ralph Kinney - "A mulher que se recusou a esquecer", Seleccções do Reader's Digest, Lisboa, 1998, Dezembro, pp. 42-44.

<sup>34</sup> Foi, de facto, muito interessante observar ali pela autora, para além de um museu, uma sepultura onde representativamente se encontravam enterrados os cadáveres das vítimas chinesas e onde se podiam ver, para além de coroas de flores de chineses, também coroas de flores de japoneses. Daqui se conclui que, pelo menos no que diz respeito a alguns japoneses, há um reconhecimento e, mesmo, um arrependimento em relação ao que ocorreu no passado. Isto porque durante muito tempo, o governo japonês apagou dos livros de História este episódio macabro da sua fase imperialista.

Perante o crescente avanço japonês, o nacionalista Chiang Kai-shek decide mudar a capital para Chongqing, uma cidade à beira do Rio Longo (Changjiang), também conhecido por Yangzi, na Província de Sichuan. No final de 1938, o Japão controlava a Manchúria, a Mongólia Interior e a maior parte da China Norte e Central-oriental, incluindo os importantes portos económicos ao longo do Rio Changjiang e também portos de grande importância como Cantão na costa sudeste. A estratégia militar adoptada pelos japoneses mostrava claramente que a sua intenção era encurralar os nacionalistas primeiro, para depois os esmagar.

No que particularmente ao governo português diz respeito e porque administrava o território de Macau ali perto, a sua posição era de neutralidade apesar da grande desconfiança demonstrada pelos chineses, tal como refere Vasco Martins Morgado, o então cônsul-geral de Portugal em Cantão. Dizia ele que *"vim encontrar na opinião chinesa, velada e constantemente manifestada, a dúvida acerca da nossa neutralidade."*<sup>35</sup> Isto porque aparentemente os barcos que ostentavam bandeira portuguesa e que circulavam entre Cantão e Hong Kong ou Macau não eram revistos pelos navios de guerra japoneses.

Mais tarde, é exactamente este cônsul português que haveria de, nos seus relatórios permanentes, fazer o balanço geral de 20 meses de guerra, em Maio de 1939: *"Há vinte meses certos que se vem arrastando este incidente. Há cerca de seiscentos dias que, no dizer e nas constantes declarações publicadas, o Japão afirma estar a restabelecer uma nova ordem de coisas na Ásia. (...) Até aqui, a afirmação de que vinham restabelecer uma ordem nova de coisas na Ásia a começar pela China é verdadeira. Há realmente um estado novo de coisas! Uma desordem e uma anormalidade a que se pode chamar sem receio um caos.(...) A autonomia social será um regimen parecido senão igual ao do Manchuco, com um ou mais governos Chineses, tendo atrás de si advisers Japoneses que por sua vez são alta-vozes da marinha e do exército imperial do Japão. A autonomia financeira: é toda a finança depender dos bancos Japoneses e por eles controlada. (...) Politicamente: A penetração comunista na China, que é a sempre apregoada razão deste incidente agressivo, não se evitou até agora. Antes essa influência é cada vez mais forte;*

---

<sup>35</sup> *In A Guerra Vista de Cantão*, organização e introdução por António Vasconcelos de Saldanha, 1.ª edição, Macau: Instituto Português do Oriente, 1998, p. 43.

*ela é cada vez mais funda e mais penetrante. (...) Todo o comércio está paralisado. (...) A indústria chinesa, quer financiada ou não por estrangeiros está imobilizada. (...) O comércio bancário que financiava toda a exportação e importação está paralisado. (...) Sem exceção, em quasi todas as áreas ocupadas pelos Japoneses, os transportes são explorados por eles próprios, aproveitando o que os Chineses na sua fuga deixaram.*"<sup>36</sup>

A partir destes relatos pode concluir-se que a situação na China não era das melhores. Tal como refere o próprio Cônsul-geral, se por um lado os chineses teimavam em não aceitar os japoneses, estes, por seu turno, insistiam na continuação e na conquista da China, imbuídos que estavam, desde 1938, na prossecução da Política que apostava numa "Nova Ordem na Ásia Oriental". Por isso, durante o período em que decorreu o conflito bélico entre a China e o Japão não existiam relações diplomáticas entre Chonqing e Tóquio, embora continuassem as relações informais.

Nesta que pode ser considerada como a primeira fase do conflito sino-japonês (1937-1939), segundo a Encyclopédia Britannica,<sup>37</sup> era flagrante a superioridade das tropas navais e aéreas japonesas perante as mal preparadas e equipadas tropas nacionalistas chinesas. Apesar do fornecimento de munições, conselheiros militares e centenas de aviões com pilotos soviéticos, no âmbito do Pacto de não agressão, assinado entre a China e a União Soviética, a 21 de Agosto de 1937, no final desta fase, o governo nacionalista chinês perdeu um dos seus melhores exércitos, a sua força aérea e arsenais de guerra, a maior parte da moderna indústria e caminhos-de-ferro chineses, assim como os portos, através dos quais recebia equipamento militar e recursos civis. O apoio estrangeiro fez-se também sentir sob outras formas, nomeadamente sob a forma de apoio financeiro, proveniente da União Soviética, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França. No entanto, com o eclodir da guerra na Europa, estes tornaram-se cada vez mais escassos.

Quando este conflito se iniciou, o Japão aproveitou esta oportunidade para levar a cabo uma campanha de agressão no Sudeste asiático, depois de alguns acordos diplomáticos. Assim, em Setembro de 1940, o Japão concluiu

---

<sup>36</sup> Idem, pp. 303-311.

<sup>37</sup> In [www.britannica.com](http://www.britannica.com).

uma Aliança tripartida com a Alemanha e a Itália, conhecida como o Eixo Berlim-Roma. Durante um período de dez anos, estes países comprometiam-se a prestar ajuda mútua total. Por outro lado, em Setembro de 1941, o Japão assinou um pacto de neutralidade com a União Soviética, como forma de proteger a fronteira Norte da Manchúria.<sup>38</sup> Um ano antes e com o consentimento do governo francês de Vichy, apoiado pela Alemanha, as forças japonesas ocuparam a Indochina francesa, encerrando a linha de abastecimento da China, por Kunming. Ao mesmo tempo, o Japão tentava obter uma posição económica e política firme nas Índias Orientais holandesas.

Nesta altura, a capital chinesa - Chongqing - encontrava-se vulnerável, tanto por razões internas como por razões externas, directamente relacionadas com o Japão. No que se refere aos acontecimentos internos, há a sublinhar que os comunistas vinham expandindo as suas bases territoriais desde Yan'an, assim como as suas forças militares e os seus membros. Se, por um lado, o Partido Nacionalista pecava por falta de meios técnicos e de homens, por outro, a preparação e o treino dos recrutas não eram dos melhores. Agravada com o faccionismo dentro do próprio partido, os nacionalistas depararam-se ainda com uma inflação crescente, iniciada em 1939. Tudo isto fez diminuir a moral tanto dos políticos, quanto das tropas chinesas entre 1939 e 1943, a chamada segunda fase do conflito sino-japonês.

No que à agressão japonesa diz respeito, Chongqing é enfraquecida tanto devido aos cerca de 268 bombardeamentos japoneses de que foi alvo entre 1939 e 1941, como devido ao bloqueio económico. Neste último caso, e com o encerramento da Estrada de Burma, em 1942, a maior ligação entre o governo de Chongqing e o exterior havia sido cortada. Como tal, os produtos militares, como munições e combustível, só podiam ser fornecidos por via aérea a partir da Índia. Os chineses acabaram, então, por receber apoio americano por via aérea.

Ora, o Japão actuava nos bastidores da própria China, aproveitando as inimizades existentes entre os próprios nacionalistas, como aconteceu entre Chiang Kai-shek e Wang Jingwei. Sempre mais ligado a Sun Yat-sen, este

---

<sup>38</sup> Em Junho de 1941, a Alemanha havia atacado a União Soviética, fazendo cessar a ajuda militar que esta vinha concedendo ao governo chinês.

último nunca aceitou muito bem a liderança de Chiang a nível do Partido Nacionalista. Por isso, à primeira oportunidade que lhe deram os japoneses para administrar o território por eles ocupado, este prontamente acedeu e, em Março de 1940, estabeleceu um governo em Nanquim. Contudo, e apesar de ambos terem em vista os mesmos objectivos, isto é, a expulsão das forças imperialistas da Ásia, luta contra os comunistas e acabar com os privilégios estrangeiros de extraterritorialidade na China, não existia entre ambos uma verdadeira unidade de interesses. Enquanto que os japoneses o encaravam como um fantoche, Wang Jingwei pretendia tirar deste relacionamento somente apoio para prosseguir os seus interesses, sem deixar que fosse por eles dominado. Finalmente, e perante a real ameaça japonesa, o governo de Nanquim estabeleceu um tratado de aliança com o governo japonês em 1943, e foi na qualidade de representante da China (excluindo Manchukuo) que Wang Jingwei participou, em Novembro desse ano, na Conferência da Grande Ásia Oriental, a qual pretendia demonstrar a solidariedade existente naquela área do globo. No entanto, esta aliança nunca resultou muito bem e Wang Jingwei saiu muito desiludido.

Perante a percepção americana das intenções expansionistas do Japão,<sup>39</sup> traduzidas na célebre Política da "Grande Esfera da Co-prosperidade da Ásia Oriental" em finais de 1941, os Estados Unidos resolvem tomar uma atitude. Assim, decidiu enviar grandes quantidades de armas e equipamento para a China, juntamente com uma missão militar para os aconselhar. O objectivo era revitalizar o esforço de guerra chinês como forma de deter as operações militares e navais japonesas no Sul. Ao serem atacados pelos japoneses em Pearl Harbour, os Estados Unidos aliaram-se à China, o mesmo acontecendo com o Reino Unido, também ameaçado pelo Japão nas suas possessões no Pacífico. No entanto, a China passou a estar cada vez mais isolada, especialmente com a conquista japonesa de Hong Kong a 25 de Dezembro de 1941, o que acabava com a sua ligação aérea com o mundo exterior e com uma das principais rotas de obtenção de recursos. Mesmo com

---

<sup>39</sup> A partir desta altura, o governo norte-americano começou a aperceber-se que o Japão pretendia acabar a guerra com a China, assim como avançar para Sul em direcção à Malásia britânica e às Índias Orientais holandesas, começando com a ocupação do Sul da Indochina e da Tailândia.

o apoio financeiro dos Estados Unidos e do Reino Unido, a China estava quase bloqueada.

Para além disso, a aliança entre os Estados Unidos, o Reino Unido e a China estava a atravessar um período de desentendimento. Isto porque durante o Inverno de 1941-42, a principal estratégia dos Estados Unidos e do Reino Unido era, em primeiro lugar, derrotar a Alemanha, e só depois atacar o império japonês no Pacífico. Contudo, Chiang Kai-shek queria para a China um lugar de destaque na luta contra os japoneses. Por outro lado, havia também uma discrepância quanto à estratégia a adoptar para derrotar o Japão, pois enquanto os americanos defendiam que se devia reformar o exército chinês, assim como o seu equipamento e treino de combate, já Chiang Kai-shek defendia a criação de um poder aéreo americano com uma base na China. Deste modo, em 1942, a força aérea e naval aliada começou a conter os avanços japoneses em diversos pontos do Pacífico.

Por insistência do Presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, a China tornou-se numa das Quatro Potências com a missão de guiar o esforço aliado na Segunda Guerra Mundial. Efectivamente, em Novembro de 1943, Chiang Kai-shek encontrava-se com Churchill e Roosevelt pela primeira vez na Conferência do Cairo, através da qual a China obtém a promessa do retorno da Manchúria, Taiwan e Ilhas Pescadores à mãe-pátria, assim como a libertação da Coreia. É com este espírito que as tropas americanas, estacionadas nas bases aéreas do Sul e do Centro da China, sob o comando do General Chennault e da Décima-Quarta Força Aérea Americana, lançam, em Novembro de 1943, ataques devastadores sobre as bases japonesas na China e sobre as linhas japonesas existentes ao longo da costa chinesa. Temendo a possibilidade de ataques ao próprio território japonês a partir destas bases, que aconteceram na realidade em Junho de 1944, o Japão iniciou a massiva operação Icho-Go, em Abril de 1944, no Norte da China. Consequentemente, em Dezembro desse ano, as forças japonesas haviam acabado com as defesas nacionalistas, destruído a bases aéreas americanas e arruinado a reputação de Chiang Kai-shek enquanto líder militar. Passaram, então, a comandar a linha férrea que ligava a Manchúria à Indochina. Em 1944, a China estava em crise, o que inaugurou a última fase do conflito sino-japonês.



No que se refere ao contributo que a China acabou por dar ao esforço de guerra aliado, este resume-se ao facto de manter uma presença militar e vontade de resistir, suficientes para obrigar o Japão a parar quase metade do seu exército. Sublinha-se, contudo, que a contribuição comunista foi muito reduzida para o esforço de guerra, pouco afectando a estratégica balança de poderes. As suas acções reduziam-se a sabotar as linhas de comunicação japonesas, hostilizar soldados japoneses e forças fantoche que se aventuravam para além das estradas que defendiam e a punir colaboradores chineses. A única excepção foi aquando da Ofensiva dos Cem Regimentos em 1940, um conjunto de assaltos militares convencionais. Isto apesar das bases bélicas comunistas se situarem bem perto das forças japonesas, que estavam concentradas no Norte e no Nordeste chinês. De destaque, temos a capacidade do Partido Comunista de recrutar pessoas para o partido e mesmo para constituir a força da Oitava Rota e os Novos Quartos Exércitos. Isto porque apresentava, desde 1937, como principal objectivo, a luta contra os japoneses.

Após uma série de derrotas no Pacífico por acção das forças aliadas, em Julho de 1944, os japoneses aperceberam-se que iriam perder a guerra. Após duros *raids* aéreos aliados, as cidades japonesas, as comunicações, a indústria e o que restava da marinha japonesa foram devastadas. O lançamento das bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki haveriam de ser o culminar das hostilidades, perante as quais já não havia fuga possível.

Em 1945, a URSS ocupou a Manchúria e declarou a guerra ao Japão a 8 de Agosto, mesmo antes da Guerra acabar,<sup>40</sup> fornecendo todas as armas e munições japonesas capturadas aos comunistas chineses.<sup>41</sup> Tudo isto indicava o fim das hostilidades que, tal como se acordou em Potsdam, deveria conter uma declaração de rendição incondicional por parte do governo japonês. Isso viria formalmente a acontecer a 2 de Setembro de 1945.

Os Estados Unidos, por seu turno, ajudaram a assegurar que as forças do Partido Nacionalista de Chiang Kai-shek recebessem os japoneses

---

<sup>40</sup> A Segunda Guerra Mundial haveria de acabar a 14 de Agosto de 1945.

<sup>41</sup> Por este motivo, e porque as tropas comunistas eram mais bem treinadas, estas saíram da Segunda Grande Guerra muito mais fortes e muito mais bem equipadas que as tropas nacionalistas. Mais tarde, Mao Zedong haveria de agradecer ao então Primeiro-Ministro japonês, Tanaka Kakuei, pelo Japão ter, inadvertidamente, assegurado a vitória comunista.

espalhados por toda a China, transportando mais de 110 000 tropas para antigas áreas sob o comando dos japoneses.

Com o final da guerra, começaram os preparativos para continuar a guerra civil que se havia iniciado em 1927, mas que tinha tido um interregno com o conflito sino-japonês.

Esta fase das relações sino-nipónicas não pode ser esquecida facilmente principalmente pelas marcas provocadas. Tal como refere Jean-Marie Bouissou, *"este traumatismo histórico pesa ainda terrivelmente sobre as relações entre os dois países. Mas, mesmo assim, a sua relação permanece ambígua. Para a China, o Japão é ao mesmo tempo o modelo moderno e liberal onde os jovens revolucionários vão estudar, e um agressor tão odioso que não tem a desculpa nem o prestígio de ser branco. Para os japoneses, a derrocada da China confirma, enfim, a sua inferioridade em relação ao seu kokutai.(...) Ele [o Japão] agride mas aí reconhece o grande antepassado desse Oriente que ele reconstrói para fixar a sua energia nacional."*<sup>42</sup>

## **5. Arrefecimento das tensões (1945 - 1972)**

### **5.1. Relações políticas**

Após um período de relações conflituosas caracterizadas pela invasão japonesa do território chinês e consequente resistência chinesa, as relações sino-nipónicas entram num período de desanuviamento.

Num estágio inicial desse período de quase ausência de contactos entre a China e o Japão, a primeira encontrava-se a braços com uma guerra civil interna entre comunistas e nacionalistas. Claramente afectados por um longo período de conflito, primeiro contra os comunistas e depois contra os japoneses, os nacionalistas não conseguiram responder positivamente às ameaças comunistas e acabaram por ser vencidos por estes últimos. Não tiveram, então, outra hipótese senão a de fugir para a Ilha Formosa, ao largo

---

<sup>42</sup> BOUISSOU, Jean-Marie, *op. cit.*, p. 316, trad. do autor.

da Costa Oriental Chinesa. Enquanto em Taiwan, liderando o Partido Nacionalista, Chiang Kai-shek continuava a considerar-se o legítimo representante da China, inclusivamente a China continental, no território continental da China, Mao Zedong liderando o Partido Comunista, instituiu a República Popular da China (RPC), a 1 de Outubro de 1949. Nesse mesmo dia, no discurso que fez perante a Praça Tiannanmen, Mao Zedong sublinhou que estava disposto a estabelecer relações diplomáticas com todos os governos estrangeiros.

Segundo Chalmers Johnson,<sup>43</sup> entra-se, assim, na primeira fase das relações sino-nipónicas deste período, que irá até 1971 e que se caracterizará pela dependência e constricção japonesas. Consequentemente, e ainda segundo este autor, "entre meados de 1950 e finais de 1970, a atitude peculiar do Japão em relação à China permitiu à RPC tirar vantagem política do Japão nas suas relações bilaterais."<sup>44</sup>

Logo a 12 de Junho de 1950, o Comité Central do Partido Comunista Chinês (PCC) emitiu uma declaração sobre a situação do Japão, denunciando os "imperialistas americanos" e o governo japonês por perseguir o Partido Comunista japonês e o patriótico povo japonês.<sup>45</sup>

Ora, o primeiro acto internacional da nova República Popular da China haveria de ter lugar a 14 de Fevereiro. Tratou-se de um Tratado de Aliança Sino-soviético, cujo artigo n.º 1 pode ser considerado como dirigido contra o Japão: *"As partes contratantes (RPC e URSS) responsabilizam-se a levar a cabo todas as medidas indispensáveis e as disposições próprias para prevenir a repetição da agressão e violação da paz por parte do Japão ou de qualquer outro Estado que, directa ou indirectamente, se una ao Japão nos seus actos de agressão. No caso em que uma das partes contratantes seja objecto de ataque por parte do Japão ou de um Estado aliado do Japão e se encontre assim em estado de guerra, a outra parte contratante concederá imediatamente a sua ajuda militar ou outra por todos os meios à sua disposição."* Consequentemente, os visados por este tratado serão tanto o Japão como algum Estado aliado deste, ou seja, os Estados Unidos (EUA). Isto apesar dos

---

<sup>43</sup> JOHNSON, Chalmers, *Japan: who governs?*, New York: W.W. Norton & Company, 1995.

<sup>44</sup> *Idem*, p. 236, trad. do autor.

<sup>45</sup> *In China's Foreign Relations: A Chronology of Events (1949-1988)*, Beijing: Foreign Languages Press, 1989, p. 220.

EUA ainda não serem, na altura, um Estado aliado do Japão, mas somente ocupassem o Japão. Este tratado insere-se no contexto de um conflito violento do qual a China tinha saído recentemente com o Japão, assim como uma guerra de nervos em que se encontrava a comunidade internacional - a Guerra Fria. Assim, se por um lado, a China não podia esquecer o que havia ocorrido anteriormente em relação ao Japão, por outro lado, aproveitou-se dos condicionalismos do mundo bipolar de então, aproximando-se do país que ideologicamente lhe estaria mais próximo.

Paralelamente, o Japão aproximou-se mais dos Estados Unidos, principalmente a partir do Tratado de Paz de S. Francisco (18 de Setembro de 1951), o que foi violentamente criticado pela República Popular da China. Isto porque o governo de Pequim, partilhando o ponto de vista de Moscovo, pretendia reaver Taiwan e as Ilhas Pescadores, assim como a saída total e definitiva das tropas americanas do território japonês e uma cláusula impedindo o rearmamento japonês como forma de evitar conflitos como os que haviam ocorrido anteriormente.<sup>46</sup>

No entanto, naquela altura, a República Popular da China não era reconhecida como legítima representante do território chinês. Por esse motivo, este governo via-se impedido de representar os interesses da China, nomeadamente perante os Estados Unidos, que não a reconheciam internacionalmente. Este impedimento de negociação era agravado com a intervenção do governo comunista chinês no lado oposto ao dos EUA durante a Guerra da Coreia. Por outro lado, o governo britânico não reconheciam Taiwan, defendendo a aproximação japonesa ao governo de Pequim. Isto porque, se o Japão não entrasse no mercado chinês continental, iria competir com ele, afastando os produtos britânicos do mercado do Sudeste asiático. A Grã-Bretanha defendia também que laços mais estreitos entre Tóquio e Pequim haveriam de representar um contrapeso para a União Soviética na Ásia. Em consequência destas posições, nenhum dos governos de Taipei ou de Pequim, acabou por ser convidado para as negociações finais, deixando-se ao governo japonês a possibilidade de escolha sobre com qual dos governos haveria de

---

<sup>46</sup> Na realidade, o Tratado de Aliança Sino-Soviético de 1950 previa, no seu art. N.º 2, que as partes contratantes negociassem um tratado de paz para o Japão com as outras potências aliadas.

estabelecer um tratado separado. O governo de Pequim acaba por considerar nulo o Tratado de S. Francisco.

No que se refere ao Japão, e por influência norte-americana,<sup>47</sup> de onde se destaca a acção do conselheiro norte-americano John Foster Dulles, este acaba por decidir estabelecer relações com o governo nacionalista de Chiang Kai-shek. No entanto, evidências actuais demonstram que o Primeiro-ministro japonês Yoshida Shigeru lutou sempre contra a posição defendida pelo conselheiro norte-americano, como forma de evitar reconhecer o governo de Taibei, em vez do governo de Pequim. Aliás, em discussões levadas a cabo entre os dois líderes durante 1951, Yoshida sempre defendeu que a política norte-americana de contenção em relação à China estava errada, que o comunismo chinês tinha raízes no nacionalismo chinês, que a Aliança Sino-soviética não haveria de durar muito tempo e que o Japão poderia ter um papel importante em direccionar a China para uma via não comunista. Nesse mesmo ano, Yoshida chegou a afirmar na Dieta que "Se a China Comunista estiver de acordo, o Japão gostaria de estabelecer um escritório comercial em Xangai." E que ele via "a República da China meramente como um governo local."<sup>48</sup> Existem inclusivamente suspeitas de que a carta enviada por Yoshida a John Dulles, a 24 de Dezembro de 1951, a comunicar o reconhecimento japonês do governo de Taibei, teria sido escrita por John Dulles e assinada forçosamente pelo Primeiro-ministro japonês.<sup>49</sup>

A reacção chinesa comunista não foi das melhores: a 22 de Janeiro de 1952, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Zhang Hanfu, fez uma declaração na qual refere que o compromisso assumido por Yoshida foi a mais flagrante provocação contra a República Popular da China desde a conclusão do Tratado de Paz de S. Francisco, em Setembro de 1951.<sup>50</sup>

No entanto, a verdade é que, enquanto que o Tratado de Paz de S. Francisco entrava em vigor no dia 28 de Abril de 1952, foi assinado um tratado entre o Japão e o governo de Taibei, que põe termo ao conflito existente entre os dois *países*. Assim, o Japão renuncia a todo o direito sobre Taiwan, as ilhas

---

<sup>47</sup> Como o Tratado de Paz ainda não havia sido ratificado, o Japão não tinha outra solução senão a de ceder à pressão norte-americana.

<sup>48</sup> Citado por JOHNSON, Chalmers (1995), *op. cit.*, p 238.

<sup>49</sup> Esta situação foi citada por JOHNSON, Chalmers (1995), *op. cit.*, p 237.

Pescadores e as Ilhas Spratly e Paracel, deixando ao governo nacionalista os direitos e privilégios adquiridos na China continental em 1901. Mas tal como sublinhado na carta endereçada a Dulles, este acordo aplicava-se somente ao território que se encontrava sob administração do governo de Taipei à data da sua assinatura. Daqui se depreende que o Japão poderia no futuro, se assim o desejasse, estabelecer relações e concluir tratados com o governo de Pequim. No entanto, não era assim que este governo encarava o Tratado então assinado, para Pequim este tratado representava um entrave ao estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois.

Entretanto, entre 15 de Fevereiro e 5 de Março de 1953, desenvolvem-se, em Pequim, conversações sobre a assistência ao regresso de nacionais japoneses que estivessem na China e que desejassem voltar ao seu país. Estas conversações foram levadas a cabo entre a delegação da Sociedade Cruz Vermelha na China e a delegação japonesa, composta por três organizações - a Sociedade da Cruz Vermelha japonesa, o Comité de Liaison de Paz japonês e a Associação de Amizade Japão-China. Chegou-se, então, a um acordo sobre este assunto e foi feito um comunicado. O primeiro grupo de japoneses na China, que compreendia cerca de 4.936 nacionais, regressou ao Japão entre 20 e 22 de Março de 1953. Este trabalho estaria concluído sete meses mais tarde, quando Li Dequan, Presidente da Sociedade da Cruz Vermelha na China se encontrou com uma delegação da União de Membros da Dieta Japonesa para Promoção do Comércio entre a China e o Japão em Pequim, e informou-os de que 26.026 nacionais japoneses tinham regressado ao seu país em sete grupos, entre Março e Outubro.

É neste mesmo ano, no mês de Julho, que culmina o primeiro conflito do período conhecido como a Guerra Fria, isto é, a Guerra da Coreia. A partir de então, o governo de Pequim passa a adoptar um política de coexistência pacífica. No que se refere ao Japão em específico, o governo comunista encara-o como *"um país independente, democrático e pacífico, com o qual está disposto a estabelecer relações de coexistência pacífica."*<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> *In China's Foreign Relations: A Chronology of Events (1949-1988)*, Beijing: Foreign Languages Press, 1989, p. 220.

<sup>51</sup> Citado por François Joyaux - *La Tentation Impériale - Politique Extérieure de la Chine depuis 1949*, Paris: Imprimerie Nationale, 1994, p. 249, trad. do autor.

O carácter das relações sino-japonesas existente durante este período esteve sempre muito dependente do governo japonês que se encontrava no poder e da forma como este encarava a China. Assim, em Dezembro de 1954, com a chegada do Primeiro-ministro Hatomaya Ichiro ao poder, o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Shigemitsu, anterior embaixador em Nanquim, anuncia a intenção do novo governo de normalizar as relações sino-japonesas sobre uma base mútua aceitável.<sup>52</sup>

Quando teve lugar a célebre Conferência de Bandung, em 1955, Zhou Enlai encontrou-se com o Ministro de Estado japonês Takasaki Tatsunosuke,<sup>53</sup> sublinhando-lhe que estava disposto a estabelecer relações diplomáticas com o Japão, com base nos cinco princípios da coexistência pacífica. Impulsionado pelo início das conversações entre os EUA e a China comunista, em Genebra, o Japão acaba, também na mesma altura, isto é, no Verão de 1955, por fazer uma troca de notas diplomáticas em matérias de interesse comum. Isto quando o governo de Pequim já não fazia questão que os acordos militares existentes entre o Japão e os EUA, assim como entre o Japão e Taiwan, terminassem para começar a negociar com o Japão. Por várias vezes, o governo de Pequim havia convidado o governo japonês a enviar uma delegação oficial a fim de promover negociações.

Foi assim que, a 15 de Outubro de 1955, uma missão da Dieta Japonesa se deslocou à China, onde se encontrou com o Presidente Mao Zedong e o Primeiro-ministro Zhou Enlai, como forma de trocar pontos de vista sobre a amizade e a normalização de relações diplomáticas e comerciais entre a China e o Japão, assim como chegar a acordo em algumas matérias. Daqui resultou a assinatura de um comunicado conjunto entre Peng Zhen, o Secretário-geral do Comité do Congresso Nacional Popular, e Eikichi Kanbayashiyama, líder da Missão da Dieta Japonesa a Pequim, a 17 de Outubro.

Em Fevereiro do ano seguinte continua aproximação entre os dois governos, desta feita com a publicação de um comunicado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês acerca da normalização das relações. Nesta data, foram tornados públicos todos os documentos sobre esta questão

---

<sup>52</sup> Isto numa altura em que os EUA assinavam com Taiwan um Tratado de Defesa, dirigido contra o governo comunista.

<sup>53</sup> De notar que a presença japonesa na Conferência de Bandung foi feita sem a autorização dos EUA.

trocados entre os dois governos desde 15 de Julho de 1955. Neste clima de aproximação crescente, quem acabou por beneficiar foram os criminosos de guerra japoneses presos na China. Por resolução do Comité do Congresso Nacional Popular, e em vista da crescente amizade existente entre os dois governos e da adopção de uma política mais branda, são libertados, a 2 de Junho, 335 criminosos de guerra japoneses, 328 em Julho e 354 em Agosto.

No entanto, e por pressão norte-americana, as tentativas de aproximação do Japão à RPC começam a afrouxar. Isto numa altura em que o Japão tinha a possibilidade de entrar na Organização das Nações Unidas (ONU), onde também a Rússia e Taiwan têm direito de veto quando à sua entrada. Como tal, não lhe convinha levantar a ira destes países nem contrariá-los. Finalmente, em finais de 1956, com a nomeação de Kishi Nobusuke para a cadeira de Ministro dos Negócios Estrangeiros e sua posterior nomeação para Primeiro Ministro em Fevereiro do ano seguinte, a possibilidade de existirem entre os dois países relações diplomáticas oficiais caem por terra.

No entanto, durante o ano de 1959, dois acontecimentos demonstram que ainda haverá esperança. Entre 23 de Fevereiro e 9 de Março, uma delegação do Partido Comunista japonês, liderada pelo Secretário-geral do seu Comité Central Kenji Miyamoto, visitou a China e levou a cabo conversações com a delegação do Partido Comunista chinês. Em consequência desse encontro, foi assinado a 3 de Março, em Zhengzhou, uma declaração conjunta. Mais tarde, entre 9 e 20 de Setembro, o antigo Primeiro-ministro japonês Tanzan Ishibashi visitou a RPC, de cujas conversações com o Primeiro-ministro chinês Zhou Enlai resultou um comunicado que reforça a ideia de que os dois governos vão desenvolver todos os esforços no sentido de promover a amizade mútua, fortalecer a confiança recíproca, melhorar as relações existentes entre a China e o Japão e trabalharem em conjunto para restabelecer a normalização das relações entre os dois governos com base nos cinco princípios da coexistência pacífica e nos dez princípios da Conferência de Bandung.

É também interessante notar a forma como o Partido Comunista chinês procurava aproximar o Japão da RPC, afastando os Estados Unidos. E isto ocorria desde o início da década de 60, ainda que de forma indirecta, nomeadamente através de diversos discursos proferidos por Mao Zedong em



apoio aos japoneses que se quisessem opor ao "imperialismo" americano. Já em Janeiro de 1964, Mao Zedong encontrou-se com visitantes japoneses em Pequim, onde expressou o seu apoio ao povo japonês na sua justa e patriótica luta contra o imperialismo norte-americano.

Mas as relações sino-japonesas pareciam longe de se normalizar. Com efeito, o levantamento da questão sobre as Ilhas Diaoyu, em 1971, veio trazer algum dissabor às relações entre a China e o Japão. A 30 de Dezembro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês prestou uma declaração, sublinhando que em anos anteriores o governo japonês de Sato tinha reclamado para o seu país aquelas Ilhas, mas que tanto a Dieta Japonesa como o Congresso norte-americano haviam aprovado a reversão daquelas para a China. Como tal, a declaração efectuada naquela data veio exactamente reforçar a ideia de que as Ilhas Pescadores, Huangwei, Chiwei, Nanxiao e Beixiao pertencem a Taiwan e são, como tal, uma parte inalienável do território chinês desde tempos ancestrais. A RPC mostrava-se verdadeiramente determinada em recuperar estas ilhas.

## **5.2. Relações comerciais**

Durante este período das relações sino-japonesas, mais precisamente durante os anos 50 e 60, o governo assumiu uma política de separação entre a política propriamente dita e a economia (*seikei bunri*). Isto permitiu-lhe estabelecer relações comerciais, ao mesmo tempo, com os Estados Unidos, com Taiwan e com a China comunista. Era esta a política externa japonesa. No que se refere ao comércio com Pequim, desenvolveram-se entre os dois governos uma série de acordos não oficiais, como se pode observar no quadro seguinte.

**Quadro 1 - Os primeiros acordos não oficiais entre a República Popular da China e o Japão (1952-1958)**

<b>Data da Conclusão</b>	<b>Natureza dos Acordos</b>	<b>Período de Execução</b>
01/06/1952	1.º Acordo comercial	1952
29/10/1953	2.º Acordo comercial	1953-1954
15/04/1955	Acordo de pesca	1955-1956
04/05/1955	3.º Acordo comercial	1955
27/11/1955	Acordo cultural	
08/05/1956	Protocolo de pesca	1956-1957
28/06/1956	Comunicado sobre o repatriamento de criminosos de guerra japoneses	
30/05/1957	Troca de notas sobre a pesca	1957-1958
05/03/1958	4.º Acordo comercial	1957-1958

FONTE: JOYAUX, François - *La Tentation Impériale - Politique Extérieure de la Chine depuis 1949*, Paris: Imprimerie Nationale, 1994, p. 250.

De sublinhar que esta situação se verificava, apesar do embargo existente sobre o comércio da China Popular, imposto pelas Nações Unidas na altura da Guerra da Coreia em 1951, e sob grande influência dos EUA. Mais formalmente, desde a entrada em vigor do Tratado de S. Francisco, em Maio de 1952, foi criada uma Associação para a Promoção do Comércio Sino-nipónico, que representava a vontade do patronato japonês de estabelecer relações económicas com a China. É, então, que o presidente desta Associação, Haoshi Kei, assina com o presidente da Associação chinesa para a Promoção do Comércio Internacional, Nan Hanchen, em Pequim, o primeiro acordo comercial não oficial para o ano em curso. Mais tarde, serão assinados acordos no mesmo âmbito nos anos de 1953, 1955 e 1958.

Todos estes acordos vêm na senda da posição assumida por alguns políticos japoneses pró-China Comunista, enquanto que a política oficial do governo era pro-Taiwan. A 16 de Julho de 1957, o governo japonês chega mesmo a anunciar oficialmente a sua decisão de diminuir o seu embargo em relação à China. Tratava-se, segundo Chalmers Johnson, de uma política

externa neo-mercantilista.<sup>54</sup> Do lado chinês, haviam também grandes defensores destas redes comerciais, à cabeça dos quais se destaca Zhou Enlai, que, segundo os norte-americanos, adoptava uma diplomacia pragmática. Na realidade, foi por acção de Zhou Enlai que, na Conferência de Bandung, o impulso foi dado para o estabelecimento de laços comerciais entre os dois governos.

O 4.º Acordo Comercial assinado em Pequim entre o Conselho chinês para a Promoção do Comércio Internacional e a União dos Membros da Dieta Japonesa para Promoção do Comércio entre o Japão e a China, a Associação de Promoção do Comércio Internacional Japonês e a Associação de Exportações do Japão, representou de facto um grande avanço nas relações comerciais sino-japonesas. Para além de prever um total de 35 milhões de libras esterlinas de importações e exportações entre os dois governos, este acordo continha também artigos acerca do estabelecimento de agências comerciais populares permanentes em Pequim e Tóquio, assim como a promoção e fortalecimento de trocas tecnológicas e cooperação.

A evolução das relações existentes entre o Japão e o governo de Pequim, fez suscitar a ira do governo de Taipei, que exigiu o fim imediato das suas relações comerciais com o Japão, o que viria a acontecer após o acordo de 1958. O governo japonês logo se apressou a esclarecer que as relações comerciais que estabeleceu com a RPC nunca teriam um carácter oficial, ao contrário do que sucedia com as relações com Taiwan. Esta afirmação fez suscitar o desagrado do governo de Pequim. Depois da visita de Kishi, em 1957, a Taiwan, o primeiro Primeiro-ministro japonês a fazê-lo, e, mais tarde, o incidente da bandeira em Nagasaki, a 2 de Maio de 1958, quando jovens japoneses incendiaram a bandeira chinesa naquela cidade, o governo de Pequim suspendeu todo o tipo de relações comerciais com o Japão, sete dias mais tarde. Com efeito, a 9 de Maio, quando o Vice-primeiro ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Chen Yi, receberam o repórter da Agência de Notícias Xinhua, declararam, a respeito das relações sino-japonesas, que o Primeiro-ministro japonês Nobusuke Kishi tinha sabotado abertamente o acordo comercial sino-japonês e tinha feito sérios ataques à China. Chen Yi

---

<sup>54</sup> JOHNSON, Chalmers (1995), *op. cit.*, p. 239.

referiu também o incidente de Nagasaki. Mais tarde, a 19 de Novembro, Chen Yi acabaria por fazer uma declaração sobre a revisão do Pacto de Segurança Nipo-americano efectuada pelos dois países, expressando grande preocupação e indignação pelas conspirações existentes no governo japonês de Kishi, em conluio com os EUA e em hostilidade à RPC.

Consequentemente, e tal como se pode observar no quadro seguinte, as trocas comerciais diminuem drasticamente a partir de 1958, especialmente a partir do ano seguinte.

### **Quadro 2 - Evolução do comércio entre a República Popular da China e o Japão (1952-1959 e 1962-1968)**

(em milhões de dólares)

<b>1952</b>	15	<b>1957</b>	141	<b>1964</b>	310
<b>1953</b>	34	<b>1958</b>	105	<b>1965</b>	470
<b>1954</b>	60	<b>1959</b>	23	<b>1966</b>	620
<b>1955</b>	110	<b>1962</b>	84	<b>1967</b>	557
<b>1956</b>	151	<b>1963</b>	137	<b>1968</b>	579

FONTE: JOYAUX, François - *La Tentation Impériale - Politique Extérieure de la Chine depuis 1949*, Paris: Imprimerie Nationale, 1994, pp. 251 e 253.

Contudo, esta situação sofre um revés, sobretudo a partir do início da década de 60, quando as relações sino-soviéticas entram em crise. A retirada de assistência técnica soviética provoca na economia chinesa comunista grandes dificuldades, pelo que esta não tem outra solução senão virar-se para o seu vizinho japonês, em cujo mercado pode encontrar a tecnologia industrial que a URSS sempre lhe negou, assim como escoamento para os seus produtos alimentares e matérias-primas, que até então vendia ao mercado soviético. O Ministério japonês do Comércio Internacional e Indústria aboliu, então, o sistema compulsório de troca de géneros, permitindo trocas comerciais normais em dinheiro, assim como permitiu que as importações da China comunista fossem admitidas incondicionalmente no mercado japonês, sem qualquer tipo de discriminação (em princípio). De notar, contudo, que o governo comunista chinês apresentava como condição, em 1960, às empresas japonesas que pretendessem estabelecer consigo relações comerciais

bilaterais, o respeito pelos seguintes três princípios: não apoio de uma política hostil em relação a Pequim, não adesão a uma conspiração de duas Chinas e contribuição para que normalização das relações diplomáticas entre os dois países se fizesse. Estas condições continuaram a ser a base das relações comerciais entre a China e o Japão até à década de 70.

Neste sentido, em Novembro de 1962, a RPC recebe uma importante missão económica japonesa dirigida por Takasaki, antigo ministro japonês do Comércio Internacional e da Indústria, quando o governo de Kishi havia sido substituído pelo de Ikeda.<sup>55</sup> Representando a Associação japonesa para o Desenvolvimento do Comércio Exterior, Takasaki assina, a 9 de Novembro, um acordo comercial com Liao Cheng-zhi, o negociador chinês (futuro presidente da Associação de Amizade Sino-japonesa), aquele que será, para a RPC, o primeiro laço comercial mais importante com o exterior. Ora este acordo, conhecido como Acordo L-T (iniciais dos nomes dos negociadores), cobre um período de 4 anos (1963-1967) e prevê a venda de produtos agrícolas e matérias-primas da China ao Japão, recebendo esta a crédito do Japão, equipamentos e produtos industriais. Por outro lado, são instalados escritórios comerciais em cada uma das capitais dos dois países. De certa forma, este acordo tinha um grande valor simbólico para Pequim, pois separava a política japonesa da política norte-americana, na medida em que este comércio era contrário ao espírito do Tratado que o Japão tinha com os Estados Unidos. Esta posição era tanto mais favorável, quanto mais separada a China se encontrava da União Soviética, devido a algumas disputas territoriais em finais da década de 60. Em certo sentido, poder-se-á dizer que o Japão estaria a substituir o papel da URSS junto do governo chinês.

Consequentemente, e tal como se pode observar no Quadro 2, entre 1963 e 1966, o comércio entre os dois países teve um grande desenvolvimento. Em 1965, o Japão tinha já substituído a União Soviética

---

<sup>55</sup> É interessante verificar, em documentos da época, que era manifesta a diferença da política de Ikeda em relação à anterior. Diz num Relatório de Relações Exteriores de 11 de Maio de 1961 que "desde que o Sr. Ikeda tomou posse do lugar de Primeiro-ministro no ano passado, tem havido um certo degelo nas relações nipo-chinesas, congeladas desde que o comércio existente entre os dois países acabou na Primavera de 1958." (*In Japan's Road to Peking, The Economist Newspaper Limited, London, 1961, May, 11, p. 716, trad. do autor.*) Aliás, neste mesmo artigo, refere-se que a retoma das relações com Pequim era um dos objectivos do novo governo japonês, em conivência com um estudo realizado que referia que 42 % dos japoneses

como o parceiro comercial mais importante da China, embora ainda mantivesse os seus laços com Taiwan. Pela primeira vez desde 1949, as exportações japonesas para a China continental ultrapassavam as suas importações, assim como as exportações para Taiwan.

Perante a importância crescente das relações comerciais existentes entre os dois países, a RPC começa a utilizar o desenvolvimento comercial como meio de pressão sobre os japoneses. Assim, em 1962, Zhou Enlai apresenta como condições à continuação das relações comerciais entre os dois países, a negação, pelo governo japonês, da tese das duas Chinas, a não-colocação de qualquer tipo de entraves à evolução das relações sino-nipónicas e a separação das políticas japonesa e americana na Ásia. Perante a relação dupla que o governo japonês estabelecia com as duas Chinas, a RPC chega mesmo a ameaçar deixar de ter relações comerciais com sociedades japonesas que tivessem relações com Taiwan, fabricassem material de guerra utilizado no Vietname (na altura da Guerra da Indochina) ou tivessem relações estreitas com os EUA. Mas estas não passaram de simples ameaças, sem concretização prática.

Tal como salienta François Joyaux, *"o rápido desenvolvimento do comércio sino-japonês não deixa de levantar graves problemas de financiamento devido à inconvertibilidade da moeda chinesa, por um lado, e ao importante déficit da China popular em relação ao Japão, por outro."*<sup>56</sup> É neste contexto que os empréstimos japoneses vão ser de grande valia para a República Popular da China. No entanto, logo o primeiro empréstimo, concedido em 1963, suscita uma pronta reacção dos EUA e também de Taiwan. Para acalmar os ânimos, o Primeiro-Ministro japonês Yoshida envia uma carta ao Secretário-geral da presidência nacionalista chinesa, Chang Chun, em Fevereiro de 1964, onde lhe assegura que nenhuma acção deste tipo será autorizada. Quem não fica muito contente com esta posição, é o governo de Pequim, que passa a favorecer somente o comércio com as chamadas «firmas amigas japonesas», em detrimento do comércio L-T.

---

inquiridos se tinham manifestado a favor do reconhecimento de Pequim. Mas há que não olvidar a posição norte-americana.

<sup>56</sup> JOYAUX, François (1994), *op. cit.*, p. 253, trad. do autor.

Estes desaires, juntamente com a impopularidade crescente da RPC, onde se vivia então a Revolução Cultural Proletária, fez com que se desse uma aproximação entre o governo japonês e Taiwan, a nível de trocas comerciais. Seguindo a visita de Yoshida a Taiwan em Maio de 1964, Sato faz o mesmo já depois do início da Revolução Cultural na China continental, mais precisamente em 1967. Correlativamente, e a nível da segurança, verifica-se também uma aproximação entre estes dois governos, talvez por influência americana, quando o Presidente Nixon adoptou uma política de afastamento militar progressivo dos Estados Unidos em relação ao Extremo Oriente. Efectivamente, aquando da viagem do Primeiro-ministro japonês aos EUA, foi feito um comunicado a 21 de Novembro de 1969, onde o Japão afirma que "a segurança da região da Formosa é um factor muito importante da segurança do Japão."<sup>57</sup> Tal como François Joyaux afirma *"au moment où les États-Unis, par la «doctrine Nixon», préparaient la voie à une détente avec la Chine Populaire, le Japon, à cause de cette même «doctrine Nixon», affirmait, pour la sécurité de Taiwan, un intérêt qui ne pouvait que l'éloigner plus encore de Pékin."*<sup>58</sup>

A reacção da China Comunista é óbvia, acusando o Japão de fazer renascer o militarismo que havia demonstrado anteriormente. No entanto, o Japão conseguiu que o comércio continuasse entre os dois governos durante a era de Sato, sendo que expandiu enormemente quando Tanaka chegou ao poder. Na realidade, como forma de provar exactamente o contrário do que eram acusados pelos comunistas, os japoneses acabaram por tentar justificar internacionalmente o que se passava na China durante aquele período.<sup>59</sup> Como tal, durante aquela época, foram publicados diversos artigos japoneses sobre a Revolução Cultural chinesa, onde se procurava explicar o que se estava a passar.

Daqui se conclui que, tal como sublinha Chalmers Johnson, *"a diplomacia japonesa em relação à China neste período era uma adaptação*

---

<sup>57</sup> Citado por François Joyaux (1994), *op. cit.*, p. 254, trad. do autor.

<sup>58</sup> JOYAUX, François (1994), *op. cit.*, p. 254.

<sup>59</sup> Apesar desta atitude japonesa, no início da década de 70, a China comunista reduziu o número de jornais japoneses representados no seu território e a admissão dos jornalistas japoneses na China passou a estar sujeita a três condições apresentadas por Zhou Enlai: não defender uma política hostil à China, não participar em qualquer tipo de conspiração ligada a ideia das "duas Chinas" e não obstruir a normalização das relações sino-japonesas.

*criativa à Guerra Fria e à revolução comunista em curso na China. Manteve-se, assim, o interesse do Japão no comércio na China, mantiveram-se abertas as opções do Japão para uma normalização a longo termo, e evitou-se uma separação entre os Estados Unidos, a RPC e Taiwan." <sup>60</sup>*

### 5.3. Relações culturais

Para além das relações que se estabeleceram entre a China e o Japão entre 1945 e 1972 a nível diplomático, militar e comercial, há ainda um outro tipo de relações que Akira Iriye <sup>61</sup> sublinha como importantes para a análise desde período. Tratam-se dos laços culturais que se estabelecem entre estes dois governos, que têm um passado histórico comum, o que não pode deixar de se contextualizar a seguir a um período violento. Daqui resultam pontos de vista de ambos os lados que chegam mesmo a ser contraditórios. Tal como refere Ian Wilson, *"o Japão é variavelmente admirado, odiado, temido, apoiado e procurado. É visto como um cruel invasor, um modelo económico, uma ameaça militar e como uma importante fonte de ajuda, investimento e tecnologia.(...) A atitude japonesa em relação à China é simultaneamente difícil de caracterizar em termos simples, mas não aponta para um choque inevitável de interesses que resulta em conflito maior. Admiração como a fonte da maior parte da cultura japonesa, atracção para um vasto mercado de exportações, profunda culpa de guerra, e temor como potencial agressor, tudo intriga a mente japonesa."* <sup>62</sup>

Por outro lado, e combinado com este sentimento de culpa, não se pode esquecer a inevitável influência norte-americana que o Japão recebeu no período pós-guerra.

Isto não impediu as diversas trocas intelectuais que se desenvolveram entre os dois países, nomeadamente sobre a forma de cooperação para constituição da história comum que existe entre a China e o Japão. Por outro

<sup>60</sup> JOHNSON, Chalmers (1995), *op. cit.*, p. 242, trad. do autor.

<sup>61</sup> AKIRA, Iriye - "Chinese-Japanese Relations, 1945-1990", *China and Japan: History, Trends and Prospects*, ed. por Christopher Howe, Oxford: Clarendon Press, 1996, pp. 46-59.

<sup>62</sup> WILSON, Ian, "Sino-Japanese Relations in the Post-Cold War World", *China as a Great Power*, ed. by Staur Harris & Gary Klintworth, New York: Longman, 1995, p. 91, trad. do autor.



lado, e perante o criticismo chinês, assiste-se à prontidão dos intelectuais japoneses em responderem a essas mesmas críticas.

Um aspecto que se salienta a nível cultural durante este período foi o intercâmbio de larga escala entre indivíduos de diversas áreas, como a arte, a investigação e mesmo o turismo. Apesar deste intercâmbio já existir antes de 1945, verificou-se um maior fluxo no período pós-Segunda Grande Guerra em ambos os sentidos. Este fluxo de intelectuais e artistas chineses e japoneses foi acompanhado de um intercâmbio de programas entre os governos e cuja intensidade abrandaria durante o período da Revolução Cultural chinesa. As visitas a ambos os países são também importantes, na medida em que podem influenciar a cultura e a sociedade do *outro*. De sublinhar que, tendo em conta que será superior o número de chineses que visitam o Japão, pode-se esperar que a sua presença influencie mais a cultura japonesa do que o contrário, até porque a cultura japonesa mergulha as suas raízes na cultura chinesa ancestral.

No que se refere ainda à cultura e já quanto aos pontos de vistas que cada um tem do outro, poder-se-á dizer que, apesar dos desentendimentos do passado e do peso que este representa sobre os sentimentos que chineses e japoneses nutrem mutuamente, a verdade é que existem áreas de interesse comum que os pode juntar. Essas preocupações comuns têm a ver com a preservação de certas espécies animais, a protecção ambiental de certas zonas e mesmo uma concepção comum na área dos direitos humanos. Se houvesse um franco empenho dos dois governos em cooperar nestas áreas, decerto que a normalização das relações seria mais fácil. Mas estas são questões mais direccionadas para o futuro pós-normalização das relações diplomáticas, que se deu em Agosto de 1978.

## **6. Normalização das relações e aproximação (1972- 1989)**

A normalização das relações políticas sino-japonesas não foi um processo fácil, tanto antes da assinatura Declaração Conjunta a 29 de

Setembro de 1972 como depois desta até à assinatura do Tratado de Paz e Amizade, seis anos mais tarde. E todas estas demoras e entraves têm a ver tanto com a conjuntura internacional vivida na época, como com condicionalismos internos, afectos a ambos os países.

A nível da política interna japonesa, a inclinação pró-República Popular da China irá desencadear uma certa divisão interna inter-partidos políticos e mesmo intra-partidos políticos. Se bem que a maioria parlamentar fosse a favor da normalização das relações sino-japonesas, dentro do partido maioritário - o Partido Liberal-Democrata - verificava-se uma certa divisão em que a facção pró-Taiwan se opunha à fracção pró-Pequim. Devido à importância deste assunto, a Agosto de 1970 é constituído o Grupo parlamentar para a discussão do problema chinês, formado por deputados conservadores, sobre a direcção do antigo Ministro dos Negócios Fujiyama. No final desse ano, através de um acordo entre os dirigentes do Partido Liberal-Democrata, do Partido Socialista, do Partido Social-Democrata e do Komei, é criada uma Liga Parlamentar para a Promoção do Restabelecimento das Relações Diplomáticas entre o Japão e a China, de que Fujiyama é o presidente.

No que se refere à República Popular da China, a sua posição é de intransigência. Quando a 5.<sup>a</sup> Delegação do Partido Socialista japonês visita a China, em Outubro de 1970, Tomomi Narita, chefe da delegação japonesa, e Kouo Mo-jo, Vice-presidente da Assembleia Popular Nacional da RPC e presidente honorário da Associação de Amizade China-Japão, assinam uma declaração comum a 1 de Novembro, condenando o militarismo japonês e pedindo a anulação do Tratado de S. Francisco de 1951, a abolição do Tratado de Paz entre o Japão e Taiwan, assim como o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Japão e a República Popular da China. No ano seguinte, e no contexto de uma visita de uma delegação do Partido japonês Komei à RPC, em Julho, é assinada uma Declaração comum também com a Associação de Amizade China-Japão. Esta vem reforçar as condições impostas pela RPC, como a sua assunção como o único governo legal da China, devendo estar representada em todos os órgãos da ONU com todos os direitos que isso implica, a consideração de Taiwan como um assunto do foro interno chinês, a ocupação da qual pelos Estados Unidos é considerada como um acto de agressão, e a abolição do Tratado de Paz entre o Japão e Taiwan. Um aspecto

inovador desta Declaração conjunta de 2 de Julho de 1971 é o facto de considerar a possibilidade do Japão se defender com armas militares, um direito que lhe assiste, segundo defendiam então.

A nível internacional propriamente dito, verificou-se uma importante alteração, especialmente no que se refere à aproximação americana ao campo chinês, desanuviando-se a ideia de "perigo amarelo". Na realidade, sem avisar o seu "aliado" japonês, o conselheiro do Presidente dos Estados Unidos, Henry Kissinger, encontrou-se de 9 a 11 de Julho de 1971 com o Primeiro-ministro chinês Zhou Enlai, em Pequim. É nesta visita que o Primeiro-ministro chinês convida o Presidente dos EUA, Nixon, a deslocar-se à RPC, antes de Maio de 1972, para procederem à normalização das relações entre os dois países. Este importante avanço a nível do reconhecimento da RPC a nível internacional deixa surpresos os japoneses pelo inesperado da situação.

Ora, é interessante verificar a posição japonesa sobre a situação da representação da China nas Nações Unidas. O governo japonês, sob a direcção de Sato, havia defendido a dupla representação, que permitiria a presença de ambos os governos naquele fórum mundial. Finalmente, a 25 de Outubro de 1971, a RPC é reconhecida como o único representante legítimo da China nas Nações Unidas, excluindo daí a presença do governo de Taiwan.

Neste contexto de reconhecimento internacional, o Presidente Nixon aceita o convite de Zhu Enlai e visita Pequim de 21 a 28 de Fevereiro de 1972. Desta visita resultou a publicação de um comunicado conjunto, no qual se afirma que Taiwan faz parte integrante da China e cabe a esta resolver este problema interno, prontificando-se os EUA a retirar de Taiwan todas as suas forças e instalações militares. Ademais, neste comunicado, os EUA referem que pretendem continuar a desenvolver relações pacíficas com o Japão, sublinhando, no entanto, que nenhum país deve procurar obter a hegemonia na região da Ásia e do Pacífico, a cláusula anti-hegemonia que a PRC tanto defenderia, mais tarde.

Um dos entraves que se colocavam à normalização das relações sino-japonesas era o chefe do governo japonês Sato, pois segundo os dirigentes chineses, este não tinha uma posição completamente amigável em relação à China. Aliás, os chineses defendiam que a normalização das relações diplomáticas entre os dois países só se faria com qualquer outro primeiro-

ministro e desde que respeitasse os três princípios básicos exigidos pela República Popular da China, ou seja, paz e amizade, igualdade e vantagens recíprocas, e estabilidade duradoura. E foi efectivamente o que aconteceu. Quando Sako se demitiu da presidência do Partido Liberal-Democrata e, conseqüentemente, do seu cargo governamental, Kakuei Tanaka foi eleito presidente do partido a 5 de Julho de 1972 e, dois dias mais tarde, formou um novo governo. Só aí é que as campanhas chinesas contra o militarismo japonês cessaram, até porque grande parte da campanha eleitoral de Tanaka se havia feito sob o mote da normalização das relações com a RPC.<sup>63</sup>

Se os japoneses se surpreenderam com a iniciativa norte-americana de se dirigir à RPC, os Estados Unidos, por seu turno, não ficaram menos surpresos com a rapidez com que o Japão seguiu os seus passos, ultrapassando-os. Com o objectivo de restabelecer as relações com a RPC, o governo japonês envia a Pequim missões de exploração, que serão encabeçadas por personalidades políticas da oposição: durante o mês de Julho, e a convite da Associação de Amizade China-Japão, efectuam-se duas missões em alturas diferentes, uma por uma delegação do Partido Socialista e outra por uma delegação do Partido Komei. Ambas se encontram com Zhu Enlai, o qual enfatiza que a RPC não pretende obter indemnizações de guerra, nem reparações, que o Pacto de Segurança nipo-americano já não incomoda a RPC,<sup>64</sup> nem a questão territorial sobre as Ilhas Diaoyu, consideradas como uma questão menor.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> Um dos slogans da campanha de Tanaka era "Não percam o barco para a China" (Citado por JOHNSON, Chalmers, "Japanese-Chinese Relations, 1952-1982", Japan and the Pacific Quadrille; the major powers in East Asia, ed. por Herbert J. Ellison, Colorado: Westview Press/Boulder and London, 1987, p 117, trad. do autor).

<sup>64</sup> Na realidade, a existência de um pacto de segurança nipo-americano podia, antes, significar um contrapeso para a URSS, mantendo-se assim o equilíbrio anti-soviético na zona.

<sup>65</sup> O diferendo do arquipélago das Ilhas Diaoyu (Senkaku em japonês), que se situa no prolongamento das Ilhas Ryukyu, a Nordeste de Taiwan, tem a ver com o facto de saber a quem pertence este território. Como o resto da prefeitura de Okinawa, este arquipélago - que se encontrava sob administração japonesa desde 1895 (dos séculos XIV ao século XVII, durante a Dinastia Ming, era administrado pelos chineses) - passou a ser administrado pelos EUA, em virtude do Tratado de Paz de 1952. Em Maio de 1972, o governo norte-americano devolveu todo o território sob a sua administração ao Japão. Contudo, após 1965, e com a descoberta de reservas de petróleo naquela área, tanto o governo de Pequim, quanto o governo de Taiwan reivindicam aquele território. Em Dezembro de 1971, o governo comunista chinês protestou contra a transferência da administração das ilhas para o Japão, argumentando que assim se violava a Declaração do Cairo (1943) e a Declaração de Potsdam (1945). Ora, a Declaração do Cairo estipulava que o Japão devia devolver todos os territórios chineses que tivesse anexado, a execução do que era reclamado pela Declaração de Potsdam. Como tal, a China reclamava que as Ilhas Diaoyu deviam ser devolvidas a administração

Finalmente, a 25 de Setembro de 1972, a convite de Zhu Enlai, o Primeiro-ministro japonês Tanaka desloca-se a Pequim com uma comitiva de 13 membros, liderada por Hiroshi Hashimoto, Director da Secção chinesa no Departamento de Assuntos Asiáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros japonês, com o objectivo de negociar e resolver a questão da normalização das relações diplomáticas entre a China e o Japão.

Da visita, que decorrerá durante 5 dias, resultará a **Declaração Conjunta do Governo da RPC e do Governo do Japão** de 29 de Setembro de 1972, assinada pelo Primeiro-ministro Zhu Enlai e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês Chi Peng-fei, do lado chinês, e pelo Primeiro-ministro Kakuei Tanaka e pelo Ministro dos Negócios japonês Masayoshi Ohira, pelo lado japonês.

Logo na quarta alínea do Preâmbulo desta Declaração faz-se referência à "cessação do estado de guerra e à normalização das relações entre a China e o Japão", enquanto que no corpo das disposições propriamente dito aparece somente uma referência tímida ao "fim do estado anormal das relações existentes até ao momento entre a China e o Japão". Isto tem a ver com a forma como ambas as partes encaravam esta mesma Declaração. Assim, enquanto que, para os chineses, havia anteriormente um ambiente de estado de guerra a que havia que pôr fim, para os japoneses, este nunca teria existido, havia somente um relacionamento anormal entre os dois países.<sup>66</sup>

Quanto ao novo período das relações sino-japonesas, os dois países comprometem-se a estabelecer relações diplomáticas a partir de 29 de Setembro de 1972 e a abrir embaixadas o mais rapidamente possível, segundo o ponto 4 da Declaração Conjunta. De referir que, segundo o ponto 2 da Declaração Conjunta, o Japão passa a reconhecer a RPC como o único representante legal da China. No entanto, a simplicidade com que foi escrito este artigo, coloca algumas questões, nomeadamente, a partir de que momento se opera este reconhecimento pelo Japão, se esse reconhecimento só acontece após a Declaração Conjunta, é a RPC responsável por

---

chinesa. Contudo, após a normalização das relações entre a RPC e o Japão, em 1972, a China passou a encarar esta questão com muita moderação.

<sup>66</sup> Na realidade, aquando da invasão japonesa, o Japão nunca declarou guerra à China, na altura de governo nacionalista.

compromissos assumidos pelo governo de Taiwan, se os actos do governo nacionalista chinês forem considerados como nulos, em que situação ficam os investimentos japoneses em Taiwan. Perante estas questões, o Ministro dos Negócios Estrangeiros japonês, Ohira, respondeu simplesmente, a 29 de Setembro de 1972, que *"segundo o governo japonês, a seguir à normalização das relações entre o Japão e a China, o Tratado de Paz Japão-China não tem mais razão de ser e é declarado terminado, ainda que isso não esteja mencionado na Declaração Conjunta."*<sup>67</sup> Trata-se, como tal, de uma denúncia, e não de uma anulação do Tratado entre o Japão e Taiwan de 1952.<sup>68</sup> Quanto ao estatuto de Taiwan, mencionado no ponto 9, não ficou muito claro nessa altura. O governo japonês acaba por afirmar que compreende completamente a tese chinesa, segundo a qual Taiwan faz parte inalienável da China.

Dois aspectos de importância moral tiveram a ver com a renúncia da RPC de pedir algum tipo de indemnização ao Japão (ponto 5), mais preocupada com o estabelecimento de laços de amizade entre os povos chinês e japonês, e o reconhecimento por parte do Japão da sua responsabilidade pelos prejuízos causados pela guerra aos chineses (quinta alínea do Preâmbulo).

De referir a inclusão de uma cláusula anti-hegemónica no ponto 7, através da qual nenhum destes dois Estados deve procurar a hegemonia dentro da área da Ásia e do Pacífico, assim como, impedir que algum outro Estado a obtenha. Neste mesmo ponto, é estipulado que esta Declaração não deve visar países terceiros, mas somente as partes que assinaram a Declaração Conjunta.

Para além de um Tratado de Paz e Amizade, previsto no ponto 8, o Japão e a RPC, comprometiam-se, segundo o ponto 9, a desenvolver acordos comerciais, de navegação marítima, de navegação aérea e de pesca, o que veio a acontecer efectivamente nos anos seguintes. Assim temos:

---

<sup>67</sup> Citado por FOCSANEAUNU, Lazar - "Le Traité de Paix e d'Amitié entre na République Populaire de Chine et le Japon", *Annuaire Français de Droit International*, XXIV, Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1979, pp. 211, trad. do autor.

<sup>68</sup> Isto não significa que as relações entre o Japão e Taiwan tivessem terminado, pois continuaram a existir escritórios de ligação, não oficiais nas duas capitais, encarregues de gerir as trocas económicas, culturais e de pessoas entre os dois governos.

A 5 de Janeiro de 1974, foi assinado em Pequim, um acordo comercial que previa a concessão recíproca do tratamento da nação mais favorecida e o recurso à arbitragem em diferendos relacionados com contratos comerciais, que não pudessem ser resolvidos de forma amigável. Mais tarde, a 16 de Fevereiro de 1978, e no âmbito deste acordo comercial, foi assinado um acordo sobre as trocas comerciais de longo termo.

O acordo sobre os transportes aéreos foi assinado em Pequim a 20 de Abril de 1974 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Chi Peng-fei, e pelo embaixador japonês em Pequim, Heishiro Ogawa. É de sublinhar o aspecto de que o Japão, reconhecendo o governo de Pequim como legítimo representante da China, ressalva que as relações que estabeleceu com Taiwan nesta matéria, são anuladas.

No que se refere aos transportes marítimos, foi assinado em Tóquio um acordo, a 13 de Novembro de 1974. No ano seguinte, foi também assinado em Tóquio, a 15 de Agosto de 1975, um acordo sobre as pescas.

Para além destes quatro grandes acordos que estão consagrados no ponto 9 da Declaração Conjunta, a China e o Japão concluíram uma série de outros acordos destinados a promover as relações entre os dois países, especialmente a partir de 1973, data da assinatura do cessar-fogo no Vietname e que acelerou as relações sino-japonesas, particularmente no plano económico. São disso exemplo:

- o acordo sobre a posse de cabos submarinos, assinado em Pequim, a 4 de Maio de 1973;
- o memorando sobre o intercâmbio de jornalistas, assinado também em Pequim, a 5 de Janeiro de 1974;
- a troca de notas sobre as missões consulares, que teve lugar em Pequim a 15 de Agosto de 1975 e que resultou na criação de um consulado geral do Japão em Xangai, e de um consulado geral da China em Osaka.

É nesta altura que ocorre uma série de mudanças a nível do governo japonês, quando o governo de Tanaka é substituído pelo de Takeo Miki a 9 de Dezembro de 1974, o qual declara o seu respeito pelo espírito da Declaração Conjunta. Posteriormente, este governo é substituído pelo de Fukuda a 24 de Dezembro de 1976. A esta mudança de governos correspondeu uma inevitável

alteração de políticas, assim como de alteração dos detentores da pasta dos Negócios Estrangeiros.

**Quadro 3 - Comércio entre a China e o Japão  
(1970-1989)**

(em milhões de dólares)

Anos	Importações para a RPC	Exportações para o Japão	Saldo para a RPC
1970	592,6	267,8	- 324,8
1971	606,8	324,5	- 282,3
1972	702,7	491,7	- 211,0
1973	1 141,6	980,9	- 160,7
1974	2 241,8	1 350,6	- 891,2
1975	2 438,1	1 530,6	- 907,5
1976	1 759,2	1 379,8	- 379,4
1977	2 065,2	1 541,2	- 524,0
1978	3 234,2	2 025,4	- 1 208,8
1979	3 996,5	2 944,0	- 1 052,5
1980	5 456,8	4 322,4	- 1 134,4
1981	5 387,0	5 229,1	- 157,9
1982	3 825,7	5 312,5	+ 1 186,8
1983	5 239,2	5 011,7	- 227,5
1984	7 470,7	5 840,8	- 1 629,9
1985	12 725,6	6 294,9	- 6 430,7
1986	10 039,7	5 405,8	- 4 633,9
1987	80426,6	7 074,0	- 1 388,6
1988	9 691,1	9 426,2	- 264,9
1989	8 712,4	10 683,3	+ 1 970,9

FONTE: JOYAUX, François - *La Tentation Impériale - Politique Extérieure de la Chine depuis 1949*, Paris: Imprimerie Nationale, 1994, p. 258.

Os chineses, por seu turno, continuaram sempre a pressionar os japoneses para a assinatura de um Tratado de Paz, chegando a utilizar campanhas populares nesse sentido. Principalmente após a morte de Mao



Zedong e de Zhou Enlai, em 1976, que provocaram alguns tumultos internos e uma certa instabilidade nas políticas de sucessão, a pressão chinesa sobre os japoneses aumentou, nomeadamente em vista da aproximação soviética. Foi então que se adoptou uma estratégia de desenvolvimento económico, que serviu de incentivo ao Japão, já que lhe proporcionaria um vasto mercado comercial. Impulsionada pelo Primeiro-ministro chinês Hua Guofeng, esta política procurava fazer uma industrialização baseada no equipamento de capital importado. Promoveu, assim, um Plano de Dez anos (1976-1985) para o Desenvolvimento da Economia Nacional.

Um outro aspecto a salientar são as alterações do contexto regional e mesmo internacional circundante da relação sino-japonesa. São disto exemplo os dois acordos assinados entre o Japão e a Coreia do Sul, em 1974, sobre a delimitação e exploração conjunta da plataforma continental adjacente aos dois países e que dará origem a um conflito diplomático sério entre a RPC e o Japão. Um outro acontecimento que motivou o desagrado do governo chinês foi a tentativa de retoma das negociações nipo-soviéticas. Iniciadas em 1967, estas negociações estariam, contudo, condenadas ao insucesso, pois nem mesmo em 1978, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros japonês se deslocou à União Soviética, se conseguiu assinar um Tratado de Paz conjunto entre o Japão e a URSS. Desta última visita, nem um simples comunicado conjunto foi assinado, devido aos diferendos territoriais existentes entre os dois governos sobre as ilhas do Norte. Teria sido exactamente o fracasso destas relações que levou o Japão a aceitar a inclusão no Tratado de Paz e Amizade sino-japonesa da cláusula anti-hegemónica com um âmbito mais alargado do que o da Declaração Conjunta, tão defendida pela RPC.<sup>69</sup> Isto porque, segundo Pequim, esta cláusula anti-hegemónica visa sem dúvida a União Soviética.

Na realidade, após seis anos de negociações e hesitações, o **Tratado de Paz e Amizade entre a China e o Japão** é finalmente assinado a 12 de Agosto de 1978, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês Huang Hua e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros japonês Sunao Sonoda. Por isso, a

---

<sup>69</sup> Enquanto que, segundo a Declaração Conjunta, a cláusula anti-hegemónica se cinge à região da Ásia e do Pacífico (ponto 7), o Tratado de Paz e Amizade alargou esse conceito a todas as regiões do mundo (artigo II).

sua importância terá mais a ver com a vasta batalha diplomática que precedeu a sua assinatura e que lhe deu todo o seu significado do que propriamente com o seu conteúdo, que acabava por reiterar o que havia sido escrito em 1972.

Com base na Declaração Conjunta de 1972, que assume assim um valor jurídico, o texto do Tratado de Paz e Amizade é curto (somente com 5 artigos) e de ordem geral. Tal como refere Smilja Avramov, "o tratado de paz e amizade entre a China e o Japão representa o mais importante laço bilateral entre os dois países. Os interesses nacionais e as necessidades objectivas manifestaram-se ali no primeiro plano. Mas o significado global deste tratado deve ser analisado no quadro de análises estratégicas mais alargadas dos dois países, não num triângulo com Moscovo, mas em relação à Ásia no seu conjunto."<sup>70</sup>

Tal como sistematiza Lazar Focsaneanu, e segundo estes dois importantes documentos, temos como normas que devem caracterizar o relacionamento sino-japonês:

- a) fim do "estado anormal" existente entre a RPC e o Japão (DC - ponto 1);
- b) reconhecimento do governo da RPC como único governo legal da China (DC - ponto 2);
- c) estabelecimento de relações diplomáticas entre a RPC e o Japão (DC - ponto 4);
- d) estabelecimento de relações duradouras de paz e de amizade entre os dois países sobre a base dos cinco princípios da coexistência pacífica e dos princípios da Carta das Nações Unidas (DC - ponto 6, primeira alínea, e Tratado - artigo I, primeira alínea);
- e) regulamentação dos diferendos por meios pacíficos em conformidade com os cinco princípios da coexistência pacífica e com os da Carta das Nações Unidas (DC - ponto 6, segunda alínea, e Tratado - artigo I, alínea 2);

---

<sup>70</sup> AVRAMOV, Smilja - "Le Traité de Paix du 12 août 1978 et ses Conséquences Politiques: un contexte international compliqué", Problemes Politiques et Sociaux, N.º 353, Paris, 1979, janvier, 5, p. 13, trad. do autor.

- f) reconhecimento pelo Japão da sua responsabilidade pelos "enormes prejuízos" causados ao povo chinês no passado, no curso da guerra (DC - Preâmbulo, 5.<sup>a</sup> alínea);
- g) renúncia pela RPC de pedir indenizações de guerra ao Japão no interesse da amizade que liga os povos chineses e japoneses (DC - ponto 5);
- h) ausência de acordo acerca do estatuto internacional de Taiwan (DC - ponto 3);
- i) obrigação de cada uma das partes contratantes de não procurar obter a hegemonia (DC - ponto 7, Tratado- artigo II);
- j) oposição de cada uma das partes contratantes aos esforços tentados por todo o Estado ou por um grupo de Estados para assegurar a hegemonia (DC - ponto 7, Tratado - artigo II);
- k) ausência de efeitos da regulamentação da paz sino-japonesa sobre a posição de cada uma das partes contratantes em vista das suas relações com países terceiros (DC - ponto 7, Tratado - artigo IV);
- l) empenho das partes contratantes em desenvolver relações económicas e culturais entre os dois países e em proceder a negociações com a finalidade de concluir acordos comerciais, de navegação marítima, de navegação aérea, de pesca, etc (DC - ponto 9, Tratado - artigo III);
- m) ausência de referência a alguns problemas litigiosos que opunham as partes contratantes.<sup>71</sup>

Para entrar em vigor, o Tratado de Paz e Amizade sino-japonês precisa de uma ratificação. Assim que isso acontecer, este Tratado entrará em vigor durante 10 anos, com renovação automática, a menos que as partes contratantes não o desejem.

Um aspecto importante que se verifica tanto na Declaração Conjunta como no Tratado de Paz e Amizade é a ausência de referências a alguns

---

<sup>71</sup> FOCSANEAUNU, Lazar, *op. cit.*, pp. 208-209, trad. do autor. Entre parêntesis, está a referência aos documentos onde se encontra a regra em questão, sendo que "DC" se refere à Declaração Conjunta Sino-Japonesa de 1972 e "Tratado" ao Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês de 1978.

problemas litigiosos que opunham então as partes contratantes, como o diferendo em relação às Ilhas Diaoyu. Isto apesar de as partes terem consciência da existência de problemas não resolvidos.

Do Tratado de Paz e Amizade nipo-chinês poder-se-ão tirar algumas implicações estratégicas para aquela região, particularmente relacionadas com a cláusula de anti-hegemonia. Ao subscrever esta cláusula, o Japão arrisca-se a não poder assinar nenhum tratado de paz com os seus vizinhos, dos quais seria relevante a URSS. Por outro lado, este tratado constitui uma vitória para os norte-americanos, pois desta forma acresce o contrapeso anti-soviético no Extremo Oriente. Segundo Chalmers Johnson, durante os dois anos seguintes, duas tendências vão dominar as relações internacionais na Ásia Oriental: "primeiro, os japoneses e os americanos, que reconheciam Pequim quatro meses após o Tratado de Paz japonês, proclamaram que as suas políticas inauguraram uma nova era de paz e estabilidade na região, e que, como diz a Organização de Comércio Externo Japonesa (JETRO, das iniciais em inglês), «o mundo está a testemunhar [na China] à transição de uma sociedade fechada governada por extravagantes princípios políticos para um sistema aberto baseado numa economia sadia». Em segundo, enquanto os chineses jogam a sua carta americana, explodem rivalidades entre as nações comunistas asiáticas." <sup>72</sup>

Para além das implicações estratégicas, a importância económica deste Tratado é grande, e bastante positiva para a RPC. Isto num contexto em que a política económica chinesa se encontrava direccionada para as quatro modernizações enunciadas por Zhu Enlai, em 1975, no IV Congresso Popular Nacional, isto é, a modernização da indústria, da agricultura, da defesa nacional e da ciência e tecnologia, modernizações estas a levar a cabo até ao final do século, de forma a fazer da China uma das grandes potências económicas do mundo. Neste contexto, o Japão aparece como o parceiro ideal da China, pois poderá fornecer-lhe capitais, tecnologia e técnicas de administração eficazes. A China, por seu turno, pode fornecer-lhe os recursos naturais e um vasto mercado. Desde o início de 1978, as trocas económicas

---

<sup>72</sup> JOHNSON, Chalmers, "Japanese-Chinese Relations, 1952-1982", Japan and the Pacific Quadrille: the major powers in East Asia, ed. por Herbert J. Ellison, Colorado: Westview Press/Boulder and London, 1987, pp. 120-121, trad. do autor.

entre a China e o Japão conhecem um desenvolvimento sem precedentes. É neste mesmo ano que, a 16 de Fevereiro, é assinado um acordo comercial de longo prazo, por oito anos, o primeiro do seu género. Mais tarde, este seria renovado em 1979 até 1990. Se bem que o papel do Japão na economia japonesa fosse cada vez mais importante, não podemos esquecer a concorrência cada vez maior dos países ocidentais, nomeadamente dos EUA. No que se refere à URSS, as querelas territoriais impediram sempre uma relação económica mais estreita.

Em finais da década de 70, Chen Yu e Deng Xiaoping vão alterar as orientações da economia chinesa de uma indústria pesada para a agricultura e indústria leve, orientada para o consumo. Uma das implicações dessa medida teve a ver com a abolição do Plano de Dez anos de Hua Guofeng e com a sua destituição do cargo de Primeiro-ministro. Foi então que se deu o Incidente de Baoshan, um complexo de ferro e aço situado nas proximidades de Xangai. Segundo este projecto de desenvolvimento sino-japonês, deveria ser ali construído um complexo semelhante ao de Pohang na Coreia e às plantas de Ferro Nippon em Kimitsu e Oita, um dos mais modernos do mundo. A China assinou todos os contratos para construir esse complexo mas depois verificou que não podia pagar o projecto. Alguns membros do governo chinês lançaram, então, ataques aos aliados de Hua Guofeng que havia aprovado este projecto. Os conselheiros de Deng Xiaoping defendiam que esta planta estava localizada num solo demasiado macio e arenoso, que os estuários do Rio Yangzi eram pouco profundos para os grandes navios, que estava muito longe das fontes de carvão e que o projecto em geral tinha sido mal concebido. Os japoneses sentiram-se humilhados e defenderam que se o projecto fosse avante, produziria o que estava previsto. Contudo, nessa altura, eclodiu o conflito sino-vietnamita, em Fevereiro de 1979, e a China congelou todos os contratos com o Japão e pediu-lhe novos apoios financeiros. Esta medida afectou outros projectos no território chinês, mas perante a ameaça de que a China se poderia virar para a Europa, abandonando o mercado japonês, o Japão concordou, em 1981, em pagar todo o projecto de Baoshan. É claro que isto fez reacender um certo sentimento de desprezo dos japoneses em relação aos chineses.

Todas estas atitudes estavam relacionadas com o sentimentalismo ainda inerente às relações sino-japonesas. Em 1982, vai ocorrer um episódio que irá

fazer acordar os fantasmas do passado, que pareciam já adormecidos. Tratou-se do que ficou conhecido como a Controvérsia dos Livros Escolares. Durante o Verão de 1982, os mass media chineses (iniciando com a Agência de Notícias Nova China, em 26 de Junho) publicaram a notícia de que o Ministro da Educação japonês havia efectuado uma revisão dos livros de História da escola secundária, onde se distorcia a verdade sobre factos relacionados com o Conflito Sino-japonês de 1937-45, entre outros. Esta distorção inclui não só a substituição da palavra "agressão" pela palavra "incursão", como também menção de um número falso de vítimas do Massacre de Nanquim, e a justificação da proclamação da independência da Coreia em 1919, com a existência de tumultos internos, entre outros. Tudo isto gerou um onda de criticismo ao governo japonês dentro da China e mesmo fora do seu território, como em Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Okinawa. A 26 de Julho, o governo chinês tornou oficial o seu protesto junto do governo japonês, por via diplomática. Por duas vezes, o governo chinês recusou qualquer tentativa de explicações do sucedido pelo governo japonês, que argumentava que os livros eram elaborados e publicados pelo sector privado. O governo chinês limitou-se a pedir uma imediata correcção dos livros de História. Como tal, este episódio que era originalmente assunto interno japonês, tornou-se numa questão diplomática séria. Isto porque este episódio quase que impediu a visita do Primeiro-ministro japonês, Susuki Zenko, a Pequim, prevista de 26 de Setembro a 2 de Outubro, no âmbito da celebração da normalização das relações diplomáticas entre os dois países. Mas esta visita acabou por realizar-se efectivamente e foi exactamente aí que o Primeiro-ministro japonês se escusou perante o Primeiro-ministro chinês Zhao Ziyang pelo sucedido, reafirmando que o Japão não estava a voltar à sua antiga forma de agir. As «desculpas japonesas» foram, então, aceites pelos governos chinês e coreano, terminando assim esta controvérsia.

Devido à sensibilidade destes aspectos para a relação sino-japonesa, em vista da normalização de relações ainda não completamente consolidada, ambas as partes tentavam por todos os meios acabar com qualquer tipo de equívocos. Neste sentido, e durante o mês de Fevereiro de 1983, o sucessor de Susuki, Nakasone Yasuhiro, reafirmou perante a Dieta Japonesa que "a

Guerra Sino-japonesa de 1937-45 foi uma guerra de agressão iniciada pelo Japão."<sup>73</sup>

No entanto, não se pode deixar de enquadrar este episódio num contexto mais vasto, em que esta informação foi instrumentalizada, de uma forma faseada. Quando a Controvérsia dos Livros Escolares foi levantada a 20 de Junho pelos jornais, nesse mesmo dia, membros do Conselho Especial para a Política Económica Internacional do Partido Liberal-Democrata japonês tinham chegado a Taibei para tentar melhorar as relações económicas entre os dois governos. Ao mesmo tempo, estavam a ter lugar negociações entre a China e os Estados Unidos acerca da venda de armas americanas a Taiwan, que acabaram com a assinatura de um comunicado conjunto a 17 de Agosto de 1982. Deng Xiaoping foi, então, criticado por militares e membros do partido pela sua posição perante estas negociações. Por outro lado, como a China estava a mudar de estratégia, de aproximação aos países ocidentais para aproximação à União Soviética, ela precisava de uma campanha de crítica ao "militarismo" e ao "imperialismo". Como tal, conclui-se que a Controvérsia dos Livros de História japoneses pode ter sido utilizada como "fuga para a frente", ou seja, dirigiram-se as atenções para um ponto exterior, oposto, como forma de unificar os pontos de vista internos, nacionais.

Após este incidente, as relações sino-japonesas entraram numa fase de amizade e cooperação, uma nova fase da "Febre Chinesa",<sup>74</sup> a terceira após a Declaração Conjunta e o Tratado de Paz e Amizade. É nessa altura que o Primeiro-ministro Nakasone Yasuhiro faz uma visita de quatro dias à China a partir de 23 de Março de 1984. É interessante verificar que um dos assuntos que dominou este encontro foi a colocação de mísseis de médio porte (SS-20) pela União Soviética no Extremo Oriente. Contudo, como se verá posteriormente, esta posição comum perante a ameaça soviética não será suficiente para eliminar divergências.

Assim, logo após o episódio do Santuário de Yasukuni, as relações sino-japonesas entram num novo período de instabilidade. Este episódio está relacionado com uma série de visitas realizadas pelo Primeiro-ministro japonês

---

<sup>73</sup> Citado por JOHNSON, Chalmers (1987), *op. cit.*, p. 125, trad. do autor.

<sup>74</sup> IJIRI, Hidenori, "Sino-Japanese Controversy since the 1972 Diplomatic Normalization", *China and Japan: History, Trends and Prospects*, ed. por Christopher Howe, Oxford: Clarendon Press, 1996, p. 69, trad. do autor.

Nakasone ao Santuário de Yasukuni, em Tóquio, em memória dos 2,5 milhões de japoneses que morreram na Segunda Guerra Mundial, incluindo um criminoso de guerra muito importante, Tojo Hideki, o Primeiro-ministro japonês na altura. A última visita que Nakasone realizou com carácter oficial, foi a 15 de Agosto de 1985, o que correspondia ao 40.º aniversário do dia da rendição japonesa. Nakasone sublinhou que aquele acto de prestar honra aos mortos se inseria numa campanha para construir um novo espírito nacional, renovando o desejo japonês pela paz. No entanto, não foi assim que os chineses o entenderam e logo se levantou uma séria onda de protestos estudantis. Com o aniversário do dia da invasão da Manchúria a 18 de Setembro, as manifestações tornaram-se mais fortes e os estudantes marcharam em direcção à Praça Tiananmen, onde se insurgiram contra o Primeiro-ministro japonês e contra o militarismo japonês. Não se ficando por aqui, outras manifestações surgiram em cidades, como Xian, Wuhan e Chengdu. Criticava-se não só o comportamento de Nakasone, mas também a invasão económica japonesa, através dos seus bens de consumo. Por isso, de certa forma o próprio governo chinês estaria aqui envolvido, através do movimento de reforma e da política de porta aberta, preconizadas por Deng Xiaoping e por Hu Yaobang.

De uma forma independente, o próprio governo chinês manifestou a sua atitude de desaprovação em relação à atitude do Primeiro-ministro japonês, que já não se viria a repetir, como estava programado de 17 a 19 de Outubro. A 18 de Outubro, o Secretário Geral do Partido Comunista, Hu Yaobang chegou a fazer uma declaração sobre o ocorrido, na qual sublinhava que o conflito e a história passados deviam ser correctamente avaliados e que o povo chinês devia distinguir entre os criminosos de guerra japoneses e o povo japonês em geral.<sup>75</sup> Mais tarde, Nakasone concordou com esta declaração. Como as manifestações estudantis não tinham somente um carácter anti-japonês, mas pretendiam também insurgir-se contra as dificuldades económicas que começavam a sentir, em resultado da política de reforma e

---

<sup>75</sup> Foram exactamente estas afirmações, juntamente com o convite que este haveria de fazer a cerca de 3000 jovens japoneses para virem numa cara viagem até à China, em 1985, e que o governo japonês retribuiu com a concessão de uma pequena viagem ao Japão, que haveria de suscitar as dúvidas do próprio governo chinês quanto à sua posição em relação ao governo



abertura económicas, logo que o Ministro japonês dos Negócios Estrangeiros japonês Abe se deslocou a Pequim, Deng Xiaoping instou-o para que procurasse acabar com o déficite que havia caracterizado o comércio entre a China e o Japão nos últimos anos. Esta atitude insere-se num contexto em que a China envergava uma atitude de "*high posture*", enquanto que o Japão se cingia a uma atitude de "*low posture*".<sup>76</sup>

Um outro episódio que veio ensombrar as relações sino-japonesas foi o caso Kokaryo. Trata-se de um dormitório de estudantes em Kyoto que, a 26 de Fevereiro de 1987, o Tribunal Superior de Osaka decidiu que pertencia a Taiwan. Como não se tratava de local de missão diplomática, o Tribunal decidiu que este não passaria para mãos do governo de Pequim, em virtude da normalização das relações diplomáticas, em 1972. No entanto, e apesar deste pequeno velho dormitório ter sido comprado por Taiwan, em 1952, era alugado a estudantes chineses durante o período da guerra (então pertencente à Universidade de Kyoto) e ocupado por estudantes apoiantes de Mao Zedong durante o período da Revolução Cultural. Assim, em 1967, Taiwan recorreu a tribunal para conseguir expulsar os estudantes pró-Pequim do dormitório mas este não lhe deu razão, devido à normalização das relações entre o Japão e a RPC. Em virtude do recurso da sentença, e com o argumento de que aquele dormitório não se tratava de local de missão diplomática, o Tribunal Superior de Osaka veio a dar-lhe razão.

Esta decisão suscitou prontamente a crítica do governo de Pequim, acusando o Japão de promover uma política de duas Chinas, em violação do espírito da Declaração Conjunta de 1972 e do Tratado de Paz e Amizade de 1978. Perante estas acusações, o governo japonês defendeu-se explicando que actua de acordo com a divisão dos poderes legislativo, executivo e judicial. Perante as críticas de militarismo japonês crescente por Deng Xiaoping, Nakasone sublinhava simplesmente que a política japonesa era de uma só China e que a amizade entre a China e o Japão devia permanecer inalterável. A partir de um comentário feito por um oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a 4 de Junho, sublinhando que Deng se tinha "tornado num

---

japonês. Ao ser acusado de Wang Jingwei, o líder chinês fantoche dos japoneses durante o Conflito sino-japonês, Hu Yaobang acabou por sair das chefias do Partido em Janeiro de 1987.

<sup>76</sup> IJIRI, Hidenori, *op. cit.*, p. 73, trad. do autor.

homem acima das nuvens" e que "qualquer pessoa que se torna idosa, torna-se também teimosa,"<sup>77</sup> a pressão do governo chinês aumentou, até que o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Yanagiya Kensuke apresentou as suas desculpas pelo comentário feito acerca de Deng Xiaoping, sendo seguido pelo próprio Primeiro-ministro japonês.

Contudo, esta má impressão causada pelo governo japonês nunca se dissipou completamente e voltou à baila aquando de uma reunião ministerial, realizada no final de Junho, entre a China e o Japão. Aí Deng Xiaoping culpou o Japão de todos os problemas da relação sino-japonesa. Numa altura em que as questões de Hong Kong e Macau se resolviam, era Taiwan que sobrava, cuja relação com o Japão fazia preocupar os líderes chineses.

No entanto, durante os anos 80, as relações sino-japonesas com um carácter político diferenciam-se das relações com um carácter económico, muito mais intensas. Isto porque, tal como salienta François Joyaux, "a conclusão do Tratado de Paz e Amizade com o Japão era, incontestavelmente, uma vitória diplomática chinesa, mas uma vitória que repousava sobre uma ambiguidade considerável: querer aproveitar o dinamismo económico japonês para modernizar a China, recusando a consequência política natural dessa situação, ou seja, a subida do Japão na cena asiática (e mesmo mundial)." <sup>78</sup>

Apesar de um início de relações económicas difícil, logo após a conclusão do Tratado de Paz e Amizade, devido à reforma económica em curso na RPC, durante a década de 80, o comércio sino-japonês e os investimentos japoneses em território chinês não pararam de crescer. Contudo, essa evolução representava, no início da década de 80, uma evolução negativa nas importações para a China, já que o Japão não abria o seu mercado aos produtos estrangeiros. Essa evolução atingiu o pico em 1985, o que motivou uma série de manifestações estudantis, já referidas anteriormente. Por isso, o Japão demorou a ser o primeiro parceiro comercial e financeiro de Pequim. No que se refere aos investimentos japoneses na RPC, foi sobretudo a partir do Acordo de Plaza de 1985, através do qual o yen foi reavaliado, que as sociedades japonesas se decidiram a deslocar a sua produção, escolhendo - na sua maioria - a RPC devido ao custo da mão-de-obra ser aí bastante inferior

---

<sup>77</sup> Citado por IJIRI, Hidenori, *op. cit.*, p. 74, trad. do autor.

<sup>78</sup> JOYAUX, François (1994), *op. cit.*, p. 264, trad. do autor.

ao de vários países do Extremo-Oriente. Foi também nesta altura que o Primeiro-ministro japonês Takeshita visitou Pequim, em Agosto de 1988, por ocasião do aniversário do Tratado de Paz e Amizade. Daqui resultou a concessão pelo governo japonês de um montante de ajuda durante 5 anos (1990-1995), obtendo os investidores japoneses, em contrapartida, um tratamento igual ao concedido aos investidores nacionais e que os investidores ocidentais não possuíam. Foi também nesta altura que foi decidida a criação de uma Organização para a Promoção de Investimentos Japoneses na China, que viria à existência em 1990. No entanto, em finais da década de 80, a economia chinesa começa a apresentar graves problemas, o que haveria de desencadear uma grande onda de protesto interno, que culminaria no Massacre de estudantes na Praça Tiananmen, em Junho de 1989.

Deste período das relações sino-japonesas, pode concluir-se que é impossível dissociar o carácter destas relações das mudanças internas e dos condicionalismos que se verificam a nível do governo em cada um dos países. Isto porque, se por um lado um líder mais aberto ao outro lado, pode estimular os contactos, por outro lado, um líder mais feroz pode fazer recuar o avanço do relacionamento. Foi exactamente isto que ocorreu durante este período das relações sino-japonesas, que se iniciou com a normalização das relações diplomáticas, logo após a eleição de Tanaka para Primeiro-ministro do Japão. Por outro lado, verifica-se que os condicionalismos internos, mais precisamente as dificuldades económicas chinesas, podem motivar a tentativa de virar as atenções para o "outro", criticando-lhe os erros, como forma de distrair as atenções e alcançar a união interna. Perante um "outro" enfraquecido pelo passado, as críticas podem mesmo levá-lo a redimir-se sempre do passado e tentar consertá-lo com benesses no presente. Em todo este período foi constante uma política de "*low posture*" do governo japonês perante uma política de "*high posture*" do governo chinês.

## **7. A actualidade das relações sino-japonesas (pós 1989)**

## 7.1. Relações Políticas

Foram exactamente os problemas que vinha sentindo a economia chinesa que levaram a uma onda de protesto interno, que culminaria no que ficou conhecido como o Massacre da Praça Tiananmen, a 4 de Junho de 1989. Ora, este acontecimento ocorreu numa altura em que o Japão se vinha preparando para alargar o seu leque de opções a nível de política externa devido à aproximação da RPC à União Soviética, ensaiando, por seu turno, uma aproximação à Coreia do Norte e também à URSS. No entanto, as relações económicas existentes entre a China e o Japão eram relativamente estáveis, como se pode depreender da presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês Qian Qichen, em representação do governo chinês, no funeral do Imperador Hirohito, em Fevereiro de 1989. No mês seguinte, o Primeiro-ministro chinês, Li Peng, visitou o Japão, onde declarou que as bases das relações Sino-japonesas eram a Declaração Conjunta de 1972, o Tratado de Paz e Amizade de 1978 e os quatro princípios de paz e amizade, igualdade e benefício mútuo, confiança mútua e estabilidade de longo termo.<sup>79</sup> Foi exactamente nesta altura que Li Peng convidou o Imperador Akihito a visitar a China, o que se iria realizar só três anos mais tarde, devido aos acontecimentos entretanto ocorridos.

Perante a eclosão de manifestações em território chinês, a primeira reacção do Japão foi de observação cuidadosa e, posteriormente, de preocupação crescente com o desenrolar dos acontecimentos. A primeira reacção oficial do governo japonês deu-se a 4 de Junho, quando o porta-voz do Ministro dos Negócios Estrangeiros lamentou o facto de ter sido utilizada a violência para pôr cobro à instabilidade política, esperando que não voltasse a ocorrer mais derramamento de sangue. No dia seguinte, o novo primeiro secretário do Ministério, Shiokawa Masajiro, emitiu uma declaração dizendo:

"a) que o Japão estava a acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos na China;

---

<sup>79</sup> Citado por McDOUGALL, Derek - *The International Politics of the New Asia Pacific*, United States of America: Lynne Rienner Publishers, 1997, p. 98.

b) que era lamentável que tantas pessoas tivessem perdido as suas vidas;

c) que o Japão esperava um fim rápido do tumulto político." <sup>80</sup>

Dois dias mais tarde, a 7 de Junho, o Deputado do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Murata Ryohei, chamou o embaixador chinês em Tóquio, Yang Zhenya, ao seu escritório, onde lhe mostrou os pontos de vista de Shiokawa e lhe sublinhou que o Japão não tinha qualquer intenção de interferir nos assuntos internos da China, mas que preferia que a China agisse com mais moderação em relação aos estudantes. Esta reacção de uma certa brandura em relação aos acontecimentos de Tiananmen tinha a ver com os antigos laços históricos existentes entre a China e o Japão, tal como justificado pelo novo Primeiro-ministro japonês, Sosuke Uno, perante as críticas da Dieta japonesa e também dos meios de comunicação social japoneses: "Digo claramente que o Japão invadiu a China há quarenta anos atrás. O Japão não pode fazer nada contra um povo que experienciou tal guerra. As relações Sino-japonesas diferem das relações sino-americanas." <sup>81</sup>

Em contraste, os países ocidentais não agiram com tanta moderação, condenando categoricamente a actuação do governo chinês por empreender acções militares contra a manifestação de estudantes na Praça de Tiananmen. Assim, enquanto que o Presidente dos Estados Unidos, George Bush anunciou, a 5 de Junho, uma série de medidas para parar o fornecimento de materiais militares à China, assim como o congelamento de todos os contactos ao mais alto nível, os países membros da Comunidade Europeia criticaram amplamente a atitude do governo chinês.

Quanto ao Japão, para além das críticas, ainda que moderadas, feitas à atitude chinesa, anunciou, a 20 de Junho, que iria suspender um programa de ajuda de cinco anos, que somava 5,5 mil milhões de dólares. Por outro lado, e logo a partir desse mesmo dia, os homens de negócios japoneses começaram a regressar ao território chinês para retomar os seus negócios, embora de uma forma mais comedida. Na verdade, este comportamento dos homens de

---

<sup>80</sup> Citado por KESAVAN, K. V. - "Japan and the Tiananmen Square Incident", *Asian Survey*, Vol. XXX, N.º 7, 1990, July, p. 671, trad. do autor.

<sup>81</sup> Citado por McDOUGALL, Derek, *op. cit.*, p. 99, trad. do autor.

negócios japoneses, que não se insere na política oficial adoptada pelo governo japonês, acaba por demonstrar a atitude japonesa de que seria melhor evitar o isolamento da China, o que a podia tornar num país economicamente enfraquecido e mesmo perigoso para aquela região do globo. Foi, aliás, por este motivo, que, logo na segunda metade do mês de Junho, um membro do Partido Liberal Democrático da Dieta japonesa, Qishi Masamitsu, visitou a China e se encontrou com diversos líderes chineses, antes da reunião do Grupo dos 7 Países mais industrializados do mundo (conhecido como os G7), que iria decorrer a partir de 4 de Julho, em Paris. Esta visita foi muito apreciada pelos dirigentes chineses, os quais sublinharam que esperavam que a assistência económica japonesa continuasse. Logo na primeira semana de Julho, o embaixador japonês na China voltou a Tóquio para informar o governo japonês de que o Comité Central do Partido Comunista Chinês (PCC) já tinha eleito uma nova liderança e resolvido a confusão política na China, continuando empenhado na modernização e liberalização económica.

Aquando da realização da Cimeira de Paris dos G7, o governo japonês exerceu a sua influência no sentido de convencer os outros participantes a não adoptar medidas que isolassem a China, o que poderia forçá-la a afastar-se da sua política de modernização económica, a adoptar uma política anti-estrangeira e, conseqüentemente, a pôr em risco a região da Ásia-Pacífico. Foi, exactamente, por este motivo que, entre 25 e 28 de Junho, o Ministro dos Negócios Estrangeiros japonês Hiroshi Mitsuzuka voou até Washington para mostrar a sua posição perante a administração norte-americana. Em consequência de todos estes contactos, em Paris foi aprovada a seguinte declaração: "Esperamos que as autoridades chinesas criem condições que evitem o seu isolamento e contribuam para o regresso à cooperação baseada no reassumir do movimento em direcção a uma reforma e a uma abertura política e económica."<sup>82</sup> Tal como defendido pelo governo japonês, não foram tomadas nessa cimeira nenhuma das medidas multilaterais conjuntas contra a China, reservando-se, contudo, a cada Estado a possibilidade de adoptar a atitude e as sanções que desejassem. A reacção chinesa perante esta declaração não foi das melhores, pois considerou-a como uma interferência nos seus assuntos internos.

Por outro lado, durante a primeira semana de Julho, decorreu, no Brunei, a conferência anual dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN). Também aqui Mitsuzuka desenvolveu uma intensa actividade, no sentido de mostrar que o isolamento da China poderia provocar a aproximação desta à União Soviética, o que poderia ser prejudicial para os países da região. Consequentemente, e apesar de algumas condenações da atitude chinesa por parte de alguns governos presentes, como a Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá, os países da ASEAN comprometeram-se a não romper totalmente as relações com a China. Ademais, a cooperação chinesa era necessária para a resolução do problema do Camboja, então ainda sem solução.

Contudo, em termos políticos, em Outubro, assistiu-se ao boicote de elevados membros do governo japonês à comemoração dos 40 anos da República Popular da China na embaixada chinesa, em Tóquio. E, uma semana mais tarde, a ira chinesa foi acordada pelo convite feito pelo Primeiro-ministro Toshiki Kaifu ao líder espiritual Dalai Lama para receber o Prémio Nobel da Paz.

Foi então que, durante o mês de Dezembro, ocorreram dois acontecimentos potencialmente destabilizadores das relações sino-japonesas: a ida para o Japão de um grupo de dissidentes, liderado por Wuer Kaixi mas cujos vistos foram concedidos tendo em conta o seu código legal, o que o governo chinês criticou; e o desvio de um avião com destino a Nova Iorque para Tóquio por um chinês, a extradição do qual era pedida por Pequim. Contudo, a reacção do governo chinês perante estes dois acontecimentos foi bastante moderada.

Quanto ao Japão, após o massacre da Praça Tiananmen, a posição do governo foi, em primeiro lugar, coordenada com a posição assumida pelos EUA com respeito à assistência económica. Apesar da pressão de Pequim, o Japão considerou sensato não ceder em vista das dificuldades emergentes na sua relação com os EUA. Como tal, e por pressão dos EUA, enquanto continuasse a repressão contra os elementos pró-democracia, os empréstimos do Banco Mundial à China foram congelados. Contudo, o governo japonês continuou a pressionar o governo norte-americano para evitar o isolamento chinês, possível

---

<sup>82</sup> Citado por KESAVAN, K. V., *op. cit.*, p. 674, trad. do autor.

elemento de instabilidade na região.<sup>83</sup> Finalmente, a 10 de Dezembro, o Presidente norte-americano George Bush enviou o Conselheiro da Segurança Nacional, Brent Scowcroft, a Pequim para melhorar as relações com a China. Nove dias mais tarde, os negócios entre a China e os EUA reiniciaram-se, com a venda de três satélites de comunicações à China pelo preço de 300 milhões de dólares, e foi levantado o embargo aos empréstimos a empresas americanas com negócios com a China.

Perante esta atitude do governo dos EUA, o próprio governo japonês ainda desconfiado, convidou Zou Jiahua, chefe da Comissão de Planeamento Chinesa, para visitar o Japão logo em Janeiro próximo, para preparar a aplicação do Terceiro Crédito de Yen, que havia sido interrompido pelos acontecimentos de Tiananmen. Como tal, Zou foi o primeiro oficial chinês a visitar o Japão, após os tumultos de Junho, onde se discutiram as necessidades económicas da China com o governo japonês e com líderes dos negócios.

Finalmente, a 27 de Fevereiro de 1990, o Banco Mundial decidiu descongelar os empréstimos à China, o que obviamente, agradou ao governo chinês, mas também ao governo japonês que podia, assim, restabelecer as relações económicas com a China. Este restabelecimento havia sido impulsionado, não só pelos homens de negócios japoneses, como pela própria indústria turística, que pretendia ver removido todo o tipo de obstáculos à circulação de pessoas para a China, pelo menos para outras regiões que não Pequim, que se encontrava sob lei marcial. Isto, já desde Agosto de 1989, ao que o governo japonês acedeu, embora com reservas de sempre se reportarem à embaixada japonesa em território chinês. Consequentemente, o número de visitas de indivíduos importantes e de delegações económicas japonesas à China aumentaram desde Agosto de 1989.

A nível político, foi de grande importância a Cimeira dos G7 de Houston, realizada em Julho de 1990, onde o Presidente Bush deu finalmente a sua aprovação à realização de empréstimos japoneses à China para o período de 1990-95, interrompido com os distúrbios de Junho de 1989. Segundo o

---

<sup>83</sup> Em Setembro de 1989, o Primeiro-ministro japonês Toshiki Kaifu visitou Washington, onde sublinhou a necessidade de uma aproximação conjunta à China.



Primeiro-ministro japonês Toshiki Kaifu, estes empréstimos "encorajariam o processo de reforma e a política de abertura" e "manter e desenvolver uma relação boa e estável entre o Japão e a China é importante, não só para o nosso país, mas também para a manutenção da paz e estabilidade em toda a região da Ásia-Pacífico." <sup>84</sup>

Foi exactamente com este espírito que Kaifu foi o primeiro Primeiro-ministro de uma grande potência estrangeira a visitar a China, em Agosto de 1991, após os acontecimentos de Tiananmen. Agora o objectivo era procurar chegar a um entendimento em questões que envolviam os dois países, e que não se cingiam ao âmbito da economia, como era o caso das armas nucleares. Durante esta visita, a China acordou na assinatura do Tratado da Não Proliferação de Armas Nucleares, o que provocou uma reacção bastante positiva por parte do governo japonês. Para além disso, o Japão procurou submeter o registo de armas pela China ao controlo das Nações Unidas, o que se insere numa estratégia global de coordenação do relacionamento sino-japonês pela ONU, em diversos assuntos. O objectivo do governo japonês era desenvolver um papel de cada vez maior destaque na comunidade internacional, que a sua participação nas Forças de Manutenção de Paz das Nações Unidas durante a Crise do Golfo (1990-1991) havia de certa forma consagrado. Esta participação das forças japonesas suscitou, aliás, um certo criticismo por parte do povo chinês que temia o ressurgimento do militarismo japonês, como noutros tempos. Posteriormente, após a adopção do Acto de Manutenção de Paz, em 1992, o Japão participou em três missões de manutenção de paz das Nações Unidas no Camboja, em Moçambique e no Zaire. Contudo, a sua participação é feita dentro de certos limites quantitativos, pelo que uma maior participação aí ou a nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas implicaria a modificação da sua Constituição, cujo art.º 9 renuncia a todo o direito de se armar para sempre.

A Questão da História é, de facto, uma questão dificilmente olvidada pelos chineses que, segundo se diz, dificilmente esquecem. Principalmente quando o governo japonês procurou, em 1982, apagar dos livros de História, os violentos episódios da invasão japonesa, e se mostrava relutante em pedir

---

<sup>84</sup> Citado por McDOUGALL, Derek, *op. cit.*, p. 100, trad. do autor.

desculpa ao governo chinês, uma forma de promover um melhor relacionamento entre os dois países. Foi então que, após a visita de cinco dias do Secretário-Geral do PCC, Jiang Zemin e do Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen, ao Japão, em 1991, o Imperador Akihito visitou a China, de 23 a 28 de Outubro de 1992, por ocasião do 20.º aniversário da normalização das relações diplomáticas entre os dois países. Foi a primeira vez que um Imperador japonês visitou a China desde que os dois países estabeleceram relações há cerca de dois mil anos atrás.

Apesar dos nacionalistas da ala esquerda da Dieta japonesa acreditarem que o Imperador se poderia sentir compelido a pedir desculpas ao governo chinês pelo comportamento japonês durante a guerra, este limitou-se a "lamentar o infeliz período em que o Japão infligiu grandes sofrimentos ao povo da China. Com um sentido de grande reprovação, ele disse que o povo japonês acredita que uma guerra como aquela nunca mais se deve repetir e resolveu trilhar o caminho da Nação pacífica."<sup>85</sup>

Posteriormente, a questão da história voltou a ser levantada por Morihiro Hosokawa, durante o período do governo de coligação, quando, a 10 de Agosto de 1993, ele declarou que o Japão desenvolveu uma "guerra de agressão" e que "gostaria de expressar, sinceramente, os seus sentimentos por todas as vítimas de guerra e as suas famílias sobreviventes nas nações vizinhas da Ásia, assim como em todo o mundo."<sup>86</sup> Foi, exactamente com este espírito que ele se dirigiu ao povo chinês quando fez uma visita à China em Março do ano seguinte. Por isso, quando o Ministro da Justiça japonês, Shigeto Nagano declarou, em Maio, que o Massacre de Nanquim em 1937 não aconteceu, foi imediatamente demitido do seu cargo governamental.

Esta aproximação do Japão à China motivou também a aproximação dos outros países ocidentais, que começaram também a estabelecer contratos económicos com esta. A saída crescente do isolamento em que se encontrava a China após os acontecimentos de 1989 dava-lhe, também, uma maior margem de manobra perante Tóquio e perante os Estados Unidos. Neste sentido, em Novembro de 1993, participou na cimeira sino-americana, em

---

<sup>85</sup> Citado por KAYE, Lincoln - "Saving Faces - Both sides gain from emperor's visit", Far Eastern Economic Review, 1992, November, 5, p. 13, trad. do autor.

<sup>86</sup> Citado por McDOUGALL, Derek, *op. cit.*, p. 103, trad. do autor.

Seattle, à margem da Conferência da Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (APEC).

Em 1994, contudo, a China retomou os testes nucleares, o que vem ensombrar as relações com o Japão. Perante a continuação dos testes nucleares (dois em 1994 e dois em 1995), o Japão congelou a ajuda não reembolsável em 1995, o chamado 4.º empréstimo em yen, ao que a China reagiu violentamente. A 15 de Maio de 1995, um novo teste nuclear chinês desencadeou a adopção de sanções por parte do governo japonês, cortando os subsídios de desenvolvimento para a China, pela primeira vez desde a normalização das relações diplomáticas entre os dois países.

Também em 1994, ocorreram outros acontecimentos, relacionados com Taiwan, que vieram trazer algumas incertezas ao normal desenvolvimento das relações sino-japonesas. Em Outubro, o Ministro do Comércio japonês Hashimoto encontrou-se com o seu colega de Taiwan na Cimeira da APEC em Osaka. Para além disso, o governo de Taiwan foi convidado a participar nos XII Jogos da Ásia, a realizar naquele mesmo mês, em Hiroshima. Esta atitude do governo japonês foi amplamente criticada pelo governo chinês, que ameaçou com a retirada de apoio à candidatura do Japão ao lugar de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. É também nesta altura que a China começa a demonstrar intenções de modernizar o seu exército, nomeadamente através da aquisição de armas sofisticadas à Rússia. No entanto, o Japão não se deixou intimidar e acabou por convidar um membro do governo de Taiwan para estar presente na reunião da APEC, a ter lugar em Osaka, em Novembro de 1995. Esta atitude foi enfatizada pela autorização do governo dos EUA de entrada do Presidente de Taiwan, Lee Teng-hui, em território norte-americano, em Junho de 1995. Aliás, a importância crescente de Taiwan para o Japão, que era o seu principal investidor,<sup>87</sup> fez com que este demonstrasse ao Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Qian Qichen, aquando da sua visita a Tóquio em Abril de 1996, a sua atitude de desagrado quanto às manobras militares chinesas no Estreito de Taiwan, desencadeadas nos últimos tempos. O governo japonês apelou, deste modo, à moderação da

---

<sup>87</sup> Não se pode esquecer a importância que tem para o Japão a eleição de Lee Teng-hui, o primeiro presidente eleito por sufrágio universal na Ilha, assim como os intercâmbios intelectuais que se desenvolvem entre os dois territórios.

política chinesa e ao estabelecimento do diálogo entre o continente e Taiwan, reafirmando o princípio de uma só China.

Quanto à questão da culpa pela agressão japonesa, em Outubro de 1994, esta voltou a surgir, aquando da visita do Primeiro-ministro Tomiichi Murayama à Ponte Marco Polo, em Pequim, onde as hostilidades sino-japonesas se haviam iniciado em 1937. Mas nesta altura, o Parlamento japonês aprovou, somente, uma resolução onde qualificou com "profundo sentimento de remorso", "muitos dos episódios da lei e agressão coloniais na moderna história do mundo."<sup>88</sup> Enquanto que Murayama falou em "desculpas" em 15 de Agosto, no aniversário da rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial, já o seu sucessor, Ryutaro Hashimoto nunca o faria, chegando mesmo a suscitar alguma controvérsia a sua visita ao santuário Yasukuni a 29 de Julho de 1996, tal como havia acontecido onze anos antes.

Contudo, a China e o Japão começaram a desenvolver esforços no sentido da melhoria das suas relações. Neste sentido, em Setembro de 1996, quando os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois lados se encontraram, em Nova Iorque, para assistir à Assembleia Geral das Nações Unidas, comprometeram-se a evitar todo o tipo de atitudes que piorassem as relações sino-japonesas. Começaram, então, por empreender uma série de encontros, o primeiro dos quais se haveria de realizar em Novembro desse ano, nas Filipinas, aquando da realização do Fórum da Cooperação Económica da Ásia-Pacífico.

Posteriormente, realizou-se uma série de visitas recíprocas de alto nível aos respectivos países. Em Setembro de 1997, o Primeiro-ministro Hashimoto visitou a China, onde se encontrou com o Primeiro-ministro Li Peng e de que resultou uma série de acordos. Nesta visita, Hashimoto sublinhou que "o desenvolvimento das relações entre o Japão e a China nos últimos 25 anos foi uma das mais notáveis realizações na história [o qual se baseia] em quatro tópicos comuns: o diálogo e a cooperação entre países vizinhos próximos geograficamente (...); entre países com profundos laços históricos (...); entre países com aspectos culturais comuns (...); entre países com

---

<sup>88</sup> Citado por McDOUGALL, Derek, *op. cit.*, p. 104, trad. do autor.

responsabilidades na sua região e no mundo." <sup>89</sup> Nesta mesma linha de acção, e no mesmo ano, o Primeiro-ministro chinês Li Peng visitou o Japão, em Novembro. Nesta ocasião, os dois líderes acordaram que todos os anos, devia haver uma visita de um dos líderes ao outro país.

Assim, o governo japonês recebeu o Presidente Jiang Zemin em Tóquio, de 25 a 30 de Novembro de 1998, a primeira vez que um Presidente chinês visitou o Japão. Daqui resultou a Declaração Conjunta "*On Building a Partnership of Friendship and Cooperation for Peace and Development*", que vem reforçar os princípios já consagrados na Declaração Conjunta de 1972, assim como promover a cooperação entre os dois países em 33 áreas, das quais se destacam a economia, a segurança e o combate à proliferação nuclear. De sublinhar, que foi durante esta visita que o Primeiro-ministro japonês Keizo Obuchi pediu formalmente desculpas a Jiang Zemin, pelas atrocidades cometidas durante a guerra e ofereceu um novo empréstimo de cerca de 883 milhões de contos à China para projectos de desenvolvimento ambiental e agrícola. Esta visita foi retribuída com a visita de Obuchi à China a 8 de Julho do ano seguinte.

No ano seguinte, o Primeiro-ministro japonês Keizo Obuchi visitou a China de 8 a 10 de Julho, onde os dois países concordaram em continuar a promover uma cooperação bilateral em direcção ao século XXI. Mais tarde, em Setembro, uma reunião entre os líderes chinês e japonês teve lugar em Auckland, aquando da conferência da APEC, onde se discutiram assuntos, tais como as relações entre a China e os Estados Unidos, a questão de Taiwan e outros assuntos relativos às relações bilaterais sino-japonesas. De particular importância especialmente na área económica foi o apoio dado pelo governo japonês, em Novembro, à entrada da China para a Organização Mundial do Comércio, o que está agendado para o ano de 2001. No final desse ano, o governo japonês esteve ainda representado na cerimónia de transição de administração de Macau para a mãe-pátria, o que é tido como mais um passo para a futura integração de Taiwan.

Em Março de 2000, com a eleição de Chen Shui-bian para presidente de Taiwan, o Japão afirmou que espera que esta questão se resolva através do

---

<sup>89</sup> "Prime Minister Hashimoto's Speech in Beijing - Japan-China Relations in the New Age: New Developments in Dialogue and Cooperation" in <http://www.mofa.go.jp/>, trad. do autor.

diálogo directo entre as partes envolvidas. Com base na Declaração Conjunta de 1972, o Japão afirmou que irá continuar a manter relações de natureza privada e regional, contudo não oficiais, com Taiwan, ao mesmo tempo que mantém relações oficiais estáveis com a China. A afirmação desta posição é essencial para a China, para evitar qualquer tipo de mal-entendidos.

Na sequência de uma série de encontros bilaterais entre membros do governo da China e do Japão, durante o ano de 2000,<sup>90</sup> o Primeiro-ministro chinês Zhu Rongji visitou o Japão, em Outubro. Nesta Cimeira acordou-se que:

- a nível político, a relação entre a China e o Japão, baseada nas Declarações Conjuntas de 1972 e de 1998, promoveria a criação de uma *hotline* entre os líderes chinês e japonês, desenvolver-se-ia projectos para comemoração da normalização das relações diplomáticas, dali a dois anos, e tentaria resolver a questão da delimitação das zonas económicas exclusivas e plataformas continentais;
- a nível da segurança e da defesa, comprometeram-se a promover o diálogo e a troca de informações;
- a nível da economia, os dois países comprometeram-se a melhorar o ambiente de investimento mútuo, enquanto que o Primeiro-ministro chinês expressou o seu desejo de poder continuar a contar com a assistência japonesa ao desenvolvimento (ODA) e a cooperação ao nível do ambiente, assim como contar com a sua participação em dois grandes projectos, o desenvolvimento das províncias de Oeste e o caminho-de-ferro de alta velocidade entre Pequim e Xangai.

---

<sup>90</sup> Durante o ano de 2000, ocorreu uma série de encontros entre representantes do governo chinês e japonês, com o fim de promover as relações bilaterais entre os dois países. Temos assim: a reunião entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros japonês, Yohei Kono, e chinês, Tang Jiaxuan, no Japão, em Maio, onde se reafirmou a promoção de relações económicas bilaterais, se sublinhou a importância de resolução da questão de Taiwan, das Ilhas Diaoyu e da situação na Península coreana, de uma forma pacífica, e se enfatizou o diálogo em termos de segurança (é de sublinhar que durante este encontro Yohei Kono reiterou a declaração do então Primeiro Ministro Tomiichi Murayama, em 1995); o encontro entre o Primeiro-ministro japonês Yoshiro Mori e o Presidente chinês Jiang Zemin, aquando da Cimeira do Milénio das Nações Unidas, em Setembro, onde ambos se mostraram favoráveis à normalização das relações entre as duas Coreias; e a reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros japonês e chinês, na Coreia do Sul, aquando da Terceira Reunião Ásia-Europa (ASEM III), em Outubro, já depois da visita do Primeiro-ministro chinês ao Japão, onde foram discutidos os resultados

Apesar deste toda estas atitudes de grande abertura e cooperação, mesmo os intelectuais japoneses acreditam que "devido à falta de introspecção, o povo japonês não sente remorsos pelas calamidades que o seu país impôs aos outros países asiáticos durante a guerra. (...) A maior parte da nova geração da actualidade no Japão sabe pouco sobre o passado, porque ninguém lhes ensina os verdadeiros factos sobre a guerra."<sup>91</sup>

Para David Shambaugh, "a agenda política entre Pequim e Tóquio tem sido dominada por questões principais: o legado da invasão japonesa durante a Segunda Guerra Mundial, a questão de Taiwan, e as preocupações com os direitos humanos."<sup>92</sup> No que se refere a este último ponto, de sublinhar que, durante a visita oficial do antigo Primeiro-ministro Hosokawa, a Pequim, em Março de 1994, este concordou com a posição que o governo chinês defendia de que os direitos humanos estão relacionados com as condições nacionais, sendo que nenhum país devia impor a sua noção de direitos humanos aos outros.

A verdade é que as relações entre a China e o Japão serão sempre ambíguas, devido à forma como se vê o outro. Tal como refere Nuno Canas Mendes, "os dirigentes chineses, mas também a população, e particularmente os estudantes, vêem o Japão como um notável modelo de desenvolvimento económico, mas também como um potencial perigoso inimigo. (...) Para os japoneses, a situação da China é incerta, assim como a questão das reformas económicas e da modernização, que a todo o momento poderá degenerar numa crise política que afectará todo o país."<sup>93</sup>

Finalmente, tal como refere Ralf Horlemann, as actuais relações do Japão com a China "podem submeter-se a três aspectos:

---

dessa mesma visita, a situação na Península Coreana, a visita ao Japão de Lee Teng-hui e o Teatro de Mísseis de Defesa (TMD).

<sup>91</sup> AKIRA, Fujiwara - "Why do the Japanese distort history?", China Daily, 2000, May, 18, p.4, trad. do autor.

<sup>92</sup> SHAMBAUGH, David - "China and Japan towards the Twenty-First Century: Rivals for Pre-eminence or Complex Interdependence?", China and Japan: History, Trends and Prospects, ed. por Christopher Howe, Oxford: Clarendon Press, 1996, p. 90, trad. do autor.

<sup>93</sup> MENDES, Nuno Canas - Segurança e Desenvolvimento Económico na Região Ásia-Pacífico, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1997, p. 102.

1. A política do Japão em relação à China tornou-se mais autosuficiente e está a afastar-se do anterior modelo de separação das relações económicas das políticas.
2. Somente a avaliação do seu passado bélico permitirá ao Japão entrar numa relação de parceria mais madura com a China e pôr de lado os seus anteriores preconceitos.
3. A relação com a China será a mais importante relação da política externa japonesa do século XXI. A política externa japonesa já preparou isto." <sup>94</sup>

É por este motivo que o Japão apoia a integração da China na economia mundial e em instituições económicas multilaterais, nomeadamente na Organização Mundial de Comércio. Isto, embora alguns problemas continuem por resolver como as questões de segurança e estratégia relacionadas com os testes nucleares e as disputas sobre as Ilhas Diaoyu (ou Senkaku).

---

<sup>94</sup> HORLEMANN, Ralf - "Japan's Changing Policy on China", Aussen Politik, vol. 46, Quarterly Edition, no. 4, 1995, p. 387.



## 7.2. A Questão da Segurança

Tanto a China como o Japão estão a preparar uma modernização dos programas das suas forças como forma de aumentar a sua segurança. Contudo, isto provoca uma certa insegurança em ambos os lados quanto ao vizinho. Temendo a ameaça do outro, Japão e China entreolham-se com desconfiança. E esta tendência tem vindo a aumentar, sobretudo a partir do momento em que o orçamento militar chinês começou a aumentar em dois dígitos anualmente, a partir de 1988-89. Contudo, o governo japonês só começou a manifestar publicamente as suas preocupações em 1993-94. Embora as Forças de Auto-defesa Japonesas se possam assemelhar ao Exército de Libertação Popular (ELP), ainda que este último seja superior em número, preocupa o Japão as tendências de crescente modernização do ELP.

Segundo David Shambaugh, "a China iniciou um projecto de modernização militar com o objectivo de construir uma força capaz de projectar o poder em toda a região da Ásia-Pacífico no início do século XXI."<sup>95</sup> E esta modernização não se cinge ao ELP, mas inclui também a Força Aérea e a Marinha. Uma outra preocupação do Japão em relação à capacidade militar da China prende-se com o desenvolvimento acelerado das armas nucleares, como única potência nuclear da região Ásia-Pacífico. E esta preocupação é acentuada pelo facto de a China continuar os testes nucleares, recusando-se a aderir a qualquer tipo de Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Em consequência da continuação dos testes nucleares pela China, em Agosto de 1995, o Japão suspendeu a sua ajuda económica à RPC.

Por isso, e para além de outras,<sup>96</sup> a China continua a ser a maior preocupação do Japão para o seu ambiente de segurança, pois uma coisa é a China como potência económica, e outra completamente diferente é a China como uma potência militar, tanto para o Japão como para os países da região. Como tal, o Japão começou a empreender esforços no sentido de zelar pela

---

<sup>95</sup> SHAMBAUGH, David, *op. cit.*, p. 94, trad. do autor.

<sup>96</sup> Outras preocupações japonesas na região prendem-se com os territórios do Norte, cujo estatuto não está bem definido em relação à Rússia, assim como com a Península Coreana, especialmente em relação à Coreia do Norte, onde se está a desenvolver um programa de modernização nuclear.

sua própria segurança, esforços esses que se começaram a intensificar desde o colapso da União Soviética. Após as movimentações militares chinesas em Taiwan,<sup>97</sup> os Princípios da Cooperação de Defesa com os Estados Unidos foram finalmente revistos, em Abril de 1996. Esta revisão visava dar resposta ao desejo japonês de que os EUA tivessem uma presença mais forte na região do Pacífico, incluindo bases no próprio território japonês. Ora, o governo chinês mostrou grande preocupação perante esta nova Declaração Conjunta nipo-americana em matéria de Segurança, que é ao mesmo tempo bem-vinda mas de desconfiar. Isto porque a China teme um reavivamento das forças militares japonesas, tal como declarou o porta-voz do Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Shen Guofeng: "Se as forças de auto-defesa japonesas construírem armamentos, isso causará grande preocupação e vigilância por parte das nações asiáticas. Aconselhamos o Japão a actuar com precaução."<sup>98</sup> Por outro lado, esta aliança significa para os chineses um certo controle sobre a força militar japonesa, não acreditando os chineses que este acordo seja direccionado contra si, como afirmou Shen Guofeng.

Para além a aliança nipo-americana, e para fazer face às preocupações crescentes em relação à China, o Japão começou a modernizar as suas forças e a fazer ver os seus pontos de vista à China, avisando que a sua modernização militar poderá desestabilizar a região da Ásia-Pacífico. Foram exactamente estas preocupações que expressou o Primeiro-ministro japonês Hosokawa quando visitou Pequim, em Março de 1994, sublinhando "os medos e incertezas que existem no Japão e nas outras nações asiáticas" e pressionando a China "para uma melhor transparência nos orçamentos militares, doutrina, desenvolvimentos e obtenções."<sup>99</sup> Contudo, o governo chinês defendeu que o seu programa de modernização militar é modesto e não ameaçador.

Para além dos contactos directos, o governo japonês tem utilizado outros meios para pressionar o governo chinês no sentido de um maior

---

<sup>97</sup> O que ficou conhecido como a crise de Taiwan de 1995 envolveu a movimentação de forças chinesas ao largo da costa de Taiwan, e está directamente relacionado com sentimentos nacionalistas que se sentiam, então, no território continental.

<sup>98</sup> Citado em "Beijing Warns Tokyo about Arms Build up", Herald International Tribune, 1996, April, 19.

<sup>99</sup> Citado por SHAMBAUGH, David, *op. cit.*, p. 95, trad. do autor.

esclarecimento quanto aos meios utilizados a nível militar. É o exemplo dos diálogos de segurança bilaterais ou mesmo multilaterais. No que se refere aos contactos bilaterais, estes tornaram-se regulares, numa base anual, a partir de 1994, mas o Japão deparou-se com uma certa resistência da parte chinesa quanto à transparência nesta matéria. Em 1995, tiveram lugar na China, os intercâmbios militares ao mais alto nível, aquando da visita de Tetsuya Nishimoto, o presidente japonês da Reunião de Pessoal Conjunta. Já em 1999, estes dois países levaram a cabo a Sexta ronda de consulta sobre segurança, durante a qual puderam trocar pontos de vista sobre a segurança regional e sobre as suas políticas de defesa.

No que se refere aos contactos multilaterais, é de destacar o papel do Japão na liderança no Fórum Regional da ASEAN, que reúne membros do governo de todos os países da região da Ásia-Pacífico (com excepção de Taiwan) para discutir questões de segurança regional. Também aqui é de sublinhar a relutância do governo chinês em discutir assuntos relacionados com o próprio programa de modernização militar.

Uma outra questão que vem trazer algumas nuvens ao relacionamento sino-japonês tem a ver com as Ilhas Diaoyu (Senkaku em japonês), reclamadas não só pela China e pelo Japão, mas também pelo governo de Taiwan.<sup>100</sup> Se bem que esta questão tenha ficado um pouco adormecida desde a normalização das relações diplomáticas entre a China e o Japão, a notícia publicada na imprensa japonesa, em 29 de Setembro de 1990, informando das intenções da Agência de Segurança Marítima Japonesa de reconhecer um farol construído numa das Ilhas por Seinensha (Federação da Juventude Japonesa), um grupo político de extrema esquerda, fez reacender a polémica. O farol foi construído originalmente em 1978 na maior ilha do arquipélago, para simbolizar as pretensões japonesas, e depois alargado em 1988. A resposta de Taiwan não se fez esperar, enquanto que a China, só a 18 de Outubro, declarou condenar o reconhecimento do farol como uma violação à soberania chinesa e pedindo ao governo japonês que acabasse com as actividades de organizações da ala esquerda nacionalistas. Mas as acções não se ficaram por aqui, pois três dias mais tarde, as tensões aumentaram com o afastamento

---

<sup>100</sup> Vide nota de rodapé n.º 65, onde se faz uma breve resenha da História das Ilhas Diaoyu/Senkaku até 1972.

pela Agência de Segurança Marítima Japonesa de dois barcos de Taiwan, que pretendiam colocar uma tocha no arquipélago das Diaoyu, como símbolo da soberania de Taiwan. A China apoiou, então, a atitude de Taiwan em relação ao incidente, pedindo que o Japão "parasse imediatamente com todas as violações à soberania chinesa sobre as ilhas e nas águas próximas." <sup>101</sup> A reacção japonesa foi, contudo, prudente, pois devia evitar a escalada do conflito, tal como defendeu o Primeiro-ministro japonês, Toshiki Kaifu, a 23 de Outubro. Na resolução desta disputa, a China e Taiwan, por sua vez, nunca podiam esquecer a importância que o Japão representa para as suas economias.

Mais tarde, a aprovação da Lei das Águas Territoriais de 25 de Fevereiro de 1992 pelo governo chinês, através da qual se sublinha que a plataforma continental sobre a qual se encontram as Ilhas Diaoyu pertence à China, pôs mais uma vez à prova as suas relações com o Japão. Através desta lei, é também consagrado o direito da China de afastar invasores pela força militar chinesa se a sua soberania estiver em causa. O Japão protestou, então, contra esta decisão, assim como contra os posteriores exercícios levados a cabo pela Marinha chinesa nas proximidades das Ilhas. No ano seguinte, no Verão de 1993, o governo japonês voltou a protestar contra o ataque chinês a barcos de pesca japoneses.

Em 1996, ocorreu também um incidente que será crucial para a evolução da disputa. Em Maio, a China ratificou a Convenção sobre o Direito do Mar, mas a legislação chinesa não fez menção à plataforma continental chinesa em volta de Taiwan, para evitar qualquer tipo de disputa em relação às Ilhas Diaoyu. Foi então que, a 14 de Julho, a Federação da Juventude Japonesa construiu um outro farol, para apoiar a soberania japonesa. Seis dias mais tarde, o governo japonês ratificou a Convenção sobre o Direito do Mar, reclamando uma zona económica exclusiva de 200 milhas, o que incluía as Ilhas Diaoyu. A 18 de Agosto, a Associação de Defesa das Ilhas Senkaku, um pequeno grupo da ala esquerda, colocou uma bandeira japonesa ao lado dos faróis, o que gerou contestação. Contudo, o Ministro dos Negócios

---

<sup>101</sup> Citado por DOWNS, Erica Strecker e SAUNDERS, Phillip C. - "Legitimacy and the Limits of Nationalism: China and the Diaoyu Islands", *International Security*, vol. 23, no. 3, Winter 1998/99, p. 129, trad. do autor.

Estrangeiros japoneses, Yukihiko Ikeda, continuou a afirmar que "as ilhas Diaoyu sempre foram território japonês; o Japão já governa efectivamente as ilhas, pelo que a questão territorial não existe."<sup>102</sup> A situação agravou-se quando a Federação de Juventude Japonesa voltou ao território, a 9 de Setembro, para reparar o novo farol após a passagem de um tufão, e voltou a pedir ao governo japonês o reconhecimento do farol, ao que o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, Shen Guofeng, respondeu aconselhando o governo japonês a tomar as medidas necessárias a fazer parar as acções de tais pessoas, senão a situação podia complicar-se. Após a ocorrência de diversas manifestações anti-japonesas em Hong Kong e Taiwan, os Ministros dos Negócios Estrangeiros chinês e japonês encontraram-se na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 1996, em Nova Iorque, onde concordaram evitar que esta disputa afectasse as relações entre os dois países. A morte de David Chan, um activista pró-China de Hong Kong que se afogou após ter saltado para a água, quando a Agência de Segurança Marítima do Japão impediu que o seu barco chegasse às Ilhas Diaoyu, ainda inspirou mais algumas manifestações populares anti-japonesas, em Outubro, mas a disputa nunca chegaria à fase violenta do conflito, permanecendo sem solução.

Ora, a questão das Ilhas Diaoyu está directamente relacionada com a sua importância geoestratégica, assim como com a existência de poços de petróleo, que se supõem ali existir, mas que ainda não se encontram completamente explorados. Daqui se releva mais uma vez a importância da economia para os dois países e que não se resume a esta contenda.

### **7.3. A Questão da Economia**

A economia possui, na realidade, um grande peso no relacionamento entre a China e o Japão, que lhes permite ultrapassar pequenas disputas e mesmo alguns conflitos mais marcantes, tanto de uma forma não oficial, como de uma forma assumidamente política.

---

<sup>102</sup> Citado por DOWNS, Erica Strecker e SAUNDERS, Phillip C., *op. cit.*, p. 133, trad. do autor.

Ora as áreas onde as relações económicas entre estes dois países mais se complementam são o comércio e o investimento.

Pela observação do quadro seguinte, pode-se constatar que o comércio entre a China e o Japão se encontra de uma forma geral equilibrado. Durante a década de 90, o volume comercial aumentou consideravelmente, especialmente a partir de 1992.

#### Quadro 4 - Comércio Sino-japonês (1981-1994)

(em milhões de dólares)

Ano	Exportações	Importações	Total
1981	5,095	5,292	10,387
1982	3,511	5,352	8,863
1983	4,912	5,087	9,999
1984	7,217	5,958	13,175
1985	12,477	6,483	18,980
1986	9,857	5,652	15,506
1987	8,250	7,401	15,651
1988	9,476	9,859	19,335
1989	8,516	11,146	19,862
1990	6,130	12,054	18,184
1991	8,593	14,216	22,809
1992	16,953	11,949	28,902
1993	20,565	17,273	37,838
1994	27,560	18,680	46,240

FONTE: TAYLOR, Robert - *Greater China and Japan: prospects for an economic partnership in East Asia*, London: Routledge, 1996, pp. 124-125.

No que se refere à composição do comércio, segundo David Shambaugh, verificam-se vantagens comparativas: "Em 1992, exportações de maquinaria e equipamento totalizavam 55,3 % das exportações totais do Japão para a China, enquanto que as exportações de metais férreos, produtos químicos, automóveis e têxteis totalizavam cada uma 10 % das exportações do Japão para a RPC. (...) As exportações da China para o Japão são dominadas

pelo vestuário (50,2%), seguido dos produtos alimentares, produtos de indústria ligeira, combustíveis minerais e outros produtos energéticos, e produtos diversos como calçado."<sup>103</sup> Segundo dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, em 1999, as suas exportações totalizavam 23,3 biliões de dólares, cujos maiores itens são os produtos têxteis, alimentação e maquinaria, enquanto que as importações contabilizavam 42,9 biliões de dólares, em produtos têxteis, maquinaria e produtos metais.

Actualmente, o comércio entre estes dois países é de tal forma importante que a China se tornou no segundo maior parceiro comercial do Japão, logo a seguir aos Estados Unidos, e o Japão é o parceiro comercial mais importante da China.

Quanto aos investimentos, tem-se verificado um aumento crescente dos investimentos do Japão na China, especialmente durante a última década. O seu peso é de tal ordem que, particularmente a partir de 1992, ultrapassou mesmo o peso das relações comerciais.

A partir da análise do Quadro 5, pode-se concluir que, actualmente, o Japão é o país (internacionalmente reconhecido como tal) da região da Ásia-Pacífico que mais investe na China. Já antes do massacre na Praça Tiananmen, o investimento japonês tinha uma grande importância no desenvolvimento da economia chinesa, tal como salientou o Primeiro-ministro Li Peng, quando visitou Tóquio, em Abril de 1989. Antes da crise política chinesa, as companhias japonesas estavam a preparar-se para grandes movimentações, mas os acontecimentos de Tiananmen fizeram-nas recuar. Contudo, logo a partir de Agosto, começou uma série de viagens à China de importantes indivíduos e delegações económicas do Japão. Segundo relatos da época, "em meados de Agosto, cerca de 80 % das 333 empresas japonesas com escritórios em Pequim já tinham regressado."<sup>104</sup> No entanto, estas relações não tinham um carácter oficial. Com a reaproximação dos EUA à China, o Japão concedeu um simbólico empréstimo de 3,5 milhões de dólares à China, a 5 de Dezembro, para modernizar um hospital em Xangai e uma estação de televisão em Pequim.

---

<sup>103</sup> SHAMBAUGH, David, *op. cit.*, p. 89, trad. do autor.

<sup>104</sup> Citado por K. V. Kesavan, *op. cit.*, p. 678, trad. do autor.

**Quadro 5 - Investimento directo na China pelos maiores países/regiões investidores (com base nos contratos)**

País/ Região	1992		1993		1994 (Janeiro-Junho)	
	N.º de contratos	Valor (milhões de USD)	N.º de contratos	Valor (milhões de USD)	N.º de contratos	Valor (milhões de USD)
Hong Kong/ Macau	31,892	41,531	50,868	76,753	13,378	26,361
Taiwan	6,430	5,543	10,948	9,965	2,218	2,546
EUA	3,265	3,121	6,750	6,813	2,228	2,445
Japão	1,805	2,173	3,488	2,960	1,428	1,855
Singapura	742	997	1,751	2,954	712	1,972
Reino Unido	126	287	348	1,988	131	1,514
República da Coreia	650	417	1,748	1,557	888	789
<b>Total</b>	<b>48,764</b>	<b>58,124</b>	<b>83,437</b>	<b>111,436</b>	<b>25,450</b>	<b>37,482</b>

FONTE: TAYLOR, Robert - *Greater China and Japan: prospects for an economic partnership in East Asia*, London: Routledge, 1996, p. 131.

Em 1991, deu-se a normalização das relações entre a China e o Japão, com a visita do Primeiro-ministro Kaifu à China, o primeiro líder dos G7 a fazê-lo. Desde aí, os investidores japoneses acorreram à China em massa, onde encontram uma mão-de-obra mais barata do que noutros pontos da região Ásia-Pacífico e cujo mercado apresenta enormes oportunidades. E a sua importância é tanto maior com a forte reavaliação do yen, a partir de 1993, o que fez aumentar os custos de produção e a queda das exportações. Consequentemente, e devido a investimentos que representam 6,5 % do total do investimento directo estrangeiro do Japão, este tornou-se no quarto maior investidor na China, logo a seguir a Hong Kong e Macau, Taiwan e Estados Unidos. Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros japonês, este já havia investido directamente na China, até 1999, cerca de 33,5 biliões de dólares.

Este aumento de investimento foi acompanhado por duas tendências essenciais, a nível do local onde esse investimento é feito e a nível da dimensão dos projectos. No que se refere às zonas alvo de investimento japonês, tem-se também assistido a uma mudança do Norte para o Sul. Assim,



enquanto anteriormente este era direccionado para o Nordeste do território chinês, para a zona da Manchúria, actualmente, este centra-se no Sul, principalmente na Província de Cantão (Guangdong), mas também em Fujian e em Jiangsu. No que se refere ao tamanho, actualmente os investimentos já não se fazem por pequenas empresas, mas sim por grandes conglomerados multinacionais que, conseqüentemente, investem mais capital.

Dentro dos investimentos que a China recebe do Japão é de destacar os empréstimos sob a forma da Assistência ao Desenvolvimento Exterior<sup>105</sup>, cujos princípios, segundo o Primeiro-ministro japonês Kaifu sublinhou aquando da sua visita à China, em 1991, são: que "os Estados beneficiários deviam ser julgados com base em (1) tendências das despesas militares; (2) tendências no desenvolvimento e na produção de armas de destruição maciça; (3) tendências na venda de armas; (4) esforços de promoção da democracia, economia de mercado e respeito pelos direitos humanos básicos e liberdades."<sup>106</sup> Ora, o terceiro empréstimo em yen devia começar em 1990, mas foi adiado por causa dos acontecimentos de Tiananmen. Depois de negociações entre os dois países, em Janeiro de 1990, e da Cimeira dos G7, em Julho, onde os EUA deram a sua aprovação, o empréstimo foi finalmente descongelado com a normalização das relações entre a China e o Japão em 1991, entrando em vigor durante o período 1992-96. Em 1996, uma quarta parte do crédito entrou em vigor durante o período 1996-2000, mas desta vez sujeito a algumas condições impostas pelo Japão. Esta ajuda que a China recebe é reembolsável dentro de um período de 30 anos, mas mais frequentemente, entre 5 a 10 anos a uma determinada taxa de interesse. Segundo Mohamed Chourak, "de 1978 a 1996, o montante dessas ajudas atingiu a soma colossal de 2 280 mil milhões de yen (...) [e] em 1994, a ajuda pública japonesa à China atingiu 1,9 mil milhões de dólares, representando 50,6 % da ajuda total recebida por esse país."<sup>107</sup> Em 1998, os empréstimos totalizariam um total até à data de 2,260.87 biliões de yen, segundo dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros japonês.

---

<sup>105</sup> Do inglês *Overseas Development Assistance (ODA)*.

<sup>106</sup> Citado por David Shambaugh, *op. cit.*, p. 87, trad. do autor.

<sup>107</sup> CHOURAK, Mohamed - "Les Relations Japon-Chine: À La Recherche d'un Nouvel Équilibre", *Studia Diplomatica*, vol. L, no. 1, 1997, p. 92, trad. do autor.

Para além dos empréstimos que a China recebe directamente do Japão, há ainda os empréstimos que a China recebe do Banco de Desenvolvimento Asiático, onde a voz do Japão é predominante. Apesar de todos estes empréstimos e investimentos, a China depende pouco das ajudas externas pois a sua dívida externa não representará mais de 10 % do Produto Nacional Bruto, segundo dados de 1996.

Em guisa de conclusão, poder-se-á dizer que a economia será a vertente mais importante do relacionamento sino-japonês que faz funcionar todas as outras. Efectivamente, a China recebe do Japão os investimentos e a tecnologia que necessita para modernizar a sua economia. O Japão, por seu turno, encontra no território chinês as matérias-primas e o mercado que necessita para fabricar os seus produtos e, posteriormente, vendê-los. E a tendência é para que o Japão precise mais da China do que contrário, sem nunca se esquecer da importância dos EUA e dos outros países da região da Ásia-Pacífico.

## **8. CONCLUSÃO**

Os dois gigantes asiáticos que são a China e o Japão, ou melhor o Dragão do Império do Meio e o Grande Tigre do Império do Sol Nascente possuem uma grande importância e peso na região da Ásia-Pacífico, não só pelo passado que encerram e toda a inspiração que deram àquela região do globo, mas também pela actual dinâmica económica que dão à região, com implicações também na segurança regional.

O passado comum existente entre estes dois países, que permitiu uma série de intercâmbios culturais não é, contudo, sinónimo de boas relações diplomáticas. Devido à importância que foram adquirindo ao longo do tempo, devido às pretensões de domínio naquela região, desencadeou-se um conflito latente, que haveria de explodir no final do séc.XIX. O que impulsionou essa reacção teve a ver não só com as pretensões hegemónicas do Japão, mas também com o enfraquecimento em que se encontrava a China, explorada sistematicamente pelas potências ocidentais. E as pretensões japonesas

continuaram quase que incontroláveis, devido à modernização tecnológica alcançada pelo Império do Sol Nascente, desde a Era Meiji.

Se bem que durante muito tempo a China tenha sido reconhecida como uma grande potência da Eurásia, o recolhimento característico da última fase da Dinastia Ming, mas sobretudo a exploração de que foi alvo a Dinastia Manchu, fizeram ruir o Sistema imperial, que não soube também alcançar, a tempo, a modernização encetada pelo seu vizinho. É que o *outro* acordou a tempo e agarrou "com unhas e dentes" a oportunidade que viu nascer no Ocidente de se modernizar, aproveitando as inovações dos outros, em plena Revolução Industrial.

A partir do momento em que apanhou o comboio da modernização parece que o Japão não mais parou. Primeiro com a pretensão de se modernizar internamente e, depois, fortalecido, enveredou por uma atitude expansionista que não conheceu fronteiras. Após a vitória de Shimonoseki de 1895, seguiram-se a expansão dos territórios no Norte da China, assim como no Sul da Rússia. Na verdade, com uma população em crescente crescimento, uma industrialização que precisava de matérias-primas para se sustentar e mercados para se expandir, o Japão não teve outra solução senão alargar os seus limites, em princípio para uma área que lhe permitisse satisfazer as suas necessidades. A China, mais especificamente, a Península de Liaodong apresentavam-se com as características ideais. Perante um certo refreio das potências ocidentais, o Japão abrandava mas não pára. E logo em 1915 apresenta 21 exigentes condições à China.

A conclusão do Primeiro Conflito mundial acaba por ser favorável às suas pretensões, cegas que estavam as potências ocidentais em relação às suas promessas de devolução dos territórios à China. No entanto, aproveitando o conflito interno em que estava mergulhada a China, cedo mostrou as suas verdadeiras intenções. Aproveitando-se de um incidente como pretexto, em 1927, o Japão invade a Manchúria, o que seria só o início de uma escalada de expansão e violência que só acabaria em 1945, com a sua derrota frente às potências ocidentais. E os relatos do caos em que se encontrava a China nesse período retratam bem o espírito com que os "pequenos anões" invadiram a China, apesar destes o negarem diversas vezes mais tarde. A questão da

história foi de facto um dos grandes entraves que impediu durante muito tempo a normalização das relações diplomáticas entre a China e o Japão.

Após a Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional apresentava uma fisionomia diferente: a bipolaridade com que se apresentava a realidade internacional, num clima de guerra fria, quase que obrigava cada Estado com um mínimo de importância internacional a alinhar por um dos blocos emergentes - o bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos ou o bloco de Leste, liderado pela União Soviética. Perante o dilema do não reconhecimento internacional, a República Popular da China via-se limitada no seu campo de actuação. Só depois de um certo desanuviamento, após o reconhecimento de que o comunismo chinês não ia beber toda a inspiração ao bloco soviético, e que o Japão tanto tinha lutado por mostrar, é que os Estados Unidos mostram sinais de degelo e, acabam, finalmente, por reconhecê-la como o único representante legal da China. Um pouco surpreso, o Japão logo apressa o passo para fazer o mesmo e, em 1972, assina com a RPC a Declaração Conjunta, através da qual se quebra o período de anormalidade das relações diplomáticas. A partir daqui, mas sobretudo a partir do Tratado de Paz e Amizade de 1978, o relacionamento que se tinha desenvolvido por detrás dos bastidores oficiais, assume finalmente um carácter oficial. E esta aproximação foi tanto mais incentivada, quanto mais se reconhecia a importância das relações económicas não oficiais que se vinham estabelecendo há algum tempo atrás.

A normalização das relações veio, contudo, introduzir a política no relacionamento sino-japonês, o que poderá trazer consequências manipuladoras à mesma. Isto porque, sempre que algum acordo ou atitude por parte do governo japonês parecia implicar alguma desvantagem para a China, logo esta invocava a história e as pretensões de militarismo japonês para conseguir obter uma posição favorável. Na realidade, a China foi uma grande mestre na arte da negociação até meados da década de 90, em utilizar a história como argumento, principalmente porque o Japão dificilmente admitiu publicamente os acontecimentos perpetrados em território chinês desde 1927 até 1945, e sempre se recusou a pedir desculpas ao governo chinês por esses mesmo acontecimentos. Depois desta data, e após a renovação da aliança com os Estados Unidos, assim como a renovação das elites no poder no

Japão, que pareciam já não se deixar influenciar pelo argumento da História, o governo japonês parece nada temer.

Uma outra constante nas relações sino-japonesas foi e é o reconhecimento da importância da economia. Na realidade, foi esse reconhecimento que permitiu a aproximação durante a década de 70, e finalmente a normalização das relações, assim como ultrapassar alguns diferendos que continuam a caracterizar as relações sino-japonesas, como a questão das Ilhas Diaoyu e a questão de Taiwan.

Não se pode deixar, também de salientar a importância de algumas potências na região Ásia-Pacífico como sejam as potências europeias, primeiro, e depois a Rússia. Actualmente, e devido à importância económica que se reconhece nesta região, é de salientar o peso dos Estados Unidos, especialmente sob a liderança de Bill Clinton, que direccionou para esta região do mundo as suas atenções. No entanto, desta relação de complementaridade entre a China, o Japão e os Estados Unidos, passou-se para uma fase incerta, com a eleição do novo presidente dos EUA, George W. Bush, que encara a China com uma certa desconfiança. E esta desconfiança gera também alguma desconfiança por parte do governo chinês, principalmente em vista do apoio concedido a Taiwan. No que se refere ao Japão, por seu turno, a sua relação com os Estados Unidos parece sair reforçada. Contudo, se lhe fosse dada a oportunidade de brilhar com mais intensidade na comunidade internacional, o que passaria pela obtenção de um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, autonomizando-se dos Estados Unidos, decerto que este tomaria para si um lugar de destaque na região Ásia-Pacífico.

Com ou sem os Estados Unidos, a verdade é que estas grandes potências da Ásia-Pacífico devem procurar equilibrar-se para não provocar desequilíbrios na região, tanto a nível económico, como mesmo a nível da segurança e, conseqüentemente a nível político.

Que ordem nos reservará a região Ásia-Pacífico no século XXI e que papéis assumirão a China e o Japão nessa mesma ordem?

## 9. BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

### Monografias:

- BAILEY, Paul J. - Postwar Japan: 1945 to the present, Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- BARTKE, Wolfgang - The Agreements of the People's Republic of China with Foreign Countries 1949-1990, München: K. G. Saur Verlag, 1992.
- FAIRBANK, John King - China: a new History, United States: The Belknap Press of Harvard University Press, 1992.
- GODEMENT, François - La Renaissance de L'Asie, Paris: Éditions Odile Jacob, Mai, 1993, pp.81-92.
- HEATON, William R. - A United Front Against Hegemonism: Chinese Foreign Policy into the 1980's, Washington DC: The National Defense University, March 1980.
- HSÜ, Immanuel C.Y. - The Rise of Modern China, New York: Oxford University Press, 1995.
- JOYAUX, François - La Tentation Impériale: Politique Extérieure de la Chine Depuis 1949, Paris: Imprimerie Nationale, 1994.
- LONG-HSUEN, Hsu e MING-KAI, Chang - History of Sino-Japanese War (1937-45), Taipei: Chu Wu Publishing Co., 1971.
- MASON, John W. - The Cold War 1945-1991, London: Lancaster Pamphlets, Routledge, 1996.
- McDOUGALL, Derek - The International Politics of the New Asia Pacific, United States of America: Lynne Rienner Publishers, 1997.
- MENDES, Nuno Canas - Segurança e Desenvolvimento Económico na Região Ásia-Pacífico, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1997.
- PU-YU, Hu - A Brief History of the Sino-Japanese War (1937-45), Taipei: Chu Wu Publishing Co., 1974.
- PYLE, Kenneth B. - The Making of Modern China, Second Edition, United of States: University of Washington, 1996.
- S/ AUTOR, China's Foreign Relations, A Chronology of Events (1949-1988),

comp. por Home News Library of the Xinhua Agency, Beijing: Foreign Languages Press, 1989.

- S/ AUTOR, Mao Zedong On Diplomacy, compiled by The Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China and the Party Literature Research Center under the Central Committee of the Communist Party of China, Beijing: Foreign Languages Press, 1988.
- SALDANHA, António Vasconcelos de - A Guerra Vista de Cantão, Os relatórios de Vasco Martins Morgado, Cônsul-Geral de Portugal em Cantão, sobre a Guerra Sino-Japonesa, Macau: Instituto Português do Oriente, 1998.
- SAMUELS, Richard J. - The Political Culture of Foreign Area and International Studies, 1992, pp. 17-43.
- SPENCE, Jonathan D. - The Search for Modern China, New York: W W Norton & company, 1990.
- TAYLOR, Robert - Greater China and Japan: prospects for an economic partnership in East Asia, London: Routledge, 1996.
- VÁRIOS - China and Japan: History, Trends and Prospects, ed. por Christopher Howe, Oxford: Clarendon Press, 1996.
- VÁRIOS - China as a Great Power, ed. por Stuart Harris & Gary Klintworth, New York: Longman, 1995.
- VÁRIOS - China bitter victory: the war with Japan (1937-45), ed. por James C. Hsing & Steven I. Levine, New York: An East Gate Book, 1992.
- VÁRIOS - Chinese Foreign Policy, ed. por Thomas W. Robinson e David Shambaugh, Claremont Press, Oxford, 1994.
- VÁRIOS - Greater China, The Next Superpower, ed. por David Shambaugh, Oxford University Press, United States, 1995.
- VÁRIOS - Japon and the Pacific Quadrille: The Major Powers in East Asia", ed. por Herbert J. Ellison, Colorado: West View Press, 1987.
- VÁRIOS - Japan: Who governs?, New York: W. W. Norton & Company, 1995.
- VIÉ, Michel - Le Japon et le Monde au XXe siècle, Paris: Masson, 1995.
- WILSON, Dick - China The Big Tiger: A Nation Awakes, London: Abacus, 1997.
- YAHUDA, Michael - The International politics of the Asia-Pacific, 1945-1995, New York: Routledge, 1996.

### **Artigos de revistas e jornais**

- BENNETT, Ralph Kinney - "A mulher que se recusou a esquecer", Seleções do Reader's Digest, 1998, Dezembro, pp. 38-46.
- BOUISSOU, Jean-Marie - "Le Japon et la Chine: amour, haine et géostratégie", Politique Étrangère, Institut Français des Relations Internationales, Paris, 1996, été, 2/96.
- CHOURAK, Mohamed - "Les Relations Japon-Chine: À La Recherche d'un Nouvel Équilibre", Studia Diplomatica, vol. L, no. 1, 1997, pp. 79-98.
- DOWNS, Erica Strecker e SAUNDERS, Phillip C. - "Legitimacy and the Limits of Nationalism: China and the Diaoyu Islands", International Security, vol. 23, no. 3, Winter 1998/99.
- ER, Lam Peng - "Japan and the Spratlys Dispute", Asian Survey, Vol. XXXVI, no. 10, 1996, October.
- FOCSANEANU, Lazar - "Le Traité de Paix et D'Amitié entre La République Populaire de Chine et Le Japon", Annuaire Français de Droit International, XXIV (1978), Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1979, pp. 189-216.
- FUKUDA, Hiroshi - "Japan's Foreign Policy", Studia Diplomatica, vol. XLVII, no. 6, 1994, pp. 3-13.
- GREEN, Michael J. e SELF, Benjamin L. - "Japan's Changing China Policy: From Commercial Liberalism to Reluctant Realism", Survival, 1996.
- HORLEMANN, Ralf - "Japan's Changing Policy on China", Aussen Politik, vol. 46, Quarterly Edition, no. 4, 1995, pp. 384-393.
- IJIRI, Hidenori - "Sino-Japanese Controversy since the 1972: Diplomatic Normalization", The China Quarterly, 1990, pp. 639-661.
- KAPUR, Harish - "Chine-Japon: processus de normalisation et de rapprochement", Relations Internationales, no. 26, Genève, Paris, Été 1981, pp. 187-197.
- KESAVAN, K. V. - "Japan and the Tiananmen Square Incident", Asian Survey, Vol. XXX, N.º 7, 1990, July, pp. 669-681.
- KIM, Kyung-Won - "Maintaining Asia's Current Peace", Survival, vol.39, no. 4, Winter 1997-98, pp. 52-64.
- KRISTOF, Nicholas D. - "Problem of Memory", Foreign Affairs, vol. 77, no. 6, 1998, November/December, pp. 37-49.



- LUO, Zhitian - "National Humiliation and National Assertion: The Chinese Response to the Twenty-one Demands", Modern Asian Studies, 27, 2, 1993, pp. 297-319.
- NISH, Ian - "An Overview of Relations Between China and Japan, 1895-1945", China Quarterly, 1995.
- NUMATA, Sadaaki - "The Role of Japan in Regional and World Security", The Rusi Journal, August, 1997, pp. 12-16.
- NYE, Joseph S. - "China's Re-emergence and the Future of the Asia- Pacific", Survival, vol.39, no. 4, Winter 1997-98, pp. 65-79.
- PONS, Philippe - "Le Japon pourrait adopter une attitude moins compréhensive à l'égard de la China", Le Monde, 1996, avril, 3.
- POWERS, David - "The Looking-Glass World of Japanese Politics", The World Today, 1996, August/September, pp. 230-231.
- S/ AUTOR, "Vers Une Entente Sino-Japonaise", Problèmes Politiques et Sociaux, no. 353, Paris, 1979, janvier, 5, pp. 3-28.
- WHITING, Allen S. - "China and Japan: Politics Versus Economics", The Annals, January 1992, pp. 39-51.
- WHITING, Allen S. e JIANFEI, Xin - "Sino-Japanese Relations: Pragmatism and Passion", World Policy Journal, New York, Winter 1990-91.
- ZOELLICK, Robert B.- "Economics and Security in the Changing Asia-Pacific", Survival, vol.39, no. 4, Winter 1997-98, pp. 29-51.

## **Outras Fontes**

### **Internet**

Site da Encyclopedia Britannica (<http://www.britannica.com>)

Site do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China (<http://www.fmprc.gov.cn>)

Site do Ministério dos Negócios Estrangeiros Japonês (<http://www.mofa.go.jp/>)

CD-ROM Microsoft Encarta 98 Encyclopedia (1993-1997)

### **Fontes das figuras 5 a 11:**

<http://www.fmprc.gov.cn>

